BIBLIOTECA VIRTUAL DE CIÊNCIAS HUMANAS

URBANIZAÇÃO E MUDANÇA SOCIAL NO BRASIL

Ruben George Oliven

Ruben George Oliven

Urbanização e Mudança Social no Brasil

Rio de Janeiro
2010

centro edelstein de pesquisas sociais
www.centroedelstein.org.br

Sumário

Prefácio

Este livro é uma versão modificada de minha tese de doutorado *Urbanization and Social Change in Brazil: case study of Porto Alegre* defendida na Universidade de Londres (London School of Economics and Political Science) em 1977.

Para fins de publicação decidi reescrever a tese sob forma de livro que pode ser abordado de duas maneiras. A primeira seria percorrer sua sequência do início ao fim, obtendo-se deste modo uma visão integrada da obra; a segunda se constituiria na leitura isolada de qualquer um dos capítulos, que não perdem seu sentido se lidos separadamente.

Quanto ao conteúdo dos capítulos, os três primeiros são teóricos e constituem o marco de referência para os demais. O primeiro capítulo ("A Cidade como Categoria Sociológica") examina os diferentes enfoques sob os quais a cidade é encarada por cientistas sociais. O segundo capítulo ("A Ideologia da Modernização") discute criticamente os pressupostos da teoria da modernização, mostrando como ela se constitui numa ideologia que procura mascarar as causas da situação dos países subdesenvolvidos ao propor características culturais como sendo responsáveis por seu atraso. O terceiro capítulo ("Marginalidade Urbana na América Latina") analisa os aspectos econômicos, políticos e culturais deste fenômeno, discutindo até que ponto as classes baixas participam na economia, na política e na cultura da sociedade na qual se inserem.

Tendo formulado o marco teórico deste estudo, os três restantes capítulos retomam várias das questões discutidas anteriormente, tendo como ponto de referência a realidade brasileira. Assim, o quarto capítulo ("Dimensões Sociais do Processo de Urbanização no Brasil") analisa as transformações que estão ocorrendo no país devido ao, ou iniciando com o, desenvolvimento de uma sociedade

urbano-industrial capitalista e discute como estas mudanças afetam diferentes classes sociais.

O quinto capítulo ("A Heterogeneidade da Homogeneização: ou de como nem todos os habitantes de Porto Alegre são iguais") é um resumo da pesquisa que serviu de base para a parte empírica da tese de doutorado. Neste capítulo testam-se hipóteses formuladas em capítulos anteriores e questionam-se proposições de autores que preveem a homogeneização cultural de populações urbanas, mostrando através do estudo realizado em Porto Alegre como a realidade é bem mais complexa.

Por sua vez, o último capítulo ("Classe e Cultura em Cidades Brasileiras") é posterior à tese, embora tenha emergido dela e das discussões que se travaram por ocasião de sua defesa. Ele decorre também da pesquisa "Urbanização, Sociedade e Cultura no Brasil" que desenvolvo no Mestrado em Antropologia, Política e Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob o patrocínio desta Universidade e da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). Este projeto marca também a linha de pesquisa à qual estou me dedicando atualmente, ou seja, a de investigar como a dominação de classe é refletida na e mediada através da cultura em cidades brasileiras.

O capítulo retoma em outro nível a questão da suposta homogeneização cultural de populações urbanas e examina as práticas e orientações de diferentes classes sociais em cidades brasileiras, privilegiando a análise dos mecanismos de dominação e das estratégias de sobrevivência.

Quanto aos agradecimentos gostaria de mencionar que inúmeras pessoas ajudaram a tornar o presente trabalho possível. Em primeiro lugar, cabe destacar a participação do Dr. Ian Roxborough que como orientador da tese acompanhou seu desenvolvimento, oferecendo criticas e sugestões valiosas. Para mim, ele reúne as qualidades ideais de um bom orientador: alguém interessado e amigo e ao mesmo tempo intelectualmente crítico.

Sou também grato aos demais membros da comissão examinadora — Dr. Bryan Roberts da Universidade de Manchester e Dr. Nicos

Mouzelis da Universidade de Londres — pelas críticas e sugestões que me fizeram por ocasião da defesa da tese.

Tive oportunidade de apresentar e discutir partes da tese em diversas ocasiões: no "Brazil Seminar" promovido pelo Institute of Latin American Studies da Universidade de Londres, no "Brazilian Workshop" da Universidade de Oxford, no Planning Department da Architectual Association School of Architecture de Londres, no Development Planning Unit do University College da Universidade de Londres e na disciplina "Industrialization and Theories of Social Change" da London School of Economics and Political Science da Universidade de Londres da qual fui professor visitante depois que defendi minha tese. Sou grato aos organizadores destas atividades acadêmicas que me propiciaram a possibilidade de um estimulante intercâmbio intelectual.

Várias outras pessoas leram parte ou toda a tese e/ou discutiram sua estrutura comigo, oferecendo críticas e sugestões úteis. Como seria longo demais agradecer a cada uma delas em particular, limitar-me-ei a mencionar seus nomes: Dr. Alan Swingewood (London School of Economics and Political Science da Universidade de Londres), Dr. Juarez Rubens Brandão Lopes (Universidade de São Paulo e CEBRAP), Dra. Lícia do Prado Valladares (Fundação Getúlio Vargas - RJ), Dr. Michael Redclift (Wye College e Institute of Latin American Studies da Universidade de Londres), Profa. Nanneke Redclift (Universidade de Kent), Prof. Ronaldo Ramirez (Development Planning Unit do University College da Universidade de Londres) e Rosine Perelberg.

No que diz respeito ao trabalho de campo em Porto Alegre, gostaria primeiramente de expressar minha gratidão a todas as pessoas que foram entrevistadas na pesquisa de que trata o quinto capítulo deste livro. Sem a sua cooperação este estudo não teria sido possível.

Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, de cujo Departamento de Ciências Sociais sou professor, contei com a ajuda constante da monitora Eliane Cruxên Barros e das bolsistas de iniciação científica Nara Regina de Castilhos Garayp e Mariza de Nadal, cuja dedicação foi inestimável. Na aplicação dos questionários

da pesquisa tive a colaboração dos alunos do Curso de Ciências Sociais da UFRGS, que evidenciaram grande disposição nesta tarefa.

Na parte estatística tive a eficiente assessoria do Prof. Judson Marshall De Cew Jr. Desejo também agradecer ao Prof. Manoel Luiz Leão, diretor do Centro de Processamento de Dados da UFRGS, e ao programador Luiz Fernando Ewald que foi designado pelo CPD para realizar o processamento dos dados da pesquisa.

Num plano mais pessoal, gostaria de agradecer a minha mulher e a meu filho Rafael. A primeira, ela própria realizando um programa de doutorado em Ciências Sociais na Universidade de Londres, além de discutir partes da tese e ouvir meus infindáveis comentários sobre a mesma, ofereceu-me constante apoio emocional, incentivando-me a prosseguir meu trabalho. Já meu filho, nascido durante o período de realização da tese, permaneceu totalmente indiferente à mesma, mas seus choros, risos e crescentes travessuras têm sido fonte de indescritível alegria para mim.

Capítulo I

A Cidade como Categoria Sociológica*

Embora já existissem cidades há milhares de anos em sociedades com diferentes modos de produção, sua importância aumentou em dois períodos históricos mais recentes. O primeiro começou no final da Idade Média e estava relacionado com as transformações que ocorreram no sistema feudal europeu com o desenvolvimento do capitalismo; o segundo começou no final do século XVIII com a Revolução Industrial e estava relacionado com a formação de um modo de produção capitalista.

As cidades estão fortemente associadas a estes processos porque historicamente elas foram os lugares onde a burguesia primeiro conseguiu florescer (dai o adágio alemão “O ar da cidade liberta”) e onde mais tarde a industrialização criou raízes.

Como resultado do crescimento de cidades no século passado e particularmente no atual, os escritos sobre elas cresceram substancialmente. Procurando ordenar o grande volume do que foi escrito sobre a cidade como uma categoria sociológica poder-se-ia agrupar os autores em três principais perspectivas: aqueles que encaram a cidade como uma variável dependente, aqueles que a encaram como uma variável contextual e aqueles que a encaram como uma variável independente.

A cidade como variável dependente

Os autores que encaram a cidade como uma variável dependente estão geralmente interessados em fatores históricos e portanto estudam-na como resultado de várias causas econômicas, políticas e

---

* Publicado originalmente na revista *Dados* (do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro), n. 19, 1978.

sociais. De acordo com diferentes circunstâncias e forças históricas, existiriam cidades de diversos tipos, desempenhando funções ligadas às áreas nas quais estão inseridas.

Nesta perspectiva, a cidade não se auto-explica pois não é uma totalidade, mas apenas a objetivação de uma totalidade maior na qual ela se insere. Por isto, os fenômenos urbanos bem como os rurais devem sempre ser referidos a uma unidade mais abrangente da qual eles se constituem em manifestações concretas. Portanto, ao estudar a origem, evolução ou função de cidades deve-se sempre especificar as forças históricas que estão no seu bojo. Neste sentido, não se deve falar sobre a cidade, mas sobre diferentes tipos de cidades que variam no tempo e no espaço.

Apesar de suas diferentes posições teóricas, os autores que pertencem a esta primeira perspectiva encaram a cidade com uma variável dependente de um complexo entrelaçamento de fatores econômicos, políticos, militares, religiosos, etc. Para eles, a cidade é então a objetivação destas forças.

Existem muitos autores que se enquadram nesta perspectiva, sendo desnecessário discutir todos eles. É suficiente examinar dois deles pela sua importância para as ciências sociais, a saber, Weber e Marx. Apesar de suas bem conhecidas divergências teóricas, ambos caracterizaram a cidade na civilização ocidental como um lugar de mercado.

Procurando elaborar um conceito do fenômeno urbano, Weber em seu ensaio *A Cidade*[1] analisou vários tipos de cidades que existiram no passado. Ele mostrou as diferentes origens destas cidades e enfatizou a importância do mercado para seu desenvolvimento.

O que Weber em realidade fez foi formular um conceito que é construído por uma série de circunstâncias ou condições necessárias para a existência e desenvolvimento de cidades. Ele argumentou que apesar de que em diferentes períodos e civilizações homens construíram moradias em assentamentos relativamente fechados, somente no Ocidente teria existido uma comunidade urbana no

[1] Weber, Max. *The City*. New York, The Free Press, 1966.

sentido pleno da palavra e como fenômeno extenso. Para que isto ocorresse era preciso que houvesse estabelecimentos de caráter industrial-mercantil bastante pronunciado, a que correspondessem as seguintes características: "1) a fortaleza, 2) o mercado, 3) tribunal próprio e direito ao menos parcialmente próprio, caráter de associação, e, unido a isso, 5) ao menos uma autonomia e autocefalia parcial, portanto, administração a cargo de autoridade em cuja escolha os burgueses participassem de alguma forma"[2].

A partir deste conceito pode-se constatar que, de acordo com Weber, a cidade implica na existência de uma comunidade com um alto grau de autonomia, tanto ao nível objetivo (mercado, fortificação, exército, tribunal e direito ao menos parcialmente próprio), quanto ao nível subjetivo como um conjunto de lealdades.

Para Weber, a cidade é pré-condição do capitalismo na medida em que é necessária para a existência do mesmo, mas mais tarde o desenvolvimento do capitalismo intensifica o crescimento das cidades. Neste sentido, para Weber, a cidade é primeiro um pressuposto do capitalismo mas posteriormente seu desenvolvimento é um resultado dele. De fato, ele argumentou que uma das razões pelas quais o capitalismo não se desenvolveu no Oriente foi exatamente a ausência de cidades definidas de acordo com seus critérios.

Mas na medida em que as cidades são incorporadas a Estados nacionais (que é um traço fundamental da história do capitalismo na Europa Ocidental) elas não podem mais ser captadas como uma totalidade porque são absorvidas numa unidade mais ampla.

Isto conduz a uma situação na qual por um lado a cidade significa uma comunidade relativamente autônoma, enquanto por outro lado ela se torna uma parte integral de sociedades mais abrangentes. Neste sentido, Weber descartou a validade de uma sociologia de comunidades urbanas pois, de acordo com seu argumento, embora a cidade moderna tenha se originado na comunidade relativamente autônoma de burgueses livres que existiu no período de transição do

[2] Weber, Max. "Conceito e Categorias de Cidades", *in* Velho, Otávio Guilherme (org). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro, Zahar, 1967, p. 88.

feudalismo para o capitalismo, estas comunidades rapidamente perderam sua independência para se tornarem os alicerces do Estado-nação. Assim, elas deixaram de proporcionar a base da experiência social total que caracterizou a "associação de comunidade", dando lugar, em vez disto, a uma estrutura social muito além da área urbana e deixando portanto de ser uma unidade relevante para a análise sociológica[3].

Marx, por seu turno, assinalou que uma economia urbana requer um processo prévio de divisão social do trabalho[4]. No caso das cidades da Europa Ocidental da Idade Moderna isto significou o desenvolvimento de um novo padrão de exploração, não mais através de um sistema de estamentos feudais mas através de classes sociais.

Isto requer pessoas "livres": de um lado uma força de trabalho que não está sujeita aos laços de servidão feudal mas que está desprovida dos meios de produção e que portanto é "livre" para vender sua capacidade de trabalho no mercado, e por outro lado uma classe burguesa que se libertou da dominação dos senhores feudais e cuja posição social está mais ligada à riqueza (capital) do que à posse de terras ou títulos de nobreza e que está disposta a comprar e usar esta capacidade de trabalho.

É em cidades onde estes dois novos atores sociais se encontram e interagem. O desenvolvimento de um modo de produção capitalista, de acordo com a descrição de Marx em *O Capital*, ocorreu (depois do aparecimento prévio do capital através do comércio mundial no século XVI) através das transformações que tiveram lugar em cidades nas quais as manufaturas foram destruídas pelas fábricas às quais os servos acorreram depois de fugirem ou serem expulsos do campo.

[3] Mellor, Rosemary. "Urban sociology in an urbanized society", in *British Joumal of Sociology*, vol. 26, n. 3, 1975, p.276-277. Ver também Agramonte, Roberto D. "Ciudad y Política en la Sociologia de Max Weber", in *Revista Mexicana de Sociologia*, vol. 27, n. 3, 1965.

[4] "O fundamento de toda divisão do trabalho desenvolvida e processada através da troca de mercadorias é a separação entre a cidade e o campo. Pode-se dizer que toda história econômica da sociedade se resume na dinâmica dessa antítese (...)" (Marx, Karl. *O Capital. Crítica da Economia Política*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975, vol. 1, p. 404).

É neste sentido que a cidade é um mercado, na medida em que ela "contém a população exigida pelo aparelho produtivo e o 'exército de reserva' que a burguesia requer a fim de comprimir os salários bem como para dispor de um 'volante' de mão-de-obra. Mercado de bens e de dinheiro (dos capitais), a cidade também se torna o mercado de trabalho (da mão-de-obra)"[5].

Se a cidade industrial capitalista significa a um nível ideal o encontro de cidadãos que compartilham uma situação comum (isto é, a libertação dos laços de sujeição feudal), ela, não obstante, expressa para Marx as contradições fundamentais da alienação do homem:

> (...) a divisão da população em duas grandes classes, divisão essa que repousa diretamente na divisão do trabalho e nos instrumentos de produção. A cidade é o resultado da concentração da população, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres e das necessidades, enquanto que o campo põe em evidência o fato oposto, o isolamento e a dispersão. A oposição entre a cidade e o campo só pode existir no quadro da propriedade privada; é a mais flagrante expressão da subordinação do indivíduo à divisão do trabalho, da subordinação a uma atividade determinada que lhe é imposta. Esta subordinação faz de um habitante um animal da cidade ou um animal do campo, tão limitados um como o outro, e faz renascer todos os dias a oposição entre os interesses das duas partes[6].

Por mais fundamentais que sejam as divergências entre Marx e Weber, é importante ter em mente que ambos analisaram a cidade historicamente e mostraram de modos diferentes que na tradição ocidental a cidade tem sido o ponto de convergência de diferentes processos. Historicamente "cidade e política nasceram, na tradição ocidental, como conceitos e realidades inter-relacionadas. De resto, etimologicamente as ligações são claras: *civitas* e *polis* são as raízes em distintos idiomas para expressar, ao mesmo tempo, um modo de habitar e uma forma de participar: civismo e política"[7].

[5] Lefebvre, Henri. *La Pensée Marxiste et la Ville*. Tournai, Casterman, 1972, p. 121.

[6] Marx, Karl, e Engels, Friedrieh. *A Ideologia Alemã*. Portugal, Presença, 1974, vol. 1, p. 62.

[7] Cardoso, Fernando Henrique. "A Cidade e a Política: do Compromisso ao Inconformismo", in *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975, p. 135.

A cidade como variável contextual

O fato de se encarar a cidade como uma variável dependente não significa, é claro, que ela não tem nenhuma importância em processos sociais. Uma vez que se reconhece que cidades devem ser compreendidas historicamente como partes integrais de sociedades mais abrangentes, pode-se discutir a importância que a vida urbana tem para vários fenômenos sociais.

Pode-se considerar a cidade como um *locus* que — por razões sociais, econômicas e históricas — se constitui no centro de convergência de processos e interesses das mais variadas ordens. Um importante dado histórico que reforça este argumento é que a partir da Revolução Industrial, com o desenvolvimento de um modo de produção capitalista, o poder se desloca cada vez mais do campo à cidade. Assim, influências urbanas progressivamente permeiam o campo e não mais o inverso como ocorria anteriormente.

Em relação a esta questão é oportuno assinalar que para autores como Marx e Engels as cidades proporcionavam um contexto indispensável para a formação de uma consciência revolucionária, apesar do fato de Marx ter sido referido como também encarando a cidade como uma variável dependente. De fato, Engels em seu livro *A Condição da Classe Operária na Inglaterra* tomou constantemente a variável urbana em consideração justamente porque ele estava estudando a vida do proletariado que estava trabalhando nas cidades industriais britânicas. Ele fez detalhadas descrições da vida em certas áreas urbanas e as analisou em profundidade. Mas é indispensável ter em mente que sua análise estava sempre relacionada com a sociedade como um todo e que cidades específicas eram levadas em consideração somente na medida em que refletiam ao nível urbano o resultado da expansão do modo capitalista de produção. Neste sentido, ele não estava estudando cidades abstratas mas principalmente Manchester, enquanto típica cidade capitalista inglesa na qual os efeitos dos processos econômicos e sociais podiam ser notados.

A importância da cidade para Engels fica clara quando ele argumenta que

> As grandes cidades são os lugares de nascimento dos movimentos operários; nelas os operários pela primeira vez começaram a refletir sobre sua própria condição, e a combatê-la; nela a oposição entre o proletariado e a burguesia pela primeira vez se tornou manifesta (...). Sem as grandes cidades e sua poderosa influência sobre a inteligência popular, a classe operária estaria muito menos adiantada do que está[8].

Encarar a cidade como uma variável contextual não é incompatível com encará-la como uma variável dependente, já que as duas abordagens tratam de diferentes níveis de análise. A última está preocupada com explicações para a origem e desenvolvimento de cidades, enquanto que a primeira está interessada em estudar que influência cidades específicas podem ter na vida social de seus habitantes. Isto equivale a dizer que uma vez que se dá conta de que cidades devem ser compreendidas historicamente como partes de sociedades mais abrangentes, pode-se discutir a importância que viver em cidades específicas pode ter para vários fenômenos sociais. É, entretanto, essencial sempre ter em mente que cidades *per se* só podem ter um poder explicativo limitado e que elas não devem ser transformadas em categorias determinativas básicas do comportamento social no contexto urbano.

A cidade como variável independente

Sob outra perspectiva, de certa maneira oposta às duas primeiras, vários autores tentaram estudar a cidade como uma variável independente. A cidade seria então vista como uma potência social capaz de gerar com sua influência os mais variados efeitos na vida social.

Os autores que encaram a cidade como uma variável independente de um amplo processo social consideram a cultura urbana a que ela daria origem como sua consequência de maior alcance. Este enfoque concede um forte valor explicativo ao urbano *per se* na análise de vários fenômenos que ocorrem no seu interior. Ele está intimamente

[8] Engels, Friedrich. *The Condition of the Working Class in England*. Frogmore, Panther Books, 1974, p. 152.

associado à corrente da ecologia humana representada por alguns membros da "Escola de Chicago" que inaugurou a Sociologia Urbana.

Vários componentes desta Escola estavam preocupados com questões práticas relacionadas com a grande expansão das cidades norte-americanas devido à imigração em massa da Europa no final do século XIX, da qual Chicago era um caso típico[9]. Eles estudaram principalmente manifestações de "patologia social", sob o prisma da ecologia humana a partir da década de 1920.

A ecologia humana, de acordo com Robert Ezra Park, um dos seus mais expressivos adeptos e provavelmente o maior representante da Escola de Chicago, é a "ciência que procura isolar [as forças atuando dentro dos limites da comunidade urbana] e descrever as constelações típicas de pessoas e instituições produzidas pela operação conjunta de tais forças"[10]. Para Park a sociedade é um "organismo social".

Seu artigo, "A Cidade: Sugestões para a Investigação do Comportamento Humano no Meio Urbano" publicado em 1916 é uma espécie de roteiro de investigações sobre a cidade. Esta era para ele "um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esses costumes e transmitidos por essa tradição" [11]. Ele considerava como objeto de estudo tudo que ocorre num contexto urbano já que ele encarava "a cidade como um laboratório social" como o título de um de seus artigos indica[12].

Mas talvez o nome mais destacado da Sociologia Urbana dos Estados Unidos surge com Louis Wirth. Discípulo de Park, ele assimilou também a influência de sociólogos europeus, principalmente a de Georg Simmel. Em 1938 ele publicou um artigo

[9] Entre 1900 e 1930 a cidade de Chicago cresceu à razão de meio milhão de habitantes cada dez anos. Estes habitantes eram em sua maioria imigrantes.
[10] Park, Robert Ezra. "A Cidade: Sugestões para a Investigação do Comportamento Humano no Meio Urbano", *in* Velho, op. cit., p. 30.
[11] Id., ibid., p. 29.
[12] Id. "The City as a Social Laboratory", in *Human Communities. The City and Human Ecology*. Glencoe, The Free Press, 1952.

que se tornou clássico na literatura de assuntos urbanos: "O Urbanismo como Modo de Vida". Nele ele definiu a cidade "como um núcleo relativamente grande, denso e permanente, de indivíduos socialmente heterogêneos" [13].

De sua definição pode-se inferir o que ele considerava os elementos fundamentais do urbanismo: tamanho, densidade, permanência e heterogeneidade. Para Wirth, "quanto mais densamente habitada, quanto mais heterogênea for a comunidade, tanto mais acentuadas serão as características associadas com o urbanismo" [14].

O que Wirth em realidade fez foi formular uma teoria sociológica e sócio-psicológica do urbanismo. Ele encarava a cidade como uma variável explicativa e estava preocupado em verificar como ela afeta a vida social (no caso a variável dependente), estudando as "formas de ação e organização social que emergem em grupamentos compactos, relativamente permanentes, de grande número de indivíduos heterogêneos" [15].

O estabelecimento de cidades implicaria no aparecimento de uma forma de cultura, caracterizada por papéis sociais altamente fragmentados, predominância dos contatos secundários sobre os primários, isolamento, superficialidade, anonimato, relações sociais transitórias e com fins instrumentais, inexistência de um controle social direto, diversidade e fugacidade dos envolvimentos sociais, afrouxamento dos laços familiais e competição individualista[16].

As críticas que foram dirigidas a Wirth são numerosas. Elas assinalam, primeiramente, que embora ele desejasse formular generalizações universalmente válidas, algumas de suas proposições seriam aplicáveis somente a cidades industriais. Em segundo lugar, a distinção entre rural e urbano não estaria tão nitidamente ligada à distinção entre grupos primários e secundários como Wirth dá a entender. Em terceiro lugar, a própria variedade existente na cidade

[13] Wirth, Louis. "O Urbanismo como Modo de Vida", *in* Velho, *op. cit.*, p. 104.
[14] Id., ibid., p. 105.
[15] Id., ibid., p. 105.
[16] Id., ibid., p. 107ss.

faz com que várias das proposições de Wirth sejam por demais simplistas já que a cidade pode proporcionar uma gama maior de possibilidade para todos os tipos de relacionamento do que o campo. Por último, Wirth não teria conseguido enxergar ou explicar a persistência dos grupos primários como um elemento integrante da vida urbana e suas funções nas organizações impessoais[17].

É, entretanto, necessário esquadrinhar mais profundamente as proposições de Wirth. Existe um número de temas que emergem de seu artigo e que ainda são aceitos atualmente apesar de todos os dados de pesquisa contrários e as criticas que lhe foram dirigidas.

O primeiro e talvez mais importante tema é o enfoque ecológico do modelo de Wirth. Ele imputa a uma forma ecológica (a cidade) o poder de induzir mudanças no comportamento social. Neste sentido, não é por coincidência que ele cita Darwin para apoiar seu argumento. Seu modelo poderia, portanto, ser criticado como sendo a-histórico já que ele utiliza principalmente fatores ecológicos (tamanho e densidade) e não se refere a cidades específicas mas a cidades em geral. O elemento histórico é assim deixado de lado.

A abordagem ecológica leva ao segundo tema, a saber, a ênfase na integração e desintegração social. Para isto, Wirth faz uso do conceito de *anomia* de Durkheim como aplicado ao aumento populacional e à consequente divisão social do trabalho.

A ênfase na integração-desintegração, por seu turno, leva a uma posição antiurbana através da qual a cidade é encarada como a fonte de muitos tipos de males sociais e um quadro bucólico de uma rousseauniana vida rural sem conflitos é implicitamente proposta. Toda a atmosfera é fortemente reminiscente do mito da expulsão do homem do paraíso e do começo de sua existência social e histórica. O homem não pode voltar a uma mítica vida rural e deve suportar as durezas da vida urbana "no suor de seu rosto", mas o desejo inconsciente de retornar a um edênico útero rural emerge constantemente[18]. Este tema se torna ainda mais pungente quando

[17] Morris, R. N. *Sociologia Urbana*. Rio de Janeiro, Zahar, 1972, p. 50.
[18] Na Bíblia o surgimento da primeira cidade está diretamente ligado ao primeiro homicídio. Depois de matar seu irmão Abel, "retirou-se Caim da presença do Senhor e habitou na terra

Wirth cita a Simmel[19] e menciona o "caráter 'equizóide' da personalidade urbana".

Qualquer leitor de livros de ciências sociais ou mesmo de jornais poderá notar como estes temas reaparecem constantemente: cidades (e não sistemas sociais) não têm alma e causam anomia, alienação, solidão e comportamento socialmente desviante. Existiria uma explosão urbana produzindo macrocefalia urbana e hiperurbanização. Alguns autores levam esta analogia orgânica ainda mais adiante e falam a respeito de cidades inchando em megalópoles de um modo canceroso que poderia se espalhar por toda a sociedade. Isto levaria a uma crise urbana (e não social) e à pobreza urbana[20].

Neste sentido, a teoria de Wirth (embora isto certamente não tenha sido sua intenção já que ele era um estudioso sério) pode ser usada para desviar as discussões de um nível concreto da sociedade global para um nível mais neutro e vago de "problemas urbanos".

Assinalando a confusão entre cidade e sistema produtivo, Castells argumentou que "tudo que na tese de Wirth é 'cultura urbana', é, na realidade, a tradução cultural da industrialização capitalista, a emergência da economia de mercado e do processo de racionalização da sociedade moderna" [21] e não o efeito de cidades *per se* na vida social. Para Castells, uma análise detalhada dos traços da "cultura urbana" mostraria facilmente o vínculo causal entre a matriz estrutural do modo de produção capitalista e os efeitos nesta ou naquela esfera de comportamento. Assim, a célebre "segmentação de

de Node, ao oriente do Éden. E coabitou Caim com sua mulher; ela concebeu e deu à luz a Enoque. Caim edificou uma cidade e lhe chamou Enoque, o nome de seu filho" (Gênesis 4,16-17). Ver, a este respeito, Oliven, Ruben George. "O Mito de Abel e Caim e o Surgimento da Cidade Bíblica", in *Metabolismo Social da Cidade*. Porto Alegre, Editora da URGS, 1974.
[19] Simmel, Georg. "A Metrópole e a Vida Mental", *in* Velho, *op. cit*.
[20] Existe, é claro, uma tendência oposta que também pode ser encontrada (embora com menos frequência) na literatura das ciências sociais e em jornais. De acordo com ela, as cidades são focos de progresso e têm uma influência civilizadora sobre os homens. Estas duas posições antagônicas podem ser encaradas como pólos opostos do pensamento ocidental sobre a cidade, que oscila entre encará-la como um mal ou uma bênção.
[21] Castells, Manuel. *Problemas de investigación en sociologia urbana*. Madrid, Siglo Veintuno, 1971, p. 23.

papéis" que estaria no bojo da complexidade social "urbana" estaria em verdade diretamente determinada pelo estatuto de "trabalhador livre" que é necessário para obter uma rentabilidade máxima no uso da força de trabalho, conforme demonstrado por Marx. Do mesmo modo, a predominância das relações secundárias sobre as primárias, bem como a rápida individualização das relações estariam também expressando a necessidade econômica e política do novo modo de produção de transformar em "cidadãos livres e iguais" os suportes dos meios de produção e da força de trabalho[22].

As ideias de Wirth estão intimamente associadas à teoria do *continuum folk*-urbano desenvolvida pelo antropólogo norte-americano Robert Redfield[23] em consequência de suas pesquisas no México. Seu modelo pertence às chamadas teorias de contraste, que procuram confrontar características de uma sociedade não-urbana com a de uma urbana. Neste sentido ela se insere na mesma linha de dicotomias e *continua* como os de Tönnies (Gemeinschaft/Gesellschaft), Durkheim (solidariedade mecânica/solidariedade orgânica), Weber (tradicional/racional), etc.

Redfield acreditava que existiam variações contínuas entre sociedades do tipo *folk* e sociedades urbanas, aumentando ou diminuindo de um pólo para o outro. Ele descreveu uma sociedade *folk* como sendo

> pequena, isolada, analfabeta e homogênea, com um forte sentido de solidariedade grupal. Os modos de viver estão convencionalizados naquele sistema coerente que chamamos de 'cultura'. O comportamento é tradicional, espontâneo, acrítico e pessoal; não existe legislação ou hábito de experimento e reflexão com fins intelectuais. O parentesco, seus relacionamentos e instituições, são as categorias típicas de experiência e o grupo familial é a unidade de ação. O sagrado prevalece sobre o secular ; a economia é mais de status que de mercado[24].

[22] . Id. *La Cuestión Urbana*. Madrid, Siglo Veintuno, 1974, p. 102.
[23] Redfield, Robert. *Tepoztlán: a Mexican Village*. *A Study of Folk Life*. Chicago, University of Chicago Press, 1930; Id. *The Folk Culture of Yuca*tan. Chicago, University of Chicago Presa, 1941; Id. "The Folk Society", *in American Joumal of Sociology,* vol. 52, n. 4, 1947.
[24] Id., "The Folk Society", p. 293.

Comparando diferentes pontos de seu *continuum* entre si (a vila tribal com a vila camponesa, esta com a pequena cidade e esta com a cidade), Redfield mantinha que quanto mais se passava do extremo *folk* para o urbano, menor seria o isolamento, maior a heterogeneidade, mais complexa a divisão do trabalho, mais desenvolvida e economia monetária, mais seculares os especialistas profissionais, menos bem organizados e menos eficazes no controle social as instituições de parentesco e compadrio. Correspondentemente, haveria maior dependência de instituições de controle de ação impessoal, menor religiosidade, menor tendência a encarar as doenças como resultantes da quebra de uma regra moral ou meramente de costumes, e maior liberdade de ação e escolha individual[25].

Embora pretendesse que seu modelo, baseado nas quatro comunidades que estudou na península de Yucatan, fosse uma construção de tipo ideal, Redfield não obstante enfatizou que outras comunidades, localizadas de modo semelhante em outros lugares do mundo, poderiam ser ordenadas semelhantemente seguindo os mesmos princípios[26].

A passagem de um extremo para outro no *continuum folk*-urbano ocorreria por causa do aumento da heterogeneidade social e da possibilidade de interação que ocorre quando a sociedade cresce. Do mesmo modo, a perda do isolamento causada pelo contato com outra sociedade ou cultura também fomentaria este processo.

Assim, qualquer comunidade poderia ser localizada em um ponto determinado do *continuum* e, dadas certas condições de densificação populacional e aumento de heterogeneidade, qualquer grupo se moveria na direção do pólo urbano.

Redfield acreditava que as consequências do deslocamento em direção ao extremo urbano eram a desorganização da cultura, a secularização e o individualismo. A urbanização enfraqueceria ou destruiria os firmes laços que ele achava que integravam os homens em uma sociedade rural e criaria uma cultura urbana caracterizada

[25] Id., *The Folk Culture of Yucatan*, p. 338.
[26] Id., ibid., p. 345.

pela fragmentação de papéis sociais e um comportamento mais secular e individualista.

A homogeneidade de uma sociedade rural à qual corresponderia uma estrutura social não-ambígua e monolítica seria substituída na sociedade urbana por uma estrutura social caracterizada por uma diversidade de papéis, ações e significados. A cultura rural na qual todos os elementos culturais seriam definidos transformar-se-ia em uma cultura fragmentada na sociedade urbana. As consequências inevitáveis da cultura urbana seriam, então, o conflito e a desorganização.

Pode se notar que Redfield postulava uma teoria de mudança social baseada na evolução. O seu modelo, que é a-histórico, tem como base explicativa a teoria durkheimiana de mudança devida ao aumento de população e heterogeneidade. A desorganização da cultura se insere bem neste molde, enquanto que a secularização e o individualismo revelam a influência da ideia weberiana da crescente racionalização e desencantamento do mundo.

Desde que Redfield o desenvolveu, o modelo *folk*-urbano tem sido um tema constante em estudos urbanos e uma vasta quantidade de trabalho teórico e empírico tem sido elaborada sobre o assunto. A mais famosa crítica a ele foi formulada por Oscar Lewis, outro antropólogo norte-americano. Em 1943 ele reestudou a vila mexicana de Tepoztlán na qual dezessete anos antes Redfield tinha realizado a pesquisa que ele utilizou para a formulação inicial de seu modelo, mais tarde desenvolvido na península de Yucatan.

Comparando seu estudo com o de Redfield, Lewis assinalou que a pesquisa de Redfield sobre Tepoztlán dava uma imagem de uma sociedade bastante homogênea, isolada e funcionando de um modo suave e bem integrado, sendo constituída por pessoas contentes e bem ajustadas. Sua descrição da aldeia teria uma ênfase rousseauniana que desconsidera evidências de violência, distúrbios, crueldade, doença, sofrimento e desajustamento. Quase nada é mencionado sobre a pobreza, os problemas econômicos ou as desavenças políticas. No decorrer de seu trabalho são frisados os aspectos de cooperação e unificação na sociedade de Tepoztlán. Os achados de Lewis, em contraposição, estariam enfatizando o

individualismo presente nas instituições e caráter de Tepoztlán, a ausência de cooperação, a tensão entre as aldeias do município, as desavenças na aldeia, a qualidade de medo, inveja e desconfiança que permeiam as relações interpessoais[27].

Lewis sugeriu que "o 'continuum' 'folk'-urbano era um modelo teórico inadequado para o estudo da mudança cultural" e que caracterizações como *folk,* rural e urbano "confundem as questões dos estudos de mudanças a curto prazo, nunca tendo sido provado seu valor heurístico, como instrumento de pesquisa"[28].

Em 1951 Lewis desenvolveu um estudo de "follow-up" de habitantes de Tepoztlán que haviam migrado para a cidade do México e mais tarde resumiu seus achado do seguinte modo:

> 1º) Os camponeses da Cidade do México adaptaram-se à vida urbana, com muito maior facilidade do que se poderia esperar, a julgar por estudos comparativos dos Estados Unidos e da teoria 'folk'-urbana. 2°) A vida familiar permaneceu completamente estável e os laços extensos de família antes aumentaram do que diminuíram. 3°) A vida religiosa tornou-se mais católica e disciplinada, indicando o reverso do processo previsto de secularização. 4º) O sistema de *compadrazgo* continuou a ser forte, embora com certas modificações. 5º) Persistiu o uso dos remédios e das crenças domésticas[29].

Ele portanto sugeriu que sua pesquisa oferecia evidências de que a urbanização não é um processo único, integral e universalmente semelhante, mas que assumia formas e significados distintos de acordo com as condições históricas, econômicas, sociais e culturais vigentes[30].

Depois que Lewis refutou a proposição de que a urbanização significava um aumento em desorganização social e cultural, mostrando que isto frequentemente não ocorria, muitos autores

[27] Lewis, Oscar. *Life in a Mexican Village: Tepoztlán Restudied*. Urbana, University of Illinois Press, 1951, p. 428-429.

[28] Id. "Outras Observações sobre o 'Continuum' 'Folk'-Urbano com Referência Especial à Cidade do México", *in* Hauser, Philip M., e Schnore, Leo F. (orgs). *Estudos de Urbanização.* São Paulo, Pioneira, 1975, p. 461.

[29] Id., ibid., p. 464.

[30] Id."Urbanization Without Breakdown", in *Scientific Monthly,* vol. 75, n. 1, 1952.

seguiram na crítica ao *continuum folk*-urbano. Uma recente revisão da literatura sobre efeitos econômicos, sócio-psicológicos e políticos da urbanização mostrou que praticamente todas as questões relacionadas com a urbanização estão sendo discutidas em análises diametralmente opostas[31].

Os títulos de três importantes artigos sobre o tema falam por si próprios: "O *Continuum* Rural-Urbano: Real mas Relativamente Não-importante"[32] ; "Sociologia Incerta: a Ideologia do *Continuum* Rural-Urbano"[33] e "Observações sobre a Dicotomia 'Folk'-Urbana e Urbano-Rural como Forma de Etnocentrismo Ocidental"[34].

Assim como o *continuum folk*-urbano não é um artifício muito útil, o conceito de cultura urbana com o qual ele está associado também não faz muito sentido. O próprio uso do termo sugere a existência de uma cultura especificamente urbana em oposição a uma cultura não-urbana. Esta dicotomia é excessivamente rígida e se presta a equívocos por várias razões.

Do ponto de vista da lógica, se a cidade é uma unidade inserida numa totalidade maior, a cultura da cidade faz parte de uma cultura mais abrangente. Caso esta última for dominada por traços e elementos que são predominantes no contexto urbano, então o que é chamado de "cultura urbana" passou a ser uma cultura nacional e não tem sentido usar o adjetivo "urbano". Embora ainda existam muitas diferenças entre cidade e campo em vários países, Glass por exemplo mantém que num país altamente urbanizado como a Grã-Bretanha, o

[31] Chaparro, Patricio. "Efectos Sociales y Políticos del Proceso de Urbanización". in *Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales, vol.* 2, n. 6, 1972, p. 112.
[32] Dewey, Richard. "The Rural-Urban Continuum: Real but Relatively Unimportant", in *American Joumal of Sociology,* vol. 6, n. 1, 1960.
[33] Benet, Francisco. "Sociology Uncertain: The Ideology of the Rural-Urban Continuum", in *Comparative Studies in Society and History,* vol. 6, n. 1, 1963.
[34] Hauser, Philip. "Observações sobre a Dicotomia 'Folk'-Urbana e Urbano-Rural como Forma de Etnocentrismo Ocidental", in Hauser, Philip M., e Schnore, Leo F. (orgs). *Estudos de Urbanização.* São Paulo, Pioneira, 1975.

rótulo "urbano" pode ser aplicado a praticamente qualquer ramo de estudo sociológico e que portanto não tem sentido empregá-lo[35].

Outra questão é a do que exatamente significa urbano. Trata-se qualquer coisa que acontece dentro dos limites de cidades? E em caso afirmativo, como se definiria a cidade: por critérios legais ou pelas características propostas por Wirth? Mann[36], por exemplo, argumenta que, comparando cidade e campo no mesmo período de tempo, pode-se encontrar menos diferenças do que se se usasse a perspectiva diacrônica da evolução rural-urbana.

E finalmente também é importante ter em mente que, apesar de toda a difusão cultural que está ocorrendo numa escala mundial, ainda existem diferenças significativas entre sociedades, especialmente entre desenvolvidas e subdesenvolvidas. Como a tese da cultura urbana deduz formas culturais de uma configuração ecológica, ela obviamente não pode dar conta dos contrastes entre diferentes culturas nacionais. À guisa de exemplo, poder-se-ia perguntar quão semelhante é a cultura achada em uma cidade árabe com relação a de uma, cidade norte-americana de igual tamanho.

Isto não equivale a dizer que não existe nenhuma diferença entre campo e cidade, mas que estas diferenças têm de ser especificadas e referidas a processos mais amplos que as produzem. Isto significa introduzir uma dimensão histórica na análise da relação campo-cidade e a dar-se conta que é equivocado postular uma relação causal entre formas ecológicas e estruturas sociais e culturais. Mais pode provavelmente ser apreendido estudando-se como diferentes processos afetam tanto a cidade como o campo em diferentes sociedades e examinando-se as relações entre aquilo que é normalmente chamado de urbano e rural.

[35] Glass, Ruth. "Urban Sociology", *in* Welford, A. T.; Argyle, M.; Glass, D. V., e Morris, J. N. (eds.). *Society, Problems and Methods of Study.* London, Routledge & Kegan Paul, 1962, p. 486.
[36] Mann, Peter H. *An Approach to Urban Sociology.* London, Routledge & Kegan Paul, 1970, p. 106.

Capítulo II

A Ideologia da Modernização*

O capitulo anterior analisou os diferentes enfoques sob os quais a cidade é estudada sociologicamente. Embora tenha-se argumentado que atribuir à cidade *per se* o poder de induzir mudanças sociais e culturais é um enfoque falacioso, uma grande parte daquele capítulo foi dedicada a analisar as proposições que foram formuladas pelos representantes daquela perspectiva. A razão deste procedimento se deve a que algumas destas proposições ainda continuam sendo temas constantes nas ciências sociais e frequentemente emergem sob forma semelhante em outras teorias que se ocupam com a mudança social e cultural, como, por exemplo, a da modernização.

Esta teoria, que durante longo tempo gozou de considerável prestígio entre a comunidade de cientistas sociais, principalmente norte-americanos, se constitui num interessante exemplo de uma ideologia cujo propósito é o de justificar o estado de desenvolvimento das sociedades mais adiantadas e o de subdesenvolvimento das sociedades mais atrasadas, encobrindo as verdadeiras causas desta situação. Ela opera através de um mito (a modernização) que procura explicar como as diferenças culturais entre várias sociedades seriam responsáveis pelas suas diferenças econômicas e sociais.

No capítulo anterior assinalou-se que os autores clássicos que encaravam a cidade como uma variável independente manifestavam uma visão bastante pessimista daquilo que eles consideravam as consequências da urbanização, enfatizando a desorganização cultural e a heterogeneidade que eles acreditavam serem oriundas dela. Os teóricos da modernização, por seu turno, não estão especificamente

* Publicado originalmente na Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ano V, 1977.

interessados em cidades e tendem a ser mais otimistas sobre a mudança social, enfatizando em vez disto o processo de homogeneização de indivíduos e sociedades. O que ambos os modelos têm em comum é sua preocupação com a mudança social (que eles não vinculam a qualquer sistema produtivo específico) e com o surgimento de novos comportamentos e orientações culturais.

A modernidade é geralmente caracterizada em duas dimensões: ao nível de sociedades e ao nível de indivíduos. No primeiro caso, diferentes sociedades são comparadas de acordo com certos indicadores; no segundo caso, o foco é centrado nos indivíduos que são classificados em termos de comportamentos e atitudes mais ou menos modernos[1].

Segundo Smith e Inkeles,

> empregado para descrever uma sociedade, 'moderno' geralmente significa um Estado nacional caracterizado por um complexo de traços incluindo urbanização, altos níveis de educação, industrialização, mecanização extensiva, altas taxas de mobilidade social, etc. Quando aplicado a indivíduos, refere-se a um conjunto de atitudes, valores e modos de sentir e agir, presumivelmente do tipo gerado por ou requerido para uma efetiva participação numa sociedade moderna[2].

[1] Existe uma ampla literatura sobre modernização. Ver, entre outros, Lerner, Daniel. *The Passing of Traditional Society.* New York, The Free Press, 1958; Hoselitz, Bert *F. Sociological Aspects of Economic Growth,* Glencoe, The Free Press, 1960; McClelland, David C. *The Achieving Society,* Princeton, D. Van Nostrand, 1961; Hagen, Everett E. On *the Theory of Social Change.* Homewood, Dorsey Press, 1962; Weiner, Myron (ed.). *Modernization. The Dynamics of Growth.* New York, Basic Books, 1966; Eisenstadt, S. N. *Modernization: Protest and Change.* Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1966; Levy, Marion J. Jr. *Modernization and the Structure of Societies.* Princeton, Princeton University Press, 1966; Germani, Gino. *Sociologia de la Modernización.* Buenos Aires, Paidós, 1969; Inkeles, Alex, e Smith, David H. *Becoming Modern.* London, Heineman, 1974.

[2] Smith. David Horton, e Inkeles, Alex. "The OM Scale: A Comparative Socio-Psychological Measure of Individual Modernity", in *Sociometry,* vol. 29, n. 4, 1966, p. 353. Existe uma grande variedade de traços que são apontados pelos teóricos da modernização como sendo característicos de indivíduos modernos. Muitos destes autores seguem explícita ou implicitamente o modelo das "variáveis-padrão" elaborado por Parsons. (Ver Parsons, Talcott e Shills,* Publicado originalmente na Revista Mexicana de Sociologia, volume 41, 1979.

Em ambos os casos, em que pesem as diferenças entre os autores, opera-se com dois conceitos dicotômicos — tradicional e moderno — que são considerados como extremos opostos de um *continuum*. As sociedades, bem como os indivíduos são classificados em uma destas duas categorias ou são encaixados em escalas que variam de um maior grau de tradicionalismo até um grau maior de modernismo e que representariam pólos opostos localizados no início e no término de um processo de mudança.

Como outras teorias dicotômicas, a tese da modernização postula um modelo a-histórico e linear de mudança social e evolução. Em seus termos mais simples, a teoria sustenta que, dadas certas condições, todas as sociedades podem mover-se do extremo tradicional ao moderno, o qual é tipificado pelos mais adiantados países capitalistas do Ocidente.

Assim todas as sociedades estariam em algum ponto do *continuum* tradicional-moderno e poderiam avançar nele. A principal razão para uma sociedade estar em uma posição atrasada ou adiantada no *continuum* seria, então, o grau de tradicionalismo ou modernismo das atitudes e valores de seus membros, quer das elites ou das massas, ou de ambas.

Trata-se, portanto, de uma peculiar teoria de desenvolvimento, ou seja, uma que enfatiza fatores culturais e psicossociais como a fonte causal de mudanças sociais e econômicas. Ela encara a história como uma sucessão de estágios pelos quais todas as sociedades podem, mais cedo ou mais tarde, passar e postula que atributos e fatores culturais são responsáveis pelos atrasos e avanços na posição de sociedades neste *continuum.*

O modelo da modernização faz uso de fontes teóricas bem conhecidas. Como assinala Tipps,

> A maioria dos teóricos da modernização optou (...) por localizar suas definições no âmbito do marco conceitual mais amplo fornecido pelo enfoque 'dicotômico'. Em nenhum lugar a influência da teoria evolucionista do século dezenove é mais evidente que aqui. Através

y *Publicado originalmente em Blay, Eva Alterman (org.). A Luta pelo Espaço. Petrópolis, Vozes, 1978.

> do artifício de contrastes típico-ideais entre os atributos de tradição e modernidade, os teóricos da modernização fizeram pouco mais do que resumir com a ajuda das variáveis-padrão de Parsons e alguma atualização etnográfica, os esforços anteriores de homens como Maine, Tönnies, Durkheim, e outros na tradição evolucionista para conceituar a transformação de sociedades em termos de uma transição entre tipos polares da variedade status-contrato, *Gemeinschaft-Gesellschaft*"[3].

Existem várias criticas que podem ser feitas a este tipo de teoria. A primeira é que o enfoque da modernização praticamente não leva em consideração o fato de que nos últimos séculos a maioria das sociedades estiveram em contato entre si e que o tipo de relacionamento que foi estabelecido entre elas é altamente importante no que diz respeito à sua situação social e econômica. Neste sentido, no que concerne a relações econômicas internacionais, a maioria dos países desenvolvidos tem posição metropolitana, enquanto que os subdesenvolvidos têm uma posição periférica e dependente. É, pois, fundamental ter em mente que a partir do século XVI uma economia mundial passa a ser formada e que torna-se sem sentido pretender que qualquer sociedade possa ser uma entidade isolada.

Uma segunda crítica a ser formulada é a mesma que pode ser dirigida a qualquer teoria mecanicista, ou seja, de que a história não se constitui numa sucessão linear, mas que ela está permeada por avanços, recuos e estagnações e é impregnada de contradições. É importante ter em mente que a esfera sócio-econômica e a cultural não mantêm uma relação de linearidade do tipo mecanicista. Assim como mudanças sócio-econômicas não implicam automaticamente em mudanças culturais, também pode haver a ocorrência de mudanças culturais que não afetam diretamente a esfera sócio-econômica.

Neste sentido é útil reter a distinção que Costa Pinto traça entre modernização e desenvolvimento :

> ...modernização é um processo que consiste na adoção, por uma sociedade em mudança, de padrões de consumo, de comportamento,

[3] Tipps, Dean C. "Modernization Theory and the Comparative Study of Societies: A Critical Perspective", in *Comparative Studies in Society and History,* vol. 15, n. 2, 1973, p. 204.

de instituições, valores e ideias característicos de sociedades mais avançadas enquanto desenvolvimento, por outro lado, implica mudanças estruturais que alteram basicamente o perfil de sua estrutura econômica e social. Nesse sentido a modernização, sociologicamente encarada, é um processo mais epidérmico, enquanto o desenvolvimento é um processo mais profundo. A modernização pode ser, por um tempo relativamente largo, compatível com a permanência de uma estrutura econômica e social do tipo colonial; enquanto o desenvolvimento, por definição, implica necessariamente o câmbio desta estrutura colonial de economia e sociedade[4].

Uma terceira critica pode ser dirigida ao determinismo cultural em que a teoria da modernização incorre: desenvolvimento e subdesenvolvimento são encarados como o resultado de atitudes e valores modernos ou tradicionais. McClelland, por exemplo, sustenta que "as ideias são de fato mais importantes para moldar a história do que arranjos puramente materialistas. (...) são os valores, as motivações ou forças psicológicas que determinam em última instância a taxa de desenvolvimento econômico e social"[5].

O modelo subjacente a este tipo de proposição é uma deturpação da obra clássica de Max Weber, *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, cujo propósito foi o de analisar a influência de uma religião específica no desenvolvimento do capitalismo em um período histórico definido. Entretanto, o que a maioria dos teóricos da modernização faz é levar o modelo de Weber além do razoável e transformar o que foi um exemplo específico numa regra universal, caindo assim num determinismo cultural. Não seria então a economia o fator causal da história mas a cultura: a um determinismo econômico eles contrapõem um determinismo cultural[6].

[4] Costa Pinto, L. A. "Modernização e Desenvolvimento", *in* Costa Pinto, L. A., Bazzanela, W. (org.). *Teoria do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Zahar, 1967, p. 193.

[5] McClelland, David C. "Motivational Patterns in Southeast Asia with Special Reference to the Chinese Case", in *Journal of Social Issues*, vol. 19, 1963, p. 18.

[6] É oportuno assinalar que boa parte do determinismo cultural é dirigida contra o determinismo econômico, do qual aquilo que é chamado de "marxismo vulgar" é um exemplo. Ele utiliza a proposição de Marx de que "não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência" (Marx, Karl, e Engels, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. Portugal, Editorial Presença, 1974, vol. 1. p. 26) e procura encontrar mecanicamente

É importante assinalar que muitas aplicações deste enfoque tão unidimensional chocam-se com a posição de Weber que era essencialmente relativista, já que ele acreditava que só se podia obter perspectivas da realidade e portanto sugeriu que não se devia postular os nossos próprios pontos de vista como sendo melhores do que quaisquer outros. Como ele fez questão de frisar: "... meu objetivo não é o de substituir uma interpretação materialista e unilateral da cultura e da história por uma interpretação espiritualista e igualmente unilateral. Cada uma é igualmente possível, mas cada uma, se não serve como uma preparação, mas como a conclusão de uma investigação, alcança igualmente pouco no interesse da verdade histórica"[7].

Uma quarta crítica que pode ser formulada é a de que, embora ela enfatize fatores culturais, existe uma forte dose de etnocentrismo na teoria da modernização. O fato de que as sociedades adiantadas do Ocidente são tomadas como o estágio final no paradigma da modernização levou inclusive alguns autores a substituir este último termo por "ocidentalização", num procedimento que trai as pressuposições ideológicas que estão no bojo da teoria[8].

as relações entre a infra-estrutura e a superestrutura. Mas, como estas relações são de uma natureza mais complexa e contraditória (como Marx fez questão de salientar em suas obras), os resultados deste procedimento destorcido geralmente causam desapontamento. Assim, por exemplo, tentativas ingênuas de encontrar uma consciência de classe no comportamento dos trabalhadores em todos os tipos de situações do dia-a-dia frequentemente acabam sendo refutadas pela realidade e são muitas vezes interpretadas de um modo bastante *ad hoc* como exemplos de falsa consciência.

Para análises da importância que Marx atribuía a fatores ideológicos e culturais na história ver, entre outros, Goldmann, Lucien. *Ciências Humanas e Filosofia*. São Paulo, DIFEL, 1972; Williams, Raymond. "Base and Superstructure in Marxist Cultural Theory", in *New Left Review*, n. 82, 1973; Swingewood, Alan. *Marx e a Teoria Social Moderna*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

[7] Weber, Max. *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism*. London, George Allen & Unwin, 1976, p. 183.

[8] Ver Gist, Noël, e Fava, Sylvia F. *Urban Society*. New York, Thomas Y. Crowell, 1964, p. 272.

Nikomorow cita uma variedade de exemplos do etnocentrismo ocidental dos teóricos da modernização: "(...) a adoção de qualquer prática cultural ocidental, a importação de quaisquer bens materiais ocidentais constitui modernização (...). A ocidentalização é um tipo predominante de modernização no século XX" (Riggs, F. "The Theory of Developing

Comparando o viés etnocêntrico dos teóricos da modernização com o dos evolucionistas sociais do fim do século XIX, Tipps assinalou que

> embora a linguagem tenha sido mudada e teorias raciais tenham sido descartadas, os teóricos da modernização continuam a ser motivados por aquilo que Mazrui chamou de 'autoconfiança da realização etnocêntrica'. Assim, embora a terminologia da teoria contemporânea da modernização tenha sido asseada um pouco para dar uma impressão mais neutra — ela fala de 'modernidade' em vez de 'civilização', 'tradição' em vez de 'barbárie' — ela continua a avaliar o progresso de nações, do mesmo modo que seus antepassados, por sua proximidade às instituições e valores das sociedades ocidentais e particularmente anglo-americanas[9].

Assim, o fato de que determinadas sociedades são definidas como o ápice do processo de modernização leva muitos teóricos a tentar forçar todos os tipos de mudança social que ocorrem em sociedades não-ocidentais naquilo que Bendix chamou de "o leito de Procrusto da experiência européia"[10].

Como as bases do modelo são bastante frágeis, isto obviamente se reflete em estudos empíricos, quando em pesquisas que procuram

Politics", in *World Politics,* vol. 16, p. 61). "Historicamente, modernização é o processo de mudança para os tipos de sistemas sociais, econômicos e políticos que se desenvolveram na Europa ocidental e América do Norte entre os séculos XVII e XIX, espalhando-se, então, por outros países europeus e, nos séculos XIX e XX, pelos continentes sul-americano, asiático e africano". (Eisenstadt, S. N. *Modernizaticm, Protest and Change,* Englewood-Cliffs. N. J. Prentice-Hall, 1966, p. 1). "Chamarei um sistema de modernizado na medida em que ele se aproxima do tipo de sistema existente nas modernas sociedades ocidentais, tomando bem arbitrariamente os Estados Unidos como extremo até agora alcançado neste sentido". (Levy Jr., Marion. "Some Social Obstacles...", p. 449). "A América do Norte representa o mais avançado tipo de moderna sociedade industrial — não, é claro, no sentido de superioridade moral, mas no sentido de que as forças da modernização foram mais longe aqui. A América do Norte se tornou um laboratório para o futuro de nosso planeta (...)" (Berger, B. *Societies in Change.* Basic Books Inc., 1971, p. 286). " (...) A Sociedade americana apresentou ao mundo seu mais desenvolvido modelo de modernidade (...)" (Lerner, Daniel. *The Passing of Traditional Society.* Free Press, 1964, p. 82). Para outros exemplos ver Nikomorow, Grazyna. "A Critique of the Modernization Paradigm", in *The Human Factor,* vol. 12, nn. 2 e 3, 1974.

[9] Tipps. *Cit*., p. 206.

[10] Bendix, Reinhard. "Tradition and Modernity Reeonsidered", in *Comparative Studies in Society and History*, vol. 9, n. 3, 1967, p. 323.

comparar diferentes culturas, muitos vieses ocidentais impedem a compreensão de achados que deveriam ser explicados em termos de sua relação com a cultura específica onde eles ocorrem.

Inkeles, por exemplo, ao realizar um estudo comparativo de diferentes culturas, frisou várias características daquele que ele chama o homem moderno. Uma delas é a dignidade: "Nós entendemos que o homem mais moderno é alguém que possui consciência da dignidade dos outros e mais disposição para mostrar respeito por eles. Nós sentimos que isto se evidencia muito claramente em atitudes em relação a mulheres e crianças"[11].

Ao usar a dignidade (medida pelo tratamento dado a mulheres e crianças) como uma das características do homem moderno, Inkeles emprega um indicador que é etnocêntrico. A dignidade, assim como a honra[12], é obviamente um conceito relativo que varia no tempo e no espaço. Cada cultura tem seus próprios critérios para avaliar estes conceitos, que vão desde a capacidade de sofrer em silencio até o dever de vingar um parente assassinado. O modo de tratar mulheres e crianças varia consideravelmente não só entre culturas "tradicionais" e "modernas", mas também entre os vários tipos de culturas "modernas".

Kahl, em um estudo sobre modernismo entre trabalhadores brasileiros e mexicanos, pressupõe que a concordância com a afirmação "O filho de um trabalhador não tem muita chance de chegar até as profissões liberais" significa uma atitude tradicional[13]. O conhecimento da realidade brasileira e mexicana indica, entretanto, que a probabilidade de um filho de operário concluir um curso universitário é bastante remota. Portanto, a resposta considerada tradicional é em verdade muito realista, uma vez que ela está calcada numa avaliação bastante objetiva de possibilidades.

[11] Inkeles, Alex. "The Modernization of Man", *in* Weiner, *op. cit*., p. 144.

[12] Ver Berger, Peter L.: Berger, Brigitte; Kellner, Hansfield. *The Homeless Mind. Modernization and Consciousness*. Harmondsworth, Penguin, 1974, esp. "Excursus: On the Obsolescence of the Concept of Honour", p. 78-89.

[13] Kahl, Joseph A. *The Measurement of Modernism. A Study of Values in Brazil and Mexico*. Austin, University of Texas Press, 1968, p. 30.

Nesta mesma linha, Queiroz relata o caso do sociólogo indiano S. P. Bose que teve um artigo rejeitado duas vezes pela revista norte-americana *Rural Sociology* porque sua pesquisa demonstrou que num Estado da Índia os lavradores mais "modernos" não eram os mais eficientes em termos de produtividade e rendimento econômico. A revista insistiu que seus resultados eram "ilógicos" e que devia ter ocorrido um erro técnico com seus dados e não publicou seu artigo, apesar de já ter publicado contribuições suas previamente[14].

Queiroz também menciona uma pesquisa em uma área rural do Brasil na qual o único lavrador que tinha um trator (e que normalmente seria considerado "moderno") somente o usava para levar a família a passear aos domingos e feriados a fim de se exibir diante dos vizinhos[15]. Neste sentido, no caso da agricultura brasileira, Oliveira sugeriu que para vários produtos é mais competitivo utilizar técnicas "primitivas" do que "modernas" e que isto é altamente funcional à acumulação capitalista no país como um todo[16].

Mesmo em sociedades industriais adiantadas também se constata a persistência de vários comportamentos, instituições e valores normalmente considerados "tradicionais" e que longe de serem "disfuncionais" estão em verdade perfeitamente integrados à sua dinâmica[17]. E "frequentemente se esquece que a primeira nação industrial, a Inglaterra, era conservadora em estrutura no século XIX e era considerada por von Ranke como possuindo mais das restantes instituições do medievalismo do que qualquer outro país europeu"[18].

Estes exemplos, que podem ser multiplicados, são reveladores pois mostram que um grande número de teóricos da modernização

[14] Queiroz, Maria Isaura Pereira de. "Por que uma Sociologia dos Grupos Rurais?", in *Sociologia Rural*. Rio de Janeiro, Zahar, 1969, p. 20s. Este livro também inclui a tradução do artigo de Bose sobre sua pesquisa.
[15] Id., ibid., p. 22-24.
[16] Oliveira, Francisco de. "A Economia Brasileira: Critica à Razão Dualista", in *Estudos CEBRAP*, n. 2, 1972.
[17] Ver a este respeito, por exemplo, Abercrombie, Nicholas, e Hill, Stephen. "Paternalism and patronage", in *British Journal of Sociology*, vol. 27. n. 4, 1976.
[18] Weinberg, Ian. "The Problem of the Convergence of Industrial Societies: A Critical Look at the State of a Theory", in *Comparative Studies in Society and History*, vol. 11, n. 1, 1969, p. 12.

deixam de levar em consideração que em muitas ocasiões comportamentos que parecem ser "tradicionais" são em verdade altamente racionais dadas as circunstâncias. O que é talvez mais surpreendente é que autores que utilizam um enfoque tão culturalista esqueçam o pressuposto básico do culturalismo, ou seja, o do relativismo cultural.

Em síntese, o que sobressai na análise da teoria da modernização é o fato de se tratar de uma ideologia que postula um modelo a-histórico e linear de mudança social baseado num determinismo cultural. Ela é operacionalizada através de uma dicotomia que dá uma visão dualista de fenômenos que em verdade são bem mais complexos e dinâmicos. Este modelo tem um forte viés etnocêntrico e raramente é utilizado para estudar o nível de consciência das classes sociais ou suas práticas e representações face às orientações culturais associadas com o desenvolvimento do capitalismo. Do modo como é utilizado pela maioria de seus teóricos, o modelo da modernização não passa de uma ideologia que procura mascarar as causas da situação dos países subdesenvolvidos, propondo características culturais como sendo responsáveis por seu atraso.

Capítulo III

Marginalidade Urbana na América Latina: Aspectos Econômicos, Políticos e Culturais[*]

Para comparar e analisar as práticas e orientações de diferentes camadas sociais, como procura fazer a pesquisa de que trata o capítulo cinco deste livro, é necessário examinar em que medida as classes dominadas participam da economia, da política e da cultura dominante. Os temas discutidos nos dois últimos capítulos têm uma importância marcante para esta discussão uma vez que frequentemente a pobreza é atribuída à suposta carência de uma "cultura urbana" ou de atitudes "modernas" por parte das classes baixas.

A preocupação com a marginalidade urbana na América Latina desenvolveu-se depois da Segunda Guerra Mundial quando núcleos de populações (no Brasil chamados de favelas), vivendo em condições precárias e geralmente ocupando solos ilegalmente, começaram a aparecer na periferia da maior parte das grandes cidades[1].

A primeira reação a este "problema" foi encará-lo como restrito à precariedade da habitação, já que esta era o aspecto mais visível da questão. Assim, não se percebia que a favela não é um problema mas uma "solução" à necessidade de abrigo e que a sub-habitação é

[*] Publicado originalmente na *Revista Mexicana de Sociologia,* volume 41, 1979.

[1] O uso do termo "marginal" precedeu o estudo da marginalidade na América Latina e parece ter sua origem sociológica no artigo "Human Migration and the Marginal Man" de Robert Park publicado em 1928. Ele começou a corrente, mais tarde continuada por Everett Stonequist e outros, de estudar o "homem marginal", um indivíduo que se supunha viver na margem de duas culturas como aplicado, por exemplo, a imigrantes nos Estados Unidos. Ver Park, Robert E. "Human Migration and the Marginal Man", in *American Joumal of Sociology,* vol. 33, n. 6, 1928, e Stonequist, Everett V. "The Problem of the Marginal Man", in *American Joumal of Sociology,* vol. 41, n. 1, 1935.

apenas um indicador de uma situação mais complexa caracterizada por desemprego e subemprego.

Apesar de sua limitação explicativa e das críticas que lhe foram dirigidas, este tipo de abordagem habitacional é ainda empregado com frequência. É obviamente mais cômodo falar sobre favelas do que sobre pobreza. Existe, assim, uma tendência de tratar a favela não como a categoria habitacional que ela é, mas como se ela fosse uma entidade social. Toda esta abordagem ecológica proporciona, é claro, um tema constante para uma série de instituições e pessoas que têm interesse em deixar a questão concentrada neste nível em vez de encaminhá-la para um nível social mais amplo.

Um dos primeiros estudos importantes que foi capaz de descartar o enfoque ecológico como falacioso e enfrentar os reais aspectos subjacentes à questão foi um texto publicado em 1966 pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina da Organização das Nações Unidas) e redigido, embora não-oficialmente, por Aníbal Quijano. Elaborando um conceito do fenômeno, o texto sugeriu que

> a marginalidade social consistiria em um modo limitado e inconsistentemente estruturado de pertenecimento e de participação na estrutura geral da sociedade, seja a respeito de certas áreas dentro de suas estruturas dominantes ou básicas, seja a respeito do conjunto destas, em todos ou em parte de seus setores institucionais[2].

Isto leva ao exame das explicações causais da marginalidade social. O texto assinalou que existem duas principais abordagens ao tema: o "estruturalismo funcionalista" e o "estruturalismo histórico". Na perspectiva do "estruturalismo funcionalista" a falta de integração de um elemento ou conjunto de elementos em relação a uma estrutura social seria encarada como a consequência das características deste elemento ou conjunto de elementos, e deveria portanto ser solucionada através da modificação destas características e por

[2] Quijano, Aníbal. "Notas sobre o Conceito de Marginalidade Social", *in* Pereira, Luiz (org.). *Populações "Marginais".* São Paulo, Duas Cidades, 1978, p. 43.

alguns ajustamentos em alguns setores da estrutura social sem modificar a estrutura em seu caráter e tendências fundamentais[3].

Por seu turno, a perspectiva do "estruturalismo histórico" propõe que a marginalidade de um elemento ou conjunto de elementos é o resultado das contradições da própria natureza e tendências fundamentais da estrutura social[4].

Depois de um período durante o qual o enfoque funcionalista foi relativamente influente entre estudiosos da América Latina, a tendência de estudos recentes tem sido a de abandoná-lo e a de uma crescente aceitação de um enfoque histórico e econômico, geralmente com uma influência marxista. Assim, a maioria dos estudos tem se concentrado na análise da estrutura social e ocupacional e sua capacidade ou incapacidade de absorver mão-de-obra como a principal explicação da marginalidade.

Aspectos econômicos da marginalidade urbana

Tendo se assinalado que a marginalidade se deve a fatores sócio-econômicos, permanece o problema de explicitar as causas do fenômeno. Isto não uma tarefa fácil já que existe um debate contínuo mesmo entre autores que compartilham pontos de vista políticos e sociais semelhantes.

Várias questões vêm à tona neste debate. O primeiro tem a ver com se a industrialização da América Latina e a urbanização que lhe está associada seguem substancialmente as mesmas linhas básicas das que os países desenvolvidos experimentaram no passado. Argumenta-se frequentemente que a industrialização da Europa Ocidental ocorreu num período de tempo em que certos países (Estados Unidos, Austrália, etc.) encorajaram fortemente a imigração

[3] Id., ibid., p. 30-31. Para um exemplo da perspectiva funcionalista, ver Desal**.** *Marginalidad en América Latina — un ensayo de diagnóstico.* Barcelona, Editorial Herder, 1969.
[4] Id., ibid., p. 31.

que foi então capaz de absorver parte da população "marginal" formada pelo processo de industrialização[5].

Além disto, enquanto países como a Grã-Bretanha do século XIX também dispunham de um mecanismo automático de absorção de mão-de-obra não-qualificada em atividades que requerem muito trabalho como mineração, comunicação e construção, o mesmo não se aplica à tecnologia do século XX. Atualmente, os países que estão se industrializando são compelidos a adotar uma tecnologia que requer muito capital se eles desejam competir internacionalmente e a abundância de mão-de-obra barata formada por trabalhadores pré-industriais lhes é de pouca utilidade[6].

Isto traz à baila a questão do papel desempenhado pela dependência econômica em relação à marginalidade. É frequentemente sugerido que o padrão de incorporação dos países latino-americanos ao mercado internacional os torna cronicamente incapazes de gerar uma real demanda de força de trabalho. A dependência seria, assim, a causa da marginalização de vastos setores da população urbana, no sentido de que eles não são incorporados ao mercado formal de trabalho[7].

Embora exista certa verdade neste argumento, não se deve ser levado a exagerar sua importância. Em uma instrutiva discussão de alguns dos estudos que enfatizam a dependência[8], Singer argumentou que ela seria parcialmente responsável pela marginalização de uma parcela dos habitantes dos países da América Latina. Isto, entretanto, se daria não porque a dependência provoque desemprego pela utilização de técnicas que empregam muito capital e pouca mão-de-

[5] Ver Hobsbawm, E. J. "La marginalidad social en la historia de la industrialización europea", in *Revista, Latinoamericana de Sociologia,* vol. 5, n. 2, 1969, p. 241.
[6] Id., ibid., p. 242.
[7] Ver Pereira, Luiz. "Populações 'Marginais'", in *Estudos sobre o Brasil Contemporâneo.* São Paulo, Pioneira, 1971, p. 167-168.
[8] Ver Castells, Manuel. "La urbanización dependiente en América Latina", e Quijano, Aníbal. "La formación de un universo marginal en las ciudades de América Latina", ambos em Castells, Manuel (org.). *Imperialismo* y *Urbanización en América Latina,* Barcelona, Gustavo Gili, 1973; Quijano, Aníbal. "Dependencia, Cambio Social y Urbanización en Latino-américa", *in* Cardoso, F. H., e Weffort, F. (orgs.). *América Latina — Ensayos de Interpretación Sociológico-Política,* Santiago, Universitária, 1970.

obra, mas porque o excedente que é assim gerado não é inteiramente acumulado dentro destes países. O autor, entretanto, assinala que não devemos ser levados à conclusão que um capitalismo "nacional" viesse a produzir uma maior acumulação de capital em cada país[9].

Do mesmo modo como existem sérias discussões a respeito da importância da dependência em relação à marginalidade, outra questão fundamental tem a ver com o debate sobre o papel que a massa marginal desempenha no mercado de trabalho. Ela tem normalmente sido interpretada como sendo o exército industrial de reserva descrito por Marx. Alguns autores, entretanto, têm argumentado que o volume desta massa marginal é muito maior que a quantidade requerida como um reservatório de mão-de-obra. Uma grande porção deste excedente de força de trabalho seria então irrelevante para o mercado de trabalho, do ponto de vista de comprimir salários e de ter trabalhadores facilmente disponíveis. Neste sentido, o termo marginal realmente se aplicaria a eles[10].

O debate sobre a questão do tamanho da massa marginal e sua utilidade para o mercado de trabalho ainda prossegue[11] e mais estudos são certamente necessários. Mais recentemente os estudiosos

[9] Singer, Paul. "Urbanização, Dependência e Marginalidade na América Latina", in *Economia Política da Urbanização*. São Paulo, Brasiliense, 1973, p. 89.

[10] Quijano, por exemplo, argumenta que na América Latina, "... a mão-de-obra disponível no mercado não constitui mais uma 'reserva' para aqueles níveis hegemônicos da produção industrial, mas uma força de trabalho excluída, a qual à medida que mudanças na composição técnica do capital progridem, *perde de um modo permanente e não transitório a possibilidade de ser absorvida naqueles níveis hegemônicos da produção,* e especialmente na produção urbano-industrial, que tem hegemonia dentro da economia geral. Isto é, aqueles setores e níveis 'nas posições-chave' do sistema de produção capitalista não necessitam uma vasta massa de mão-de-obra disponível para seus fins de expansão da produção. Esta força de trabalho, então. não mais se constitui em uma 'alavanca' ou 'condição de existência' do sistema de produção na sua fase atual". Quijano Obregón, Aníbal. "The marginal pole of the economy and the marginalised labour force", in *Economy and Society,* vol. 3, n. 4, 1974, p. 418.

[11] . Ver, entre outros, Nun, José. "Superpopulação Relativa, Exército Industrial de Reserva e Massa Marginal", *in* Pereira, Luiz (org.). *Populações "Marginais", cit.,* e a crítica de Cardoso, Fernando Henrique. "Comentário sobre os conceitos de superpopulação relativa e marginalidade", in *O Modelo Político Brasileiro.* São Paulo, DIFEL, 1972, e a réplica de Nun, José. "Marginalidad y otras Cuestiones", in *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales,* n. 4, 1972.

têm se concentrado numa outra interessante questão que trata das articulações do setor marginal da economia (as atividades econômicas que a massa marginal desempenha a fim de sobreviver) com a economia em geral, tentando compreender como o primeiro ajuda o último a intensificar a acumulação capitalista.

A questão que alguns autores começaram a levantar é que a importância da força de trabalho marginal talvez resida na ajuda que ela proporciona em fomentar a acumulação em países que carecem de capital. Com respeito ao Brasil, Oliveira formulou a hipótese de que o crescimento do setor terciário, que está crescentemente absorvendo a força de trabalho, longe de ser "marginal" é em realidade uma parte integral do modo de acumulação urbano adequado à expansão do sistema capitalista neste país[12].

Neste sentido, estudos empíricos estão mostrando que as atividades desenvolvidas pelo setor informal das cidades latino-americanas longe de serem marginais desempenham ao contrário importantes funções em relação à acumulação de capital. Roberts, por exemplo, argumenta que o que caracteriza as atividades normalmente rotuladas de "tradicionais" através das quais a maioria dos habitantes das cidades peruanas ganha seu sustento é justamente que dificilmente qualquer delas é tradicional. Na realidade elas seriam tão "modernas" no sentido histórico como as atividades tecnológicas que elas complementam e o risco inerente a descrevê-las como "tradicionais", "domésticas" ou "marginais" residiria em dar a impressão de que elas representam atividades econômicas em vias de extinção. Em verdade existiria uma articulação entre a pequena empresa e o setor da economia que opera em grande escala e é intensivo em capital, já que "a pequena empresa apresenta (...) uma flexibilidade que é um componente funcional do atual processo de desenvolvimento capitalista no Peru"[13].

[12] Oliveira, Francisco de. "A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista", in *Estudos CEBRAP,* n. 2, 1972, p. 27.

[13] Roberts, Bryan R. "Center and Periphery in the Development Process: The Case of Peru", *in* Cornelius, Wayne A., e Trueblood, Felicity M. (eds.). *Urbanization* and *Inequality: The Political Economy of Urban and Rural Development in Latin America (Latin American Urban Research,* vol. 5). Beverly Hills, Sage, 1975, p. 88-89.

Numa linha similar, Santos sustenta que o pólo marginal da economia é mais forte precisamente na cidades mais dinâmicas da América Latina. Examinando a circulação do capital, num estudo de Lima ele mostrou como os vendedores de rua ajudam a promover a acumulação nos centros hegemônicos da economia. Os vendedores de rua funcionariam como um canal de duas vias: por um lado eles trazem bens do setor moderno à população de baixa renda, por outro eles levam ao circuito superior as poupanças dos pobres e das classes médias através dos atacadistas, bancos e outros canais como consumo conspícuo e moderno, loterias, etc[14].

Pode se observar que a análise dos aspectos econômicos da marginalidade é um campo que ainda oferece uma ampla margem para discussões e que provavelmente vai estimular mais estudos no futuro[15]. Um dos maiores desafios nesta área provavelmente reside em como traduzir as proposições teóricas existentes em pesquisas empíricas, permitindo assim que aquelas sejam testadas e aperfeiçoadas.

Aspectos políticos da marginalidade

A teoria que talvez tenha sido mais intensamente formulada a respeito da relação entre urbanização e política em países subdesenvolvidos é a que associa a primeira com o radicalismo e a violência política. Seu argumento central é de que os migrantes vêm

[14] Santos, Milton. "The Periphery at the Pole: Lima, Peru", *in* Gappert, Gary, e Rose, Harold M. (eds.). *The Social Economy of Cities. (Urban Affairs* Annual *Review,* vol. 9). London, Sage, 1975, p. 349 e 355.

[15] Para alguns estudos recentes, ver, entre outros, Kowarick, Lúcio. *Capitalismo e Marginalidade na América Latina.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975; Berlink, Manoel T. *Marginalidade Social e Relações de Classes em São Paulo.* Petrópolis, Vozes, 1975; Faria, Vilmar. "Pobreza Urbana, Sistema Urbano e Marginalidade', in *Estudos CEBRAP,* n. 9, 1974; Turnaturi, Gabriella (org.). *Marginalitá e Classi Soeiali.* Roma, Savelli, 1976; Souza, Paulo R., e Tokman, Victor E. "The Informal Sector in Latin America", in *International Labour Review,* vol. 114, n. 3, 1976; Paoli, Maria Célia Pinheiro Machado. *Desenvolvimento e Marginalidade.* São Paulo, Pioneira, 1974; *Revista Mexicana de Sociologia,* vol. 39, n. 4, 1977 (seção sobre "Marginalidad, Urbanización y Empleo en América Latina") e vol. 40, n. 1, 1978 (seção sobre "Marginalidad, Urbanización y Población en América Latina").

às cidades com expectativas que não são satisfeitas pela economia urbana; frustrados pelo fato de suas aspirações não serem atendidas, eles (ou a geração de seus filhos) se voltariam então para o radicalismo político e a violência.

É interessante observar que este tipo de argumento percorre o espectro político, sendo exposto tanto por autores de esquerda como de direita. Frantz Fanon, representante da visão de esquerda, profetizou que

> É nesta massa da humanidade, neste povo das favelas, no seio do *lumpen-proletariado*, que a rebelião vai achar sua ponta de lança urbana. Pois o *lumpen-proletariado*, esta horda de homens famintos, desarraigados de sua tribo e de seu clã, constitui uma das forças mais espontâneas e radicalmente revolucionárias de um povo colonizado[16].

A visão reacionária de direita, por seu turno, encara os marginais como se constituindo numa ameaça e num freio ao desenvolvimento econômico. Para Ward eles

> são o núcleo do desespero e desafeição locais engrossando os movimentos Jeunesse do Congo, inchando o populacho urbano do Rio, votando pelos comunistas nos horríveis becos de Calcutá, em toda parte minando a tão frágil estrutura da ordem pública e assim retardando o desenvolvimento econômico que é o único que pode melhorar sua situação. Não controlados, desatendidos, deixados a crescer e supurar, existe aqui suficiente material explosivo para produzir no mundo todo o padrão de um amargo conflito de classe encontrando num grau crescente um viés racial, eclodindo em guerra de guerrilhas e ameaçando, em última análise, a própria segurança do confortável Ocidente[17].

Este tipo de temor foi expresso de um modo mais resumido por um conhecido cientista político: "Em alguns países as fervilhantes populações urbanas são tão altamente politizadas que num sentido elas se tornaram revólveres carregados apontados em direção dos

[16] Fanon, Frantz. *The Wretched of the Earth.* Harmondsworth, Penguin, 1974, p. 103. Para uma interessante análise da obra de Fanon, ver Worsley, Peter. "Frantz Fanon and the Lumpen-proletariat", *in* Miliband, Ralph, e Saville, John (eds.). *The Socialist Register 1972,* London, Merlin, 1972.

[17] Ward, Barbara. "The Uses of Prosperity", in *Saturday Review,* 29-8-1964, p. 192.

governos responsáveis e à beira de serem disparados diante da menor provocação"[18].

A realidade e os dados empíricos, entretanto, não confirmam este tipo de ideias. As características revolucionárias ou radicais das classes baixas urbanas são mais um produto ou do "otimismo ingênuo" de alguns elementos de esquerda ou da culpa e medo dos setores privilegiados da sociedade que tendem a temer que as "classes perigosas" possam recorrer à rebelião violenta para alcançar a justiça social.

A relativa apatia revolucionária das classes subordinadas em países subdesenvolvidos pode melhor ser entendida quando se tomam em consideração alguns aspectos importantes da questão. Primeiro, deve-se ter em mente que, por degradantes que sejam as condições de vida das classes baixas urbanas, elas provavelmente estão numa

[18] Pye, Lucian W. "The Political Implications of Urbanization and the Development Process", *in* Breese, Gerald (ed). *The City in Newly Developing Countries: Readings on Urbanism and Urbanization*. London, Prentice-Hall, 1972, p. 404.
A seguinte citação mostra que as classes dominantes da Inglaterra do começo do século XIX também temiam as massas urbanas: "Lord Liverpool, congratulado por Chateaubriand pela solidez das instituições britânicas, apontou para a capital do lado de fora de sua janela e respondeu: 'O que pode ser estável com estas enormes cidades? Uma insurreição em Londres e tudo isto está perdido'". (Citado por Hamilton, Richard. *Affluence and the French Worker in the Fourth Republic*. Princeton, Princeton University Press, 1967, p. 246).
Hobsbawm, entretanto, sugeriu que este tipo de temor era exagerado: "A Inglaterra do século XVIII era uma nação notoriamente revoltosa, com um aparelho para manter a ordem pública notoriamente improvisado. Não somente cidades menores como Liverpool e Newcastle, mas partes maiores da própria Londres podiam estar nas mãos do populacho revoltoso por dias seguidos. Já que nada estava em jogo em tais desordens exceto uma certa quantia de propriedade, que uma nação próspera podia muito bem permitir-se de substituir, o ponto de vista geral entre as classes altas era fleugmático e até satisfeito. Os nobres [do partido] Whig tinham orgulho do estado de liberdade que despojava tiranos em potencial das tropas para subjugar seus súditos e da polícia para atormentá-los". (Hobsbawm, E. J. "Cities and Insurrections", in *Revolutionaries*. London, Weidenfeld and Nicolson, 1973, p. 225).
Sobre motins urbanos ver também Hobsbawm, E. J. *Rebeldes Primitivos*. Rio de Janeiro, Zahar, 1970, capítulo VII: "A Turba Urbana"; Rudé, George. *Paris and London in the Eighteenth Century. Studies in Popular Protest*. London, Fontana/ Collins, 1974; Idem. *The Crowd in the French Revolution*. Oxford, Oxford University Press, 1959; Idem. *The Crowd in History, A Study of Popular Disturbances in France and England 1730-1848*. New York, John Wiley & Sons, 1964, capítulo 3: "The City Riot of the Eighteenth Century"; Lupsha, Peter A. "On Theories of Urban Violence", in *Urban Affairs Quarterly*, vol. 4, n. 3, 1969.

situação melhor do que no campo onde a vida é frequentemente ainda pior.

Além disso, parece estranho adjudicar a setores tão pobres e oprimidos da população a potencialidade de se engajar em ações políticas organizadas. Marx, por exemplo, nunca atribuiu um papel revolucionário ao *lumpen*-proletariado que, obviamente, não pode ser concebido como uma "classe para si" no sentido marxista do termo[19]. Pode-se também perguntar, se, por uma série de razões históricas, o proletariado muito mais antigo de países adiantados não conseguiu organizar revoluções bem sucedidas ou tomar o poder por outros modos, por que se deveria esperar que as classes baixas, de cidades do Terceiro Mundo, sejam capazes de fazê-lo?

A mera existência de miséria e opressão pode levar a irrupções ocasionais e inconsequentes de violência mas não é capaz de formar uma efetiva consciência política ou de conduzir à ação revolucionária organizada. De acordo com Trotsky, um especialista no assunto, "a mera existência de privações não é suficiente para causar uma insurreição; se fosse, as massas estariam sempre em revolta"[20].

E, finalmente, deve-se ter em mente a existência de um eficiente aparelho policial que reprime e mantém sob controle as classes dominadas.

Portes resumiu bem a relação entre urbanização e inquietação popular:

> As teorias de urbanização da América Latina tendem a predizer uma explosão política iminente dos novos setores de classes mais baixas. Estas predições, entretanto, têm sido constantemente rejeitadas por achados empíricos que indicam somente débeis tendências para o radicalismo de esquerda nesta área. As tentativas de explicar estes resultados pressupondo baixos níveis de frustração entre as classes urbanas mais baixas são contraditadas pela abundância de circunstâncias estruturais produtoras de frustração entre estes grupos e pelos resultados de investigação empírica. A debilidade das tendências radicais de esquerda na periferia urbana das classes baixas parece menos uma consequência da ausência de frustração que do

[19] Ver Marx, Karl. *O 18 Brumário*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
[20] Citado por Hamilton, *op. cit.,* p. 282.

particular marco cognitivo no qual a frustração é interpretada. Uma ética que define a situação dos migrantes rurais como a de recém-chegados em busca de qualquer oportunidade econômica que a cidade tem para oferecer, mais do que como membros há muito tempo despojados de uma sociedade urbana tende a desencorajar a imputação da responsabilidade dos fracassos pessoais à ordem social, colocando-a em vez disto em fatores mais imediatamente presentes na situação de vida do indivíduo[21].

Aspectos culturais da marginalidade

Assim como é possível lançar dúvidas sobre a propriedade do termo "marginal" para descrever o papel que os desempregados ou subempregados desempenham no processo produtivo, também é possível questionar se culturalmente faz sentido aplicar esta palavra a eles. Como é difícil conceber como qualquer grupo que vive e tem contato com uma determinada sociedade pode realmente ser marginal a ela, deve- se considerar se o termo não é senão um outro eufemismo para a pobreza, ou pior, um rótulo que apresenta as classes subalternas como totalmente diferentes e portanto responsáveis pela sua própria situação.

---

[21] Portes, Alejandro. "Urbanization and Politics in Latin America". in *Social Science Quarterly,* vol 52, n. 3, 1971, p. 718.
Ver também Nelson, Jean Marie. *Migrants, Urban Poverty, and Instability in New Nations.* Cambridge, Mass., Harvard University, Center for International Affairs, 1969; Cornelius Jr., Wayne A. "The Political Sociology of Cityward Migration in Latin America: Toward Empirical Theory", *in* Rabinovitz. Francine, e Trueblood, Felicity M. (eds.) . *Latin American Urban Research,* vol. 1, Beverly Hills, Sage, 1970; Souza, Amaury de. *Migração, Expectativas Crescentes e a Promessa do Protesto Coletivo.* Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, CEDEPLAR, mimeo., 1972.
É importante ressaltar que embora grupos urbanos "marginais" não vão automaticamente se revoltar somente por serem extremamente despojados e aparentemente não terem nada a perder, eles podem obviamente tornar-se politizados e engajar-se em atividades radicais se a atmosfera for favorável. A crescente politização dos favelados de Santiago do Chile durante o governo Allende mostrou que não se trata tanto de uma questão de apatia como de condições favoráveis e organização. Ver Cidu. "Reivindicación Urbana y Lucha Política: Los Campamentos de Pobladores en Santiago de Chile", in *Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales,* vol. 2, n. 6, 1972, e Castells, Manuel.. "Movimientos de Pobladores y Lucha de Clases", in *Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales,* vol. 3, n. 7, 1973.

O que chama a atenção do estudioso da literatura sobre o tema é quão fortemente ele é eivado de uma orientação moralística e/ou paternalista. Ao se concentrarem somente nas classes baixas e suas características em vez de também estudarem outros grupos ou a sociedade como um todo, muitos autores dão a entender que os pobres e não a sociedade devem ser responsabilizados por sua situação.

Referindo-se à Inglaterra do século XVI, Hill fez menção à "aprovação Puritana da distinção severa que a Lei dos Pobres (Poor Law) fazia entre os pobres merecedores e aqueles que não queriam trabalhar" e, analisando um período anterior, observou que "uma lei de 1531 distinguiu pela primeira vez entre vagabundos robustos (que deveriam ser punidos) e os pobres impotentes (que podiam mendigar)"[22]. De um modo semelhante, ao analisar os Estados Unidos do presente, Gans chamou a atenção para "uma perspectiva que julga os pobres como merecedores ou não-merecedores". O raciocínio funciona do seguinte moda: "Se os pobres são merecedores, eles obviamente têm direito à admissão na sociedade afluente como iguais; se eles não são merecedores, eles não necessitam ser admitidos, ou pelo menos não até se tornarem merecedores"[23].

De um modo semelhante, uma resenha dos estudos sobre aspectos culturais de populações "marginais" revela duas tendências opostas. A primeira sustenta que estes grupos são culturalmente diferentes do resto da população; a segunda (que é uma reação à primeira) argumenta, ao contrário, que eles não são culturalmente diferentes. De modos diferentes, os dois enfoques são equivocados.

O mais célebre representante da primeira orientação é, naturalmente, Oscar Lewis que cunhou o termo "cultura da pobreza", baseado em seus estudos no México e em Porto Rico. Para ele, a "cultura da pobreza" teria uma estrutura e lógica próprias e seria um modo de vida transmitido de geração a geração. Não se trataria pois

---

[22] Hill, Christopher. *The Century of Revolution 1603-1714.* London, Cardinal, 1974, p. 31 e Id., *Reformation to Industrial Revolution.* Harmondsworth, Penguin, 1975, p. 58.
[23] Gans, Herbert J. *People and Plans. New* York, Basic Books, 1968, capítulo 22 ("Culture and Class in the Study of Poverty"), p. 322.

apenas de uma questão de privação ou desorganização, mas de uma cultura no sentido antropológico tradicional, isto é, um conjunto de características que fornece a seus membros um esquema de vida com soluções para seus problemas e que portanto desempenha uma importante função adaptativa[24].

De acordo com Lewis, esta cultura apresentaria quatro principais características. Em primeiro lugar haveria a ausência de uma participação e integração efetivas dos pobres nas principais instituições da sociedade inclusiva. Em segundo lugar, no nível da comunidade local, existiriam condições precárias de habitação, abarrotamento e principalmente um mínimo de organização além do nível da família nuclear e extensa.

Em terceiro lugar, no nível das relações familiares as principais características seriam a ausência de uma infância enquanto estágio prolongado e protegido do ciclo de vida, iniciação sexual precoce, uniões livres ou casamentos consensuais, uma incidência relativamente alta de abandono de esposas e filhos, uma tendência ao autoritarismo, competição entre irmãos por bens escassos e afeto materno, etc.

Finalmente no âmbito individual encontrar-se-iam fortes sentimentos de marginalidade, de desamparo, de dependência e de inferioridade[25].

Embora Lewis tenha assinalado que a subcultura da pobreza faça parte da cultura mais ampla do capitalismo e tenha admitido que as principais causas de sua continuidade sejam as pressões exercidas pela sociedade inclusiva sobre seus membros e a estrutura desta própria sociedade, ele não obstante sustenta que

> esta não e a única razão. A subcultura desenvolve mecanismos que tendem a perpetuá-la, especialmente por causa do que ocorre com a visão de mundo, as aspirações e caráter das crianças que crescem

[24] Lewis, Oscar. "The Culture of Poverty", in *Scientific American,* vol. 215, n. 4, 1966, p. 19.
[25] Id. "The Culture of Poverty", in *Anthropological Essays.* New York. Random House, 1970, p. 70-72. Este capítulo foi originalmente publicado no livro de Lewis, *La Vida, a Puerto Rican Family in the Culture of Poverty — San Juan and New York.* New York, Random House, 1965, p. XLV, XLVI e XLVIII.

> nela. Por esta razão, melhores condições econômicas, embora absolutamente essenciais e da maior prioridade, não são suficientes para alterar basicamente ou eliminar a subcultura da pobreza. Ademais, a eliminação é um processo que levará mais de uma única geração, mesmo sob as melhores circunstâncias, incluindo uma revolução socialista[26].

Lewis, que se tornou famoso nas ciências sociais ao assinalar as falácias contidas no modelo do *continuum folk*-urbano de Redfield[27], foi ele próprio fortemente criticado pelo seu conceito da "cultura da pobreza"[28]. Num primeiro nível, estão as restrições à metodologia empregada em sua pesquisa, que alguns críticos acham que não foi suficientemente explicitada.

Um segundo nível de crítica se dirige à análise inadequada da organização social dos pobres e questiona as excessivas simplificações que são feitas a seu respeito. Criticando o fato da marginalidade dos pobres e sua falta de participação e integração nas principais instituições da sociedade serem atribuídas a seu baixo nível de organização, Silberstein assinalou que o último é "uma adaptação sofisticada por parte dos pobres, que lhes permite agir dentro dos estreitos limites da pobreza e contornar a rigidez estrutural imposta pela sociedade maior"[29].

Um terceiro nível de crítica, que é o que vai ao âmago do assunto, questiona toda a abordagem de Lewis ao tema. Embora exista mérito em sua tentativa de chamar a atenção sobre a marginalidade como

[26] Id., ibid., p. 79.
[27] Ver o capítulo 1 deste livro.
[28] O conceito da "cultura da pobreza" deu margem a um grande número de críticas e uma ampla literatura sobre o assunto. Ver, entre outros, Roach, Jack L., e Gursslin, Orville R. "An Evaluation of the Concept of 'Culture of Poverty", in *Social Forces*, vol. 43, n. 3, 1967; *Current Anthropology*, vol. 8, n. 5, 1967 (vários autores); Opler, Marvin K. "On Lewis 'Culture of Poverty'", in *Current Anthropology*, vol. 9, n. 5, 1968; Valentine, Charles A. *Culture and Poverty: critique and counterproposals*. Chicago, University of Chicago Press, 1968; *Revista, Latinoamericana de Sociologia*, vol. 5, n. 2, 1969 (resenha crítica do livro de Lewis, La Vida, por Batelli, Piedad; Adams, Richard N. e Margulis, Mano); Leacock, Eleanor Burke (ed.). *The Culture of Poverty. A Critique*. New York, Simon and Schuster, 1971.
[29] Silberstein, Paul. "Favela Living: Personal Solutions to Larger Problema", In *América Latina*, ano 12, n. 3, 1969, p. 199.

uma situação de pobreza, a validade de seu modelo explicativo de natureza psicossocial é discutível.

Assim, pode-se questionar o conceito da cultura da pobreza como uma entidade que é autoperpetuante numa espécie de círculo vicioso. Subjacente a esta abordagem está a imputação aos próprios membros das classes baixas da responsabilidade pela situação na qual se encontram presos.

Neste sentido, Kowarick chamou a atenção para o enfoque "essencialista" da noção de cultura da pobreza formulada por Lewis. Ela é apresentada como uma entidade ontológica, à parte da sociedade e como tendo uma essência própria, sem que em nenhum momento se transcenda o universo restrito de configurações das características das populações que vivem a situação de marginalidade. A marginalidade, entretanto, não pode ser considerada autoexplicável pois sua razão de ser se encontra em processos e estruturas que não podem ser confundidos com as situações nas quais ela se manifesta[30].

O quanto alguns autores acreditam que os setores mais baixos das classes dominadas constituem uma cultura à parte é exemplificado por um artigo sugestivamente intitulado "Favelas do Rio: O Cortiço Rural dentro da Cidade", no qual seu autor afirma que

> O favelado está contaminado por todos os males que afligem sua espécie em todo o lugar. Como grupo, a população favelada está do lado errado de qualquer índice padrão de desorganização social, seja analfabetismo, subnutrição, doença, instabilidade de trabalho, uniões sexuais irregulares, alcoolismo, violência criminal, ou praticamente qualquer outro da lista usual[31].

[30] Kowariek, *op. cit.,* p. 36.
[31] Bonilla, Frank. "Rio's Favelas: The Rural Slum Within the City", *in* Mangin, William (ed.). *Peasants in Cities: Readings in the Anthropology of Urbanization.* Boston. Houghton Mifflin, 1970, p. 75.
Para um artigo a respeito dos sentidos populares do termo "marginal" no Brasil, ver Berlinek, Manoel T. *Concepções Populares de Marginalidade: Uma Nota de Pesquisa.* Belo Horizonte, U.F.M.G., CEDEPLAR, mimeo.. 1972.
32.

Outros autores vão além e a partir da suposição de que os setores "marginais" formam uma cultura distinta também os retratam como representando uma ameaça e um transtorno público.

James assinalou que as implicações deste tipo de abordagem são extremamente conservadoras, pois ao se aceitar que a pobreza se constitui numa "cultura" distinta, a mudança só pode se originar a partir dos próprios pobres e existe pouco ou nada que se pode fazer por eles. Isto equivale a uma versão do século XX da antiga atribuição calvinista da pobreza ao fracasso pessoal[32].

É claro que houve uma forte reação contra este tipo de abordagem que imputa às classes subordinadas a responsabilidade por sua situação. Assim, cientistas sociais que estudaram cortiços e favelas começaram a apresentar achados que mostraram que seus habitantes não eram afinal tão diferentes. Mangin, por exemplo, sugeriu que a ideologia dominante da maioria dos habitantes ativos das *barriadas* peruanas bem como das favelas brasileiras é muito semelhante às crenças de um pequeno negociante inglês ou norte-americano do século passado. Estas poderiam ser resumidas através das seguintes máximas: "Trabalhe muito, poupe seu dinheiro, confie somente em membros da família (e neles não demais), passe a perna no Estado, vote conservadoramente se possível, mas sempre em seu próprio auto-interesse econômico; eduque seus filhos para o futuro deles e como um seguro de velhice para você"[33].

De um modo semelhante, em um artigo sugestivamente intitulado "O Brasil e o Mito da Ruralidade Urbana", Anthony e Elizabeth Leeds frisaram "o caráter essencialmente urbano da experiência e dos valores dos moradores das favelas e barriadas"[34].

[32] James, Dorothy Buckton. "Poverty: Culture versus Class", in Comparative *Politics,* vol. 4, n. 4, 1972. p. 590.
[33] Mangin, William. "Latin American Squatter Settlements: A Problem and a Solution", in *Latin American Research Review,* vol. 2, n. 3, 1967, p. 84-85. *Barriada* é o nome dado à favela no Peru.
[34] Leeds, Anthony e Elisabeth. "O Brasil e o Mito da Ruralidade Urbana: Experiência Urbana, Trabalho e Valores nas 'Áreas Invadidas' do Rio de Janeiro e de Lima", in *A Sociologia do Brasil Urbano.* Rio de Janeiro, Zahar, 1978, p.89. Ver também Leeds,

Estes e outros estudos são importantes no sentido de que proporcionam dados que sugerem que muitas das características da cultura dominante também estão presentes entre os favelados e assim questionam inclusive a precisão empírica do enfoque da "cultura da pobreza".

Existe, entretanto, o perigo desta abordagem ser distorcida numa tendência a exagerar o "bom caráter" dos favelados. Assim, num livro chamado "O Mito da Marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro", Perlmann esforça-se por enfatizar que

> os favelados e suburbanos não possuem as atitudes ou comportamento supostamente associados aos grupos marginais. Do ponto de vista social, são bem organizados e coesos, e utilizam amplamente o meio e as instituições urbanas. Do ponto de vista cultural, são muito otimistas e aspiram a uma educação melhor para os seus filhos e a melhoria de suas casas. (...) Quanto ao ponto de vista econômico, trabalham muito (...). Atribuem alto valor ao trabalho árduo, e sentem grande orgulho de uma coisa bem feita. Politicamente, não são nem apáticos nem radicais (...). Os favelados em geral apóiam o sistema e acham que o governo não é mau, mas fazem o possível para compreender e ajudar pessoas como eles (...). Em resumo, têm as aspirações da burguesia, a perseverança dos pioneiros e os valores dos patriotas[35].

O perigo de enfatizar exageradamente as "boas qualidades" das classes dominadas é que esta perspectiva implicitamente aceita que elas precisam ser defendidas e suas virtudes provadas, e toma a si esta tarefa paternalista. Embora esta abordagem represente um passo à frente na medida em que questiona alguns dos achados empíricos da perspectiva da "cultura da pobreza" e mostra que as classes baixas não são totalmente diferentes, ela cai no extremo oposto de pretender

Anthony. "The Concept of 'Culture of Poverty': Conceptual, Logical, and Empirical Problems, with Perspectives from Brasil and Peru", in Leacock, *op. cit.,* p. 226-284.

[35] Perlman, Janice E. *O Mito da Marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 286. Cabe assinalar que, apesar de suas conclusões exageradas e equívocas, a pesquisa realizada por Perlman se constitui em um estudo sério de favelas do Rio de Janeiro. Para resenhas de seu livro, ver Velho, Gilberto. "Favelas cariocas: o problema da marginalidade", in *Anuário Antropológico 76*. Rio de Janeiro, Tempos Brasileiros, 1977, e Oliven, Ruben George. "Favelados não são Marginais?", in *Coojornal*, ano 3, n. 32, setembro de 1978, p.35.

mostrar que elas são praticamente iguais. Ela também ainda está por demais preocupada em averiguar as características das classes subordinadas em vez de analisar a estrutura social na qual estão inseridas e comparar diferentes grupos e classes sociais e assim obter um quadro mais global da questão. Esta abordagem frequentemente também aceita todo o modelo da modernização na qual encaixa as classes dominadas sem questionar para que serve esta ideologia.

Nestas últimas páginas estivemos tratando com duas posições opostas em relação a aspectos culturais das classes baixas, ambas girando em torno da questão de se seus membros são culturalmente diferentes ou iguais ao resto da sociedade, isto é, se eles são marginais ou integrados. Proponentes de ambas as posições têm sido capazes de apresentar dados que apóiam parcialmente seus argumentos de modo que pareceria difícil reconciliar estes achados mutuamente contraditórios.

Na realidade a questão é mais complexa e a resposta a ela parece residir em dois níveis diferentes de análise.O primeiro tem a ver com o fato de que existem importantes diferenças entre os membros das classes baixas urbanas e que as favelas não são entidades tão homogêneas como alguns cientistas sociais tinham pensado. Em verdade existe uma grande diferenciação interna no que diz respeito à ocupação, renda, tempo de experiência urbana, comportamento, etc[36].

O segundo nível de análise tem a ver com o fato de que, qualquer que seja o significado do termo "marginalidade", certamente não se trata de um fenômeno monolítico mas um que envolve diferentes graus[37].

[36] A respeito da diferenciação interna de favelas, ver, entre outros, Macewen, Alison M. "Differentiation among the Urban Poor: an Argentine Study", *in* Kadt, Emanuel De, e Williams, Gavin (eds.). *Sociology and Development.* London, Tavistock, 1974; Id. "Stability and Change in a Shanty Town: A Summary of some Research Findings", in *Sociology,* vol. 6, n. 1, 1972; Medina, Carlos Alberto de. "A Favela como Estrutura Atomística: Elementos Descritivos e Constitutivos", in *América Latina,* ano 12, n. 3, 1968; Leeds, Anthony. "The Significant Variables Determining the Character of Squatter Settlements", in *América Latina,* ano 12, n. 3, 1969.

[37] Ver Germani, Gino. "Aspectos Teóricos de la Marginalidad", in *Revista Paraguaya de Sociología,* ano 9, n. 23, 1972, p. 11-12.

Analisando os diferentes tipos de oportunidades oferecidas a famílias de baixa renda pela estrutura econômica da cidade de Guatemala, Roberts mostrou com discernimento que quando um indivíduo se depara com uma multiplicidade de situações nas quais ele precisa lidar com diferentes conjuntos de pessoas e diferentes expectativas de comportamento, seu comportamento social provavelmente não será consistente de uma situação para outra. Famílias de classe baixa são flexíveis ao interpretar as possibilidades oferecidas pela cidade e instáveis em seus comprometimentos com qualquer situação urbana. Ademais, a atividade de um indivíduo não é confinada apenas por um conjunto de experiências ou um modo de enfrentar a vida urbana[38].

Todos estes argumentos e os aparentemente contraditórios achados de diferentes pesquisas empíricas apontam para o cerne da questão. Em vez de postular uma das duas proposições unidimensionais de que as classes mais baixas são culturalmente ou diferentes (marginais) ou iguais (integrados) parece mais apropriado dar-se conta de que está ocorrendo um processo dinâmico.

Assim, por um lado, o setor "marginal" da população urbana e a maioria da classe operária dos países latino- americanos não podem escapar da influência da cultura dominante por cuja ideologia são constantemente afetados.

Por outro lado, entretanto, dado que sua participação na sociedade é de uma natureza peculiar e espoliada, eles ao mesmo tempo desenvolvem seus próprios traços culturais em várias áreas.

O fato de que está ocorrendo um processo dinâmico, através do qual as classes baixas simultaneamente compartilham traços da cultura dominante e mostram elementos que não pertencem a esta cultura, poderia ser interpretado como um duplo mecanismo de sobrevivência. Por um lado, a aceitação por parte das classes subalternas de certos traços da cultura dominante é necessária para que eles possam arranjar-se e chegar a um convívio com a sociedade ; por outro lado, desenvolver características culturais próprias é um

[38] Roberto, Bryan. "The Social Organization of Low-Income Families", *in* Horowitz, Irving Louis (ed.). *Masses in Latin America.* New York, Oxford University Press. 1970, p. 348.

modo de manter sua identidade através da criação de traços que não aceitam inteiramente as regras das classes dominantes.

Uma importante tarefa de pesquisa é talvez investigar como e em que áreas de envolvimento social este processo ocorre e compará-lo com outros grupos sociais.

Capítulo IV

Dimensões Sociais do Processo de Urbanização no Brasil

Os últimos três capítulos constituem a parte teórica deste livro. Um dos principais argumentos desenvolvidos nestes capítulos foi de que as cidades são partes de sociedades mais amplas e que isto deve ser levado em consideração ao se estudar os processos que ocorrem no seu interior e as populações por eles atingidos. Por sua associação com a teoria da "cultura urbana" discutiu-se também o modelo da modernização, mostrando como ele carece de historidade ao não associar os fenômenos que examina com processos sociais e econômicos mais amplos. Por sua vez, o capítulo três, ao analisar a temática da marginalidade urbana na América Latina, discutiu, entre outras questões, a extensão em que as classes baixas urbanas compartilham a cultura dominante.

Os próximos três capítulos constituem uma tentativa de retomar algumas destas questões em relação ao Brasil. Isto será feito através da análise do processo de urbanização brasileira e seus concomitantes fenômenos sociais, de uma pesquisa que compara as orientações de diferentes camadas sociais de uma cidade brasileira e da análise da relação entre cultura e classe social em cidades brasileiras.

O objetivo do presente capitulo é o de analisar as transformações que estão ocorrendo no Brasil devido ao, ou começando com o desenvolvimento de uma sociedade urbano-industrial capitalista e discutir como estas mudanças afetam diferentes classes sociais. Em vez de separar as mudanças econômicas e demográficas de um lado, das mudanças sociais do outro, tentar-se-á discuti-las de um modo integrado.

Os viajantes estrangeiros e a realidade nativa

Com a transferência da família real portuguesa ao Brasil em 1808, o país tornou-se sede da monarquia. Os treze anos durante os quais a corte permaneceu no Rio de Janeiro foram de grande importância política e econômica e foram seguidos por nossa declaração de independência em 1822.

A abertura de nossos portos ao comércio exterior acarretou um fluxo de comerciantes e viajantes estrangeiros para o país. Várias destas pessoas deixaram descrições muito interessantes a respeito da vida e dos costumes do Brasil durante o último século.

Uma boa parte destes relatos concentrou-se no Rio de Janeiro, onde a família real vivia e que por isto se tornou uma cidade "cosmopolita" nas quais as pessoas mais abastadas tentavam se comportar de uma maneira que elas supunham ser européia. Lá, mais fortemente, a difusão cultural do gênero de vida burguês, eminentemente urbano, começou a se desenvolver entre as classes altas[1]. Outras cidades eram menores e a vida nelas era bastante simples quando comparada com a capital.

Mary Graham, uma senhora inglesa que viveu em Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823, notou a atmosfera mais sofisticada da capital ao afirmar que "As moças portuguesas e brasileiras são de aspecto decididamente superior às da Bahia: parecem de classe superior. Talvez a permanência da corte aqui por tantos anos as tenha polido". E ela chegou à conclusão que "A cidade do Rio é uma cidade mais européia do que Bahia ou Pernambuco". "Há na cidade um ar de pressa e atividade bem agradável aos nossos olhos europeus"[2].

Os gostos requintados da classe alta do Rio de Janeiro também foram observados por George Gardner, o superintendente britânico

---

[1] Queiroz, Maria Isaura Pereira de. "Do Rural e do Urbano no Brasil", *in* Szmrecsányi, Tamác, e Queda, Oriowaldo (orgs.). *Vida Rural e Mudança Social.* São Paulo, Editora Nacional, 1973, p. 210.

[2] Graham, Maria. *Diário de uma Viagem ao Brasil e de Uma Estada nesse País Durante Parte dos Anos 1821, 1822 e 1823.* São Paulo, Editora Nacional, 1956, p. 183, 187 e 188. Publicado pela primeira vez em 1824.

dos Jardins Botânicos Reais do Ceilão que percorreu o Brasil de 1836 a 1841:

> O grande desejo dos habitantes da cidade parece que é dar-lhes ares europeus, o que até certo ponto já acontece, parte pelo influxo dos próprios europeus, parte pelos próprios brasileiros que têm visitado a Europa para se educarem ou para outros fins. Raro se veem hoje nas ruas os extravagantes trajes, quer de homens quer de mulheres, que se encontram representados nas publicações dos viajantes que têm visitado o Rio. Apenas algumas velhas, quase sempre gente de cor, ainda se veem usar o pente e a mantilha; e o chapéu armado e as fivelas estão praticamente extintos. Hoje em dia senhoras e cavalheiros se trajam ao rigor da moda parisiense e todos mostram excessivo pendor para a ostentação de joias. A rua do Ouvidor é uma das mais belas da cidade, não que seja mais larga, mais limpa ou mais bem pavimentada que as outras, mas porque suas lojas são principalmente ocupadas por modistas francesas, joalheiros, alfaiates, livreiros, confeiteiros, sapateiros e barbeiros. Estas lojas são montadas com uma elegância que surpreende o estrangeiro, sendo muitas delas providas de grandes espelhos semelhantes aos que se veem frequentemente em todas as grandes cidades da Grã-Bretanha. É a Regent Street, do Rio, na qual se podem adquirir quase todos os artigos de luxo[3].

Mas não se deve generalizar a partir do que estava acontecendo no Rio de Janeiro para o resto do país. Isto parece ter sido compreendido pela esposa de um professor norte-americano que viajou no Brasil em 1865 e 1866. Referindo-se à pouca importância que era então atribuída à educação de meninas no Brasil, ela fez menção à diferença entre a capital e outras cidades :

> E se, dentre os nossos amigos do Brasil, houver alguns que, apoiados nos progressos e transformações que se operam na vida social do Rio de Janeiro, ponham em dúvida a exatidão de minhas asserções, tenho

[3] Gardner, George. *Viagens no Brasil principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841.* São Paulo, Editora Nacional, 1942, p. 5-6. Publicado pela primeira vez em 1846. Num livro publicado vinte anos mais tarde, um outro autor britânico também chamou a Rua do Ouvidor de "a Regent Street do Rio de Janeiro". Ver Scully, William, *Brazil; Its Provinces and Chief Cities; The Manners and Customs of the People; Agricultural, Commercial, and other Statistics, Taken from the Latest Official Documents; With a Variety of Useful and Entertaining Knowledge, Both for the Merchant and the Emigrant.* London, Murray & Co., 1866, p. 154.

> uma resposta bem simples para dar-lhes: é que não conhecem as condições sociais das pequenas cidades do norte e do interior. (...) todos os que conheceram o Rio de Janeiro de há quarenta anos atrás, são acordes em proclamar as notáveis melhoras que se deram nos costumes sociais [4].

O que estes e outros viajantes estavam de fato observando estava limitado não somente ao Rio de Janeiro mas também à sua classe alta com a qual eles tinham contato mais íntimo. Queiroz formulou a hipótese de que a difusão de um modo de vida burguês começou a ocorrer no Brasil aproximadamente a partir de 1820, muito antes de o país começar a se tornar industrializado. Este novo modo de vida diferenciou a população urbana não somente de acordo com níveis econômicos, mas principalmente do ponto de vista cultural, já que os estratos superiores adotaram o requinte e o arremedo de vida intelectual como um símbolo de distinção. A partir deste período, a vida nas cidades mais ricas quando comparada com a no campo começou a se tornar muito diferente em qualquer nível social[5].

No final deste capítulo será argumentado que, como os viajantes estrangeiros do século passado, muitas vezes continua-se atribuindo a toda população urbana brasileira determinadas características que na realidade são somente traços de suas classes altas. Será sustentado, em contraposição, que a homogeneização cultural que se supõe estar ocorrendo em cidades brasileiras não atinge todas suas camadas sociais do mesmo modo, nem está uniformemente distribuída em todas as áreas de envolvimento social. Entretanto, antes disto é importante analisar o processo brasileiro de urbanização e de industrialização e suas concomitantes mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais.

[4] Agassiz, Luiz, e Agassiz, Elizabeth Cary. *Viagem ao Brasil 1865-1866.* São Paulo, Editora Nacional, 1938, p. 570 e 571. Publicado pela primeira vez em 1868.

[5] Queiroz, *op. cit.,* p. 210. Ver também Queiroz. "Dialética do Rural e do Urbano: Exemplos Brasileiros", *in* Blay, Eva Alterman (org.). *A Luta* pelo Espaço. Petrópolis, Vozes, 1978.

A economia colonial e o começo da industrialização

A fim de compreender como o Brasil começou a se tornar industrializado e a ter uma população urbana maior é necessário fazer referência à economia colonial brasileira. A última é geralmente descrita como tendo sido desarticulada e segmentada em várias regiões. Os vínculos entre estes segmentos se dava através da venda de mercadorias à economia da metrópole ou dos países industrializados, sem que ocorresse um comércio significativo entre as regiões, ou seja, sem nenhuma divisão de trabalho inter-regional no país[6].

A formação de um modo de produção urbano-industrial capitalista no Brasil está ligada ao enfraquecimento da economia colonial e ao surgimento de uma economia de mercado. O exemplo da região São Paulo-Rio de Janeiro é revelador neste sentido.

O Brasil se tornou independente de Portugal quando a economia de mineração do primeiro estava declinando e num período de transição para a cafeicultura na região centro-sul. Na segunda metade do século passado o longo período de crescimento das exportações de café levou ao uso crescente de mão-de-obra na agricultura de exportação, em detrimento das atividades de subsistência e de manufatura. A isto deve-se acrescentar a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre (principalmente imigrantes) e o crescimento das cidades devido às atividades de exportação. A convergência destes fatores foi responsável pela formação de um mercado interno de certa importância, abastecido principalmente por produtos importados[7].

Assim, paralelamente à formação de um mercado regional em São Paulo (tendo o café como base), desenvolveram- se mercados no Nordeste (tendo o açúcar como base) e no Sul (tendo a pecuária para abastecimento nacional como base).

Lopes sugeriu que nas últimas décadas do século XIX existiam algumas áreas de mercado em cidades de certo tamanho e nas áreas

[6] Singer, Paul. *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana.* São Paulo, Editora Nacional, 1968, p. 8.
[7] Id., ibid., p. 44-45.

rurais que lhe eram tributárias e que estas “ilhas” de mercado tinham sua demanda de produtos industrializados atendida por importações. Como estas cidades eram mercados consumidores de bens manufaturados, elas foram uma das pré-condições do desenvolvimento industrial que teve lugar mais tarde e que, por seu turno, intensificou fortemente o crescimento urbano[8].

O primeiro surto industrial brasileiro significativo ocorreu na última década do século passado com o aparecimento de indústrias alimentícias e têxteis de substituição de importações e com atividades complementares à importação e exportação. Estas indústrias se desenvolveram graças ao tamanho relativamente grande do mercado interno, à abundância de matérias-primas e a medidas protecionistas[9].

Assim, a combinação destas condições, propícias ao desenvolvimento de uma indústria nacional, levou a seu surgimento nos centros urbanos em que já tinha sido criado um mercado para produtos manufaturados. Cada uma destas cidades industrializantes, que estavam espalhadas por toda costa brasileira, tinha seu mercado regional quase estanque[10].

A “vocação agrária” do Brasil e a crise da República Velha

Apesar das mudanças que estavam ocorrendo no Brasil na virada do século, a imagem do país era ainda essencialmente rural. Assim, escrevendo no começo deste século, Oliveira Vianna sustentava que

> Desde os primeiros dias da nossa história, temos sido um povo de agricultores e pastores (...). O urbanismo é condição moderníssima da nossa evolução social. Toda a nossa história é a história de um povo agrícola, é a história de uma sociedade de lavradores e pastores. É no campo que se forma a nossa raça e se elaboram as forças íntimas da nossa civilização. O dinamismo da nossa história, no período

[8] Lopes, Juarez Rubens Brandão. Desenvolvimento e Mudança Social; formação da sociedade urbano-industrial no Brasil. São Paulo, Editora Nacional, 1971. p. 8.
[9] Furtado, Celso. *Análise do “Modelo” Brasileiro.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972, p. 16.
[10] Lopes, *op. cit.*, p. 9.

> colonial, vem do campo. Do campo, as bases em que se assenta a estabilidade admirável da nossa sociedade no período imperial[10a].

O quanto alguns políticos ainda acreditavam na "vocação agrária" do Brasil nas primeiras décadas deste século é bem caracterizado pela seguinte afirmação de Júlio Prestes, adversário de Getúlio Vargas nas eleições presidenciais que acabaram pretextando a Revolução de 1930: "o fazendeiro é o tipo representativo da nacionalidade e a fazenda é ainda lar brasileiro por excelência, onde o trabalho se casa com a doçura da vida e a honestidade dos costumes completa a felicidade". "O Brasil repousa sobre o núcleo social expressado pelas fazendas"[11].

Comparando-se este retrato bucólico com o apresentado por Getúlio Vargas em um discurso em 1943 em Volta Redonda onde a primeira usina siderúrgica estatal brasileira foi construída, pode-se constatar que ocorreu, pelo menos a nível do discurso, um deslocamento de uma ideologia agrária para uma mais industrial :

> O problema básico da nossa economia estará, em breve, sob novo signo. O País semicolonial, agrário, importador de manufaturas e exportador de matérias-primas, poderá arcar com as responsabilidades de uma vida industrial autônoma, provendo as suas urgentes necessidades de defesa e aparelhamento. Já não é mais adiável a solução. Mesmo os mais empedernidos conservadores agraristas compreendem que não é possível depender da importação de máquinas e ferramentas, quando uma enxada, esse indispensável e primitivo instrumento agrário, custa ao lavrador 30 cruzeiros, ou seja, na base do salário comum, uma semana de trabalho[12].

As mudanças sugeridas neste discurso têm, entretanto, raízes mais profundas que precisam ser rastreadas na República Velha (1889-1930). Naquele período, o Brasil experimentou importantes transformações que assumiram uma dimensão mais ampla na República Nova (a partir de 1930).

[10a] Vianna, Francisco José de Oliveira. *Evolução do Povo Brasileiro*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1956, p. 55.

[11] Citado por Pereira, Luiz. *Trabalho e Desenvolvimento no Brasil.* São Paulo, DIFEL, 1965, p. 88-89.

[12] Citato por Ianni, Octavio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970).* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971, p. 63.

Em poucas palavras, estas transformações foram a criação de uma indústria de substituição de bens não-duráveis, o crescimento das cidades que eram capitais de mercados regionais, a crise do café, a crise do sistema baseado em combinações políticas entre as oligarquias agrárias (a "política dos governadores") e o surgimento de revoltas sociais e militares que começaram na década dos vinte e culminaram com a Revolução de 1930[13].

A República Nova e a "vocação urbana" do Brasil

A partir da década de trinta, a ação conjunta de vários fatores políticos, econômicos e sociais produziu transformações através das quais parte do excedente criado pelas oligarquias agrárias foi usado para iniciar um novo processo de industrialização, embora os privilégios destas oligarquias tenham sido mantidos sob uma forma alterada.

A crise de 1929 (e seus efeitos na produção de café) e a Segunda Guerra Mundial acarretaram uma expansão da indústria voltada a preencher o vazio deixado pela interrupção do abastecimento vindo do exterior[14].

[13] As interpretações a respeito do sentido e dos objetivos da Revolução de 1930 variam. Alguns autores consideram que ela significou a "derrota", ainda que parcial, das oligarquias dominantes até então e que "o conjunto das atividades estatais, no período 1930-45, assinalam a agonia do Estado de tipo oligárquico e o desenvolvimento do Estado propriamente burguês" (Ianni, *op. cit*., p. 13-14). Outros autores não atribuem à revolução *per se* tal papel, já que eles pensam que ela não teve como objetivo o alvo deliberado de industrializar o país, processo que foi muito mais uma consequência inevitável da Segunda Guerra Mundial (ver Fausto, Boris. *A Revolução de 1930; História e Historiografia*. São Paulo, Brasiliense, 1970). Oliveira, por seu turno, sustenta que a Revolução de 1930 marca "o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial". Ele, entretanto, argumenta com discernimento que houve e ainda há uma conciliação entre o crescimento industrial e o crescimento agrícola e assinala a existência de uma "integração dialética" entre estes dois processos (Oliveira, Francisco de. "A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista", in *Estudos CEBRAP*, n. 2, 1972, p. 9, 19 e 20).

[14] Com a crise de 1929, o preço do café caiu mais de 60% em dois anos e só se recuperou depois da Segunda Guerra Mundial. Entre 1929 e 1937 a produção industrial cresceu aproximadamente em 50% e no final da guerra a manufatura já era responsável por cerca de 20% do produto doméstico bruto.

Como as massas urbanas necessárias à industrialização começaram a aumentar, a "questão social" começou a ser considerada menos como "um caso de polícia" de Estado que também as necessitava como um apoio "legitimizador".

É a partir deste período que um aparelho de Estado mais centralizado foi criado e que o poder se deslocou crescentemente do âmbito regional para o nacional. Entretanto, o novo tipo de Estado que começou a emergir tinha uma natureza de compromisso como assinalou Weffort:

> Depois de 1930 um novo tipo de compromisso foi estabelecido, no qual nenhum dos grupos de poder era capaz de oferecer uma base de legitimidade: as classes médias careciam de apoio político em relação aos interesses tradicionais em geral; os interesses do café estavam desligados do poder político em consequência da crise econômica; e aqueles setores menos vinculados com a exportação estavam ligados aos setores básicos da economia.
>
> Em nenhum destes casos podiam os interesses sociais e econômicos particulares servir como uma base para a expressão dos interesses gerais. Foi sob estas circunstâncias que um novo elemento apareceu em cena na história brasileira: as massas populares urbanas, que constituíam a única fonte possível de legitimidade para o novo estado brasileiro[15].

É claro que as massas urbanas foram eficientemente manipuladas através de políticas paternalistas que tinham como finalidade mantê-las dóceis e sob controle. Com o novo arranjo político, que mais tarde desembocou no fenômeno do populismo, foi estabelecida uma estrutura sindical manipulada e foi criada uma legislação trabalhista.

Esta legislação, que só era aplicável às áreas urbanas, proporcionou aos assalariados das cidades um nível de vida bastante elevado que o vigente no campo. Isto funcionou como um poderoso mecanismo de atração para a massa rural que "passa a constituir para a economia capitalista industrial um verdadeiro reservatório de mão-de-obra ou, na expressão clássica de Marx, um exército industrial de reserva"[16].

[15] Weffort, Francisco C. "State and Mass in Brazil", *in* Horowitz, Irving Louis (ed.). *Masses in Latin, America.* New York, Oxford University Press, 1970, p. 390.

De acordo com Singer, a mobilização deste exército ocorreu gradativamente entre 1930 e 1945 e se deveu a uma série de fatores tais como a abolição da autonomia dos Estados (que ajudou a unificar o mercado interno bem como a diminuir o poder das oligarquias locais e assim reduzir seu poder sobre a população rural), a construção de uma rede de rodovias ligando as principais regiões do país e assim ajudando e estimulando as migrações internas, o sistemático declínio da taxa de mortalidade que aumentou o exército industrial de reserva ao causar pressão sobre a terra e assim promoveu a emigração rural[17].

O gradual deslocamento da economia brasileira de um eixo agrário para um eixo industrial não ocorreu em oposição aos interesses rurais, sendo ao contrário frequentemente associado a eles. Mas, embora os interesses agrários ainda sejam fortes hoje em dia, o setor industrial se tornou o mais dinâmico e hegemônico. De maneira correspondente, a composição de classes do Brasil também mudou com o crescimento daquelas classes mais tipicamente urbanas, isto é, a burguesia industrial, as classes médias fomentadas pelo crescimento industrial e a expansão do aparelho estatal, o proletariado industrial e a assim chamada população "marginal".

lanni sugere dois importantes momentos na crescente hegemonia dos interesses urbano-industriais. Para ele, a partir de 1930 (e mais especificamente com a implantação do Estado Novo em 1937) "consolidou-se uma vitória importante, ainda que parcial, da cidade sobre o campo. Pouco a pouco, as classes sociais de mentalidade e interesses caracteristicamente urbanos impuseram-se por sobre a mentalidade e os interesses enraizados na economia primária exportadora"[18].

Aquele autor também sustenta que durante o governo Kubitschek (1956-1960) , no qual outro processo de substituição de importações

[16] Singer, Paul. *Economia Política da Urbanização.* São Paulo, Brasiliense, 1972, p. 122.
[17] Id., ibid., p. 122.
[18] lanni. Op. cit., p. 21-22.

ocorreu (produzindo bens de consumo duráveis, bens de capitais e bens intermediários) , a hegemonia do urbano sobre o rural se desenvolveu mais ainda:

> A própria cultura, em seu sentido amplo, transformou-se de modo notável, pelo desenvolvimento de novas formas de pensar e novas possibilidades de ação. Pouco a pouco, avançava a hegemonia da cidade, enquanto universo cultural singular, sobre a cultura de tipo agrário. Pode-se mesmo dizer que durante o Governo Juscelino Kubitschek de Oliveira a *cidade* . conquistou uma segunda vitória sobre o *campo,* no sentido de que o poder político passou, em maior escala, às mãos da burguesia industrial. De fato, nesses anos, a 'cultura da cidade', enquanto sistema de valores, padrões de comportamento e modos de pensar peculiares às relações de produção geradas com a produção industrial e a expansão do setor terciário, passou a exercer uma influência ainda maior nos debates políticos, científicos e artísticos realizados nos centros dominantes do País. A partir dos anos 1956-60, já não era mais possível reviver — a não ser como anacronismo — a ideologia da 'vocação agrária' do Brasil. A *indústria,* como categoria econômica, política e cultural, passara a dominar o pensamento e a atividade dos governantes, e das classes sociais dos centros urbanos grandes e médios[19].

O regime que começou em 1964 levou a acumulação capitalista industrial a níveis mais elevados em associação com o capital estrangeiro. As cidades, portanto, tornaram-se crescentemente mais importantes como centros dinâmicos da produção e como símbolos ideológicos de desenvolvimento. Neste sentido, o Presidente Geisel sustentou em 1975 que "a expansão urbana é, por excelência, o grande tema do Brasil moderno, em nossa época" e que a cidade "permitiu vingasse uma mentalidade reformista, predominantemente a da classe média urbana e que sustenta o avanço pacífico das leis trabalhistas, das leis sociais, das instituições econômicas, sociais e políticas"[20].

[19] Id. ibid., p. 172.
[20] Discurso pronunciado em 26-11-1975 na abertura do Simpósio "O Homem e a Cidade" sobre política urbana promovido pela Fundação Milton Campos. Para o texto completo, ver "Correio do Povo". *Geisel expõe projetos urbanos do Governo e conclama Arena a obter adesão comunitária.* 27-11-1975, p.14.

Com a gradativa transferência da hegemonia econômica e política das classes com interesses e mentalidade rurais para as classes com interesses e mentalidade urbanos, o padrão de relacionamento entre diferentes grupos está se alterando. Queiroz, por exemplo, argumenta que a sociedade global brasileira é atualmente uma "sociedade urbana". Ela sustenta que enquanto no passado certos processos sociais tinham lugar numa sociedade global agrária, na qual a cidade estava subordinada ao campo, hoje em dia eles se dão numa sociedade que é crescentemente caracterizada por traços urbanos, na qual a cidade tende sempre mais a dominar o campo que fica assim relegado a uma posição subordinada e também inferior[21].

A transformação do Brasil em uma sociedade cada vez mais "urbana" ocorre através de vários processos. O primeiro é constituído pela ainda incipiente penetração de relações capitalistas no campo, acarretando a proletarização dos camponeses e agricultores mais pobres que acabam migrando para as cidades em busca de trabalho.

O segundo se manifesta pela pressão sobre a terra causada em certas áreas rurais, onde a introdução (através da cidade) de melhoramentos sanitários e higiênicos (vacinas, antibióticos, etc.) ocasiona uma diminuição da mortalidade infantil e um consequente aumento de população que não é absorvida por causa das limitações sociais e físicas do meio rural.

O terceiro processo consiste na expansão das fronteiras agrícolas às quais pessoas atingidas pelos dois processos anteriores migram em busca de novas terras, atingindo assim frequentemente as já diminutas populações indígenas com consequências fatais para as últimas[22].

[21] Queiroz. "Do Rural e do Urbano no Brasil", *cit.*, p. 216-217.
[22] Sobre os dois primeiros processos ver, entre outros, Singer. *Economia Política da Urbanização* (cit.); Durhan, Eunice Ribeiro, *A Caminho da Cidade.* São Paulo, Perspectiva, 1973; Queiroz, *cit. ;* Cândido, Antônio. *Os Parceiros do Rio Bonito.* São Paulo, Duas Cidades, 1971. Lopes, Juarez Rubens Brandão. "Développement capitaliste et structure agraire au Brésil", in *Sociologie du Travail,* ano 19, janeiro-março, 1977. Sobre frentes de expansão ver Velho, Otávio Guilherme. *Frentes de Expansão e Estrutura Agrária.* Rio de Janeiro. Zahar, 1972; Id. *Capitalismo Autoritário e Campesinato.* São Paulo, DIFEL, 1976. Para uma análise destes três processos e seus efeitos sobre a migração ver Lopes, Juarez

Finalmente, o quarto processo é representado pela atração que a cidade exerce sobre as populações rurais, através da expectativa de melhores condições de vida e trabalho, o que é fomentado pela constante difusão de imagens e valores urbanos através do país pelos meios de comunicação de massa.

Um dado significativo sobre o volume da migração no Brasil é o fato de que por ocasião do censo de 1970 quase um terço de todos os brasileiros estavam vivendo num lugar diferente daquele em que tinham nascido. A tabela 1 mostra o crescimento da população total e urbana do país.

É, entretanto, importante comparar a localização desta população com a da indústria. Na virada do século havia uma relativa dispersão industrial espalhada através dos centros urbanos dos mercados regionais. Entretanto, à medida que os vários mercados regionais se tornaram interligados, formando um único mercado nacional, pode-se observar uma clara tendência em direção à concentração industrial que é típica do Brasil atual.

A consolidação física e política do mercado nacional que ocorreu a partir de 1930 criou as condições para uma crescente concentração espacial de capital. Isto aconteceu primordialmente em São Paulo por várias razões, principalmente porque aquela cidade tinha a maior concentração industrial do país devido ao grande mercado regional formado pelo café[23].

Rubens Brandão. "Desenvolvimento e Migrações: Uma Abordagem Histórico-Estrutural", in *Estudos CEBRAP* , n. 6, 1973.

[23] Ver Singer. Economia Política da Urbanização, p. 123-124.

TABELA 1

Crescimento da População Urbana e Total do Brasil

Ano	População Total	População Urbana	% da População Urbana
1872	9.930.478	582.749	5,9
1890	14.333.915	976.038	6,8
1900	17.438.434	1.644.149	9,4
1920	30.635.605	3.287.448	10,7
1940*	41.236.315	12.880.182	31,24
1950	51.944.397	18.782.891	36,16
1960	70.967.185	31.990.938	45,08
1970	93.204.379	50.600.000	56,00
1980**	117.357.910	76.400.000	65,10

Fonte: Censos.

*Nos quatro primeiros censos, urbano significa a população *total* dos municípios cuja sede tinha mais de 50.000 habitantes. A partir de 1940, urbano significa somente a população de cidades e vilas, como definidas legalmente, isto é, respectivamente toda sede de município e toda sede de distrito, independentemente de seu tamanho.

**Estimativa.

TABELA 2

Distribuição Percentual do Valor da Produção Industrial do Brasil por Alguns de seus Maiores Estados

Estado	1907	1920	1938	1958	1965
São Paulo	16,5	31,5	43,2	53,2	57,6
Distrito Federal – Guanabara	33,1	20,8	14,2	11,2	9,3
Rio Grande do Sul	14,9	11,0	10,7	8,1	n.d.
Minas Gerais	4,8	5,5	11,3	5,7	n.d.
Outros Estados	30,7	31,2	20,6	21,8	33,1
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fontes: SINGER. Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana, p. 177, e BERLINCK, Manoel T. Marginalidade Social e Relações de Classes em São Paulo. Petrópolis, Vozes, 1975, p. 75.

n.d. significa não-disponível.

A tabela 2 apresenta uma ideia de como se deu este processo.

A urbanização, entretanto, apresenta um padrão diferente da industrialização. A primeira se torna muitas vezes relativamente independente do desenvolvimento industrial regional. O crescimento das cidades menos industrializadas apresenta um ritmo quase tão intenso como o das cidades mais industrializadas. As cidades que crescem se espalham por todo o litoral brasileiro, não se observando uma macrocefalia urbana, nem uma concentração geográfica da industrialização semelhante à que ocorre na indústria[24].

A seguinte tabela ilustra este fenômeno.

TABELA 3
Distribuição Regional da População Brasileira Vivendo em Cidades de Mais de 10.000 Habitantes (A) e da População Economicamente Ativa em Atividades Industriais (B)

(em percentagem)

Região	1950		1970	
	A	B	A	B
Norte	30,7	4,8	44,8	11,3
Nordeste	25,5	7,1	40,9	10,1
Sudeste	49,9	12,4	71,2	22,3
Sul	27,4	10,6	44,4	15,5
Oeste	27,0	6,6	46,8	11,5

Fonte: COHEN,Youseff."Crescimento Demográfico,Industrialização e Urbanização no Brasil", in *Revista de Administração de Empresas*, vol. 14, n. 2, 1974, p. 11.

Existe assim uma defasagem entre a carência de empregos em cidades de desenvolvimento industrial mais fraco e o rápido crescimento de suas populações. Nestas cidades uma grande parte da

[24] De acordo com Portes, em 1970 somente 8,9% da população total do Brasil e 26,5% de sua população urbana estavam concentrados em sua maior cidade (São Paulo). Dividindo a população desta cidade pela população das próximas três maiores cidades, aquele autor chegou a um índice de primacia urbana de 0,77, que é bastante baixo quando comparado com 2,83% para o Chile, 3,1 para o México, 4,03 para a Argentina, 5,32 para o Peru e 8,38 para o Uruguai, somente para mencionar alguns dos países latino-americanos. Ver Portes, Alejandro e Walton, John. Urban Latin America. *The Political Condition from Above and Below.* Austin, Texas University Press, 1976, p. 30-36.

população está geralmente desempregada ou subempregada num setor pseudoterciário e forma o que é frequentemente chamado de população "marginal", embora este fenômeno também esteja presente nas cidades mais dinâmicas.

Examinando a distribuição da população brasileira na estrutura ocupacional pode-se constatar que existe uma forte tendência em direção à concentração no setor terciário:

TABELA 4
Estrutura Ocupacional do Brasil
(em termos percentuais e absolutos em milhares)

Setor	1925	1940	1950	1960	1970
Primário	68%	64%	59,9%	53,7%	44,6%
	(7.011)	(9.446)	(10.253)	(12.164)	(13.183)
Secundário	12%	10,1%	14,2%	13,1%	18%
	(1.237)	(1.491)	(2.431)	(2.697)	(5.320)
Terciário	20%	25,9%	25,9%	33,2%	37,4%
	(2.062)	(3.823)	(4.433)	(7.520)	(11.054)
Total	100%	100%	100%	100%	100%
	(10.310)	(14.759)	(17.117)	(22.651)	(29.557)

Fontes: CEPAL. *El Proceso de Industrialización en América Latina.* Santiago, 1966 (apud CARDOSO, Fernando Henrique, e REYNA, José Luis. "Industrialização, estrutura ocupacional e estratificação social na América Latina", in *Dados,* n. 2/3, 1967, p. 13); ALMEIDA, Wanderley J. M. de, e SILVA, Maria da Conceição. *Dinâmica do Setor Serviços no Brasil. Emprego e Produto.* Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1974, p. 31.

Este grande setor terciário, é óbvio, abarca não somente as ocupações mais sofisticadas normalmente requeridas pelo desenvolvimento da indústria, mas também um grande número de atividades que são formas de subemprego ou de desemprego disfarçado.

A questão que precisa, então, ser formulada é se a sociedade urbano-industrial brasileira possibilita a integração à vida da cidade a toda a sua população urbana.

Os atuais visitantes estrangeiros das nossas grandes cidades ficam normalmente chocados pelo contraste de seus setores mais abastados

com a miséria de suas áreas pobres, principalmente as favelas. É, entretanto, importante dar-se conta que por mais baixos que o nível e condições de vida nestas áreas possam ser, eles são, não obstante, melhores que os prevalecentes no campo onde a vida é frequentemente ainda pior para as classes baixas. Comparadas com o campo, a maioria das grandes cidades brasileiras oferece melhores oportunidades no que diz respeito a serviços como saúde, educação, etc., e como tal representa uma melhora relativa em termos de condições de vida.

Isto se deve ao fato de que estas cidades são os centros mais dinâmicos da economia brasileira, nos quais suas contradições podem mais vivamente ser vistas e sentidas. Entretanto, como esta economia está baseada na exploração de uma força de trabalho sujeita a salários muito baixos e não consegue incorporar toda a população urbana ao mercado formal de trabalho, existe um grande setor que não tem empregos regulares.

Embora este setor "marginal" seja frequentemente descrito em termos ecológicos como se constituindo num problema habitacional, na realidade ele se caracteriza por formas de desemprego e subemprego e como tal reflete a incapacidade do sistema econômico de oferecer empregos regulares a sua população em idade de trabalhar.

Não existem praticamente dados sobre o volume de pessoas que integram este setor. Neste sentido é interessante que num discurso recente o Ministro da Previdência Social do Governo Geisel "mostrou-se especialmente preocupado com as condições de vida do que chamou de 'quarto estrato' da sociedade: a parcela da população do país caracterizada por 'carências totais em termos de alimentação, habitação, vestuário e estado sanitário'. Ainda mais surpreendente foi a informação adicional fornecida por Nascimento e Silva: essa massa de miseráveis 'não é inferior a 10 milhões de pessoas, podendo mesmo chegar a cerca de 25 milhões'"[25].

[25] VEJA. O *quarto estrato,* n. 418, 8-9-1976, p. 26. Numa entrevista subsequente o Ministro caracterizou "os grandes estratos da população brasileira, que, de forma simplificada, entendo serem quatro: classe alta, média alta, previdenciária e carente. Este quarto estrato

A questão da homogeneização do Brasil urbano

As questões que foram levantadas nas últimas páginas apontam para a necessidade de estudar as transformações de comportamentos e orientações que estão ocorrendo em cidades brasileiras devido ao, ou começando com o desenvolvimento de uma sociedade urbano-industrial capitalista, e verificar como estas mudanças afetam diferentes classes sociais. Isto nos conduz de volta à questão formulada no início deste capítulo, ou seja, de que do mesmo modo como os viajantes estrangeiros do século passado, muitas vezes continua-se a fazer generalizações sobre toda população urbana brasileira baseadas em observações realizadas em apenas alguns pequenos segmentos dela.

Analisando dados sobre o crescimento urbano do Brasil, Harris comentou na metade da década dos cinquenta que "estes dados nos permitem concluir que o Brasil como uma nação está se tornando progressivamente mais urbano. Mas a questão a respeito de se as subculturas urbanas e rurais estão se tornando mais urbanas é um outro problema. Sua solução teria que depender de se a heterogeneidade, o secularismo e o individualismo estão ou não se tornando mais intensos, se a distinção entre facetas urbanas e rurais está se tornando mais ou menos aguda, e se um *etos* urbano está se tornando mais forte ou mais fraco. Este problema não é um que pode ser respondido simplesmente por dados estatísticos do crescimento de cidades"[26].

compõe-se dos miseráveis, dos pobres e dos indigentes, que, em uma aproximação formal, se pode considerar uma população pré-previdenciária". (VISÃO. *Previdência, vais aos superpobres?,* vol. 49, n. 6, 13-9-1976, p. 101) .
Para análises econômicas do setor informal e desemprego urbano no Brasil ver, entre outros, Tolosa, Hamilton C. "Dualismo no mercado de trabalho urbano", in *Pesquisa e Planejamento econômico,* vol. 5, n. 1, 1975; Idem. "Subutilização e Mobilidade da Mão-de-Obra Urbana", *in* Barat, Josef (ed.) . *Política de Desenvolvimento Urbano: Aspectos Metropolitanos e Locais.* Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1976; Lodder, Celcius A. *Distribuição de Renda nas Áreas Metropolitanas.* Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1976; Merrick, Thomas W. "Employment and Earnings in the Informal Sector in Brasil: The Case of Belo Horizonte", In *Journal of Developing Areas,* vol. 10, n. 3, 1976.
[26] Harris, Marvin. *Town* and *Country in Brazil.* New York, Columbia University Press, 1966, p. 286.

Analisando estudos e dados mais recentes sobre contatos, comunicações e valores de populações brasileiras, Lopes observou que os mesmos "tendem, todos, a nos dar a ideia de *relativa homogeneização dos centros urbanos, menores e maiores, na parte urbanizada do país,* pelo menos nas porções médias e superiores da estrutura social". O mesmo autor, entretanto, advertiu com discernimento que este processo age sobre populações economicamente bastante distintas :

> Por um lado, não há dúvida, as populações urbanas diferenciam-se, do ponto de vista econômico, devido às desigualdades regionais crescentes com que, sob as políticas industrializadoras, *grosso modo,* continua a se fazer o desenvolvimento. Do outro, porém, os meios modernos de comunicação, a educação, a estrutura institucional e as condições mesmas de vida urbana — fatores todos, note-se, derivados em parte da nova atuação estatal — agem num sentido claramente uniformizador. O comportamento, através das transformações que se operam na família e na religião, por exemplo, assim como as atitudes, os valores e as aspirações, sofrem tais influências. Delineia-se no Brasil um mundo urbano, nas suas regiões urbanizadas adiantadas ou atrasadas, mundo que se homogeneíza[27].

O fenômeno que precisa, então, ser explicitado é que provavelmente estão ocorrendo dois processos simultâneos e complementares em cidades brasileiras.

Por um lado, a intensificação da acumulação capitalista — processo que está no bojo da urbanização brasileira das últimas décadas — tende a homogeneizar todas as classes sociais naquelas áreas que estão mais próximas a atividades econômicas e interesses instrumentais e/ou mais fortemente sujeitas a influências ideológicas.

Por outro lado, entretanto, dado que esta mesma intensificação da acumulação capitalista diferencia os habitantes de cidades brasileiras de um modo essencialmente desigual e assimétrico, existe uma tendência oposta à heterogeneidade das classes sociais, não só em termos econômicos mas também naquelas áreas nas quais as classes baixas podem oferecer mais efetivamente resistência à difusão de

[27] Lopes, *op. cit.,* p. 180 e 197.

orientações culturais padronizadas. Esta questão é tratada empiricamente na pesquisa que é analisada no próximo capítulo.

Capítulo V

A Heterogeneidade da Homogeneização: ou de como nem todos os habitantes de Porto Alegre são iguais*

I — Proposições teóricas

Duas correntes centrais percorrem a literatura que se ocupa dos efeitos da vida em cidades industriais sobre suas populações. A primeira postula que — ao contrário de sociedades rurais que apresentariam pouca diferenciação interna e uma estratificação social rígida — em sociedades urbano-industriais capitalistas existiria uma variedade mais ampla de escolhas e uma estratificação social mais fluida, ocorrendo portanto uma maior heterogeneidade social e cultural[1].

A segunda corrente — que corre lado a lado com a primeira — postula, por sua vez, que a urbanização e a industrialização tendem a tornar todos os indivíduos atingidos por estes fenômenos semelhantes em um processo de homogeneização social e cultural. Levada ao extremo esta tendência sustenta que não só indivíduos e grupos estão ficando semelhantes, mas que toda humanidade estaria gradativamente convergindo para um mesmo tipo de sociedade[2].

* Publicado originalmente em Blay, Eva Alterman (org.). *A Luta pelo Espaço*. Petrópolis, Vozes, 1978.

[1] Embora possa ser encontrado em vários autores e se repita constantemente, este argumento foi enunciado com clareza por Wirth na sua clássica formulação sobre "o urbanismo como modo de vida" e por Redfield na teoria do *continuum folk*-urbano. Ver o capítulo I deste livro.

[2] Estes argumentos são difundidos principalmente pelas teorias da modernização e pelas teorias de convergência. A respeito das primeiras ver o capítulo II deste livro; a respeito das segundas ver Weinberg, lan. "The Problem of the Convergence of Industrial Societies: A Critical Look at the State of a Theory", in *Comparative Studies in Society and History,* vol. 11, n. 1, 1969.

É interessante observar que os defensores destas duas posições antagônicas conseguem apresentar dados empíricos que segundo eles estariam confirmando suas proposições. A questão, entretanto, é mais complexa e sua resolução envolve o reconhecimento de que existe uma relação dialética entre estes dois processos que são contraditórios somente na aparência, sendo em verdade simultâneos e complementares.

O desenvolvimento de um modo de produção capitalista — processo que está no bojo do que se costuma chamar de formação de uma sociedade urbano-industrial — implica numa profunda reestruturação das relações sociais existentes. À medida em que a produção começa a ser organizada socialmente sob o capitalismo, ela tende a deixar de ser individual ou familial, tornando-se gradativamente mais coletiva. Existe, assim, uma tendência a ajustar um modo de produzir atomizado a um coletivo, processo que toma formas diversas em diferentes sociedades mas que é, não obstante, uma das características-chave do desenvolvimento de um modo de produção capitalista.

Embora trabalhadores pré-industriais provavelmente tenham tido características sociais e culturais semelhantes entre si a um nível local (no campo, na vida, etc.), quando grupos relativamente isolados se fundem em aglomerados mais amplos eles têm de ajustar seus padrões anteriores de produção e de consumo ao novo modo vigente. Isto tende a criar uma homogeneização de comportamentos individuais numa escala mais ampla, processo que é fortalecido pela padronização dos bens oferecidos aos consumidores.

Como este processo está historicamente associado à emergência prévia de estados nacionais que gradativamente tendem a se sobrepor a poderes regionais, uma unidade mais ampla (não só em termos econômicos mas também sociais e culturais) tende a se formar, deslocando o centro de gravidade do nível local para o nacional[3].

[3] Referindo-se às consequências do desenvolvimento de um modo de produção capitalista, Marx assinalou que "a grande indústria tornou a concorrência universal (...), estabeleceu os meios de comunicação e o mercado mundial moderno, colocou o comércio sob seu domínio, transformou todo o capital em capital industrial e deu assim origem circulação (aperfeiçoamento do sistema monetário) e à rápida centralização dos capitais. Através da

À medida que a nova ordem social se desenvolve, a mesma afeta e transforma diferentes indivíduos e grupos por ela envolvidos. Estas mudanças ocorrem não somente ao nível econômico mas também ao nível cultural, na esfera de comportamentos, valores, estilos de vida, lealdades, identificações, concepções de mundo, etc. Estas transformações culturais são geralmente menos estudadas que as econômicas e requerem explicitação.

Examinando-se estas novas orientações culturais poder-se-ia sugerir que elas são úteis ao sistema na medida em que desempenham um importante papel ideológico ao criarem atitudes favoráveis à aceitação da ordem social pelos membros da sociedade como um todo. Nesta linha de raciocínio as novas orientações estariam enfatizando que é preciso criar novas lealdades voltadas não mais a um senhor ou região mas a uma nação (hegemonia do nacional sobre o local); que é importante aceitar que o homem pode influir decisivamente no mundo (secularização e racionalização); que atitudes práticas são úteis (instrumentalidade), que o sucesso individual é desejável e possível (individualismo), que dever-se-ia conceder certo grau de liberdade em relação a assuntos e crenças pessoais (tolerância), que todos têm os mesmos direitos e oportunidades (democracia e meritocracia), que a educação é um canal aberto de ascensão (mobilidade social), que a autoridade não é mais incontestável e personalizada como em sociedades estamentais (burocracia), etc.

---

concorrência universal, constrangeu todos os indivíduos a uma tensão máxima da sua energia. Aniquilou o mais possível a ideologia, a religião, a moral, etc., e sempre que possível transformou-as em flagrantes mentiras. Foi ela que criou verdadeiramente a história mundial na medida em que fez depender do mundo inteiro cada nação civilizada e, para satisfação das suas necessidades, cada indivíduo dessa nação, destruindo o caráter exclusivo das diversas nações que era até então natural. Subordinou a ciência da natureza ao capital e retirou à divisão do trabalho a sua última aparência de fenômeno natural. Destruiu, na medida do possível, todos os elementos naturais no interior do trabalho e conseguiu dissolver todas as relações naturais para as transformar em relações monetárias. Em vez de cidades nascidas naturalmente, criou as grandes cidades industriais modernas que se desenvolveram como se se tratasse de cogumelos. Onde quer que penetrasse destruía o artesanato e, de uma forma geral, todos os anteriores estádios da indústria. Completou a vitória da cidade sobre o campo. (...) Criou por todo o lado as mesmas relações entre as classes da sociedade, destruindo por isso o caráter particular das diferentes nacionalidades" (Marx, Karl, e Engels, Friedrich. *A Ideologia Alemã.* Portugal, Editorial Presença, 1974, vol. I. p, 74-75).

É, entretanto, fundamental enfatizar que estas mudanças não são processos lineares mas somente tendências gerais que adquirem características diversas em diferentes sociedades e períodos. É, portanto, importante não somente estudar como estes processos ocorrem em situações específicas[4] mas também encará-los menos como dicotomias absolutas e mais como tendências ou ideais, aos quais frequentemente apenas se presta um respeito formal[5].

Neste sentido, a maioria das teorias dicotômicas (sagrado/secular, solidariedade mecânica/solidariedade orgânica, *Gemeinschaft/Gesellschaft*, *folk*-urbano, tradicional/moderno, etc.) tentam descrever, através de contrastes, o que é *tendencialmente* (e não absolutamente como muitas delas supõem) a passagem para orientações que são mais compatíveis, a um nível ideológico, com a nova ordem social.

Estas transformações têm um forte apelo ideológico já que elas procuram integrar duas importantes dimensões da ordem social burguesa: um maior domínio do homem sobre seu meio (que aparece ao nível da produção através do uso crescente da tecnologia) e uma organização social em que o povo (palavra que pode tanto incluir como excluir as classes baixas) teria, pelo menos formal e legalmente, os mesmos direitos e oportunidades como cidadãos. Não é, aliás, por acaso que os direitos que estão historicamente associados à ascensão da burguesia tenham o designativo de cidadania, palavra cuja raiz etimológica indica o local onde estes direitos primeiro floresceram.

---

[4] No caso de um país dependente como o Brasil, o processo de desenvolvimento de uma ideologia burguesa se deu de uma forma bastante peculiar. Analisando a deturpação que a ideologia burguesa européia sofreu no Brasil Império, Schwarz mostrou como as ideias liberais estavam "fora de lugar" numa sociedade baseada na escravidão na qual a categoria fundamental não era consubstanciada nos direitos burgueses mas nos favores paternalistas. Ver Schwarz, Roberto. "As Ideias Fora do Lugar", in *Estudos CEBRAP,* n. 3, 1973.

[5] Como Marx assinalou "Com efeito, cada nova classe no poder é obrigada, quando mais não seja para atingir os seus fins, a representar o seu interesse como sendo o interesse comum a todos os membros da sociedade ou, exprimindo a coisa no plano das ideias, obrigada a dar aos seus pensamentos a forma da universalidade, de os representar como sendo os únicos razoáveis, os únicos verdadeiramente válidos" (Marx e Engels. *op. cit.,* p. 57).

Entretanto, se por um lado as novas orientações podem ser encaradas como ajudando a criar um clima ideológico cuja finalidade é a de legitimar a nova ordem social, por outro lado é fundamental não esquecer que sua aceitação não ocorre automática e uniformemente por toda população, nem em todas as áreas de envolvimento social.

Na verdade, o processo de homogeneização cultural difundido por sociedades capitalistas é aceito diferentemente pelas diversas classes sociais, já que os membros destas têm posições bastante diferentes nas relações de produção e também participam de modo heterogêneo em seus benefícios sociais, econômicos e políticos. As diferenças culturais, provavelmente, serão tanto mais acentuadas quanto mais marcantes forem as desigualdades econômicas.

Mas embora a categoria classe social seja uma variável fundamental no estudo destas diferenças, não é possível postular uma relação linear entre posição sócio-econômica e adesão a orientações culturais, processo que é mais complexo e está permeado por contradições. Assim, é preciso ter em conta que não se pode reduzir mecanicamente comportamentos e valores a interesses econômicos, já que enquanto estes possuem uma conotação eminentemente prática e objetiva, aqueles envolvem dimensões muito mais pessoais e subjetivas.

Uma noção que precisa, portanto, ser retida é a de defasagens. Assim, por exemplo, o relativo atraso em aderir a novas orientações burguesas pode ser devido ao fato de que dimensões pessoais estão em jogo, que podem resistir à imposição de novos padrões culturais já que isto é mais viável que resistir às relações econômicas. Assim, os agentes sociais talvez tenham que aceitar as relações de produção que lhe são impostas, mas podem rejeitar os valores que lhe são propostos[6].

[6] Em um estudo clássico a respeito de consequências da incorporação progressiva de populações rurais de uma área do estado de São Paulo à esfera da economia capitalista, Antônio Cândido mostrou que "o processo de urbanização (...) se apresenta ao homem rústico *propondo* ou *impondo* certos traços de cultura material e não-material. *Impõe,* por exemplo, novo ritmo de trabalho, novas relações ecológicas, certos bens manufaturados; *propõe* a racionalização do orçamento, o abandono das crenças tradicionais, a

Por outro lado, entretanto, o processo oposto pode ocorrer. Dada a intensificação dos meios de comunicação e transporte (característica do desenvolvimento de uma sociedade urbano-industrial), é perfeitamente possível que ocorra a adesão a comportamentos e orientações burgueses por grupos que não estejam totalmente inseridos em relações capitalistas de produção. Isto ocorre, por exemplo, através do chamado "efeito-demonstração" no qual o prestígio é um elemento poderoso que cria atitudes "modernas" que têm pouco a ver com eficiência e racionalidade[7].

É interessante observar que a falácia da dicotomia heterogeneidade/homogeneidade se repete na maioria das análises sobre o comportamento das classes baixas urbanas. Assim, uma primeira tendência — da qual a teoria da cultura da pobreza de Oscar Lewis[8] provavelmente é o exemplo mais conhecido — postula que as classes subordinadas são culturalmente diferentes do resto da população, deixando desta maneira aberto o caminho para que se atribua sua situação econômica a uma cultura que não lhes forneceria os elementos para superar sua posição desprivilegiada.

Uma segunda tendência — que se constitui em reação oposta à primeira — postula que não existem praticamente diferenças culturais entre as classes sociais. É lógico que esta posição inversa

individualização do trabalho, a passagem à vida urbana. Formulando novamente o que ficou dito, podemos verificar no caipira paulista três reações adaptativas em face de tal processo: 1) aceitação dos traços *impostos* e *propostos;* 2) aceitação apenas dos traços *impostos;* 3) rejeição de *ambos"* (Cândido, Antônio. Os *Parceiros do Rio Bonito.* São Paulo, Duas Cidades, 1971, p. 218).

[7] Maria Isaura Pereira de Queiroz mostrou no contexto brasileiro como "um gênero de vida (que é antes de mais nada um produto cultural), pode se difundir fora da sociedade global em que se originou, desprendido dos fatores que o fizeram nascer — no caso, o processo de industrialização. Esta autora formulou a hipótese "de que primeiramente se difundiu no Brasil um gênero de vida, o da sociedade burguesa, a partir de 1820 mais ou menos, e de que isto ocorreu antes de o país entrar num verdadeiro processo de industrialização. O novo gênero de vida diferencia a população urbana não apenas segundo níveis econômicos, mas muito mais ainda culturalmente, sendo que as camadas superiores adotam como sinal distintivo o requinte e um arremedo de cultura intelectual" (Queiroz, Maria Isaura Pereira de. "Do rural e do urbano no Brasil", *in* Szmrecsányi, Tamás, e Queda, Oriowaldo (orgs.). *Vida Rural e Mudança Social.* São Paulo, Editora Nacional, 1973, p. 213 e 210).

[8] Ver o capítulo III deste livro.

também é equívoca na medida em que pretende simplesmente ignorar diferenças sociais e tratar a sociedade como um todo cultural coeso.

Na realidade esta bipolaridade não existe, pois as classes baixas provavelmente são semelhantes ao resto da população em certos aspectos e diferentes em outros, compartilhando parte da cultura dominante, mas ao mesmo tempo desenvolvendo também seus traços culturais próprios.

É nesta linha de raciocínio que também se encontra a solução da questão da aparente contradição entre heterogeneidade e homogeneidade de sociedades urbano-industriais capitalistas.

A superação deste impasse reside no reconhecimento de que estes dois processos na realidade são simultâneos e complementares. Assim, por um lado, em sociedades capitalistas existe um maior número de posições e uma certa possibilidade de ascensão na hierarquia social (variando, é claro, de sociedade para sociedade) bem como um raio mais amplo de escolhas em relação a atividades, produtos e comportamentos e orientações individuais. Por outro lado, entretanto, o mesmo tipo de sociedade tende a homogeneizar as escolhas possíveis, bem como os produtos disponíveis, e acima de tudo a enfatizar a ideologia da igualdade de oportunidades.

Enquanto em sociedades pré-capitalistas as elites geralmente veiculavam ideologias que não aprovavam a mobilidade social e assim tentavam controlar o acesso de outros grupos sociais a seu peculiar estilo de vida, em sociedades capitalistas — embora continuem existindo diferenças no que diz respeito a oportunidades de vida — a mobilidade é apresentada como um alvo válido e alcançável.

Historicamente quando a burguesia toma o poder, através da Revolução Francesa, ela estende a todas as classes, a um nível formal, os direitos e oportunidades que em verdade está buscando para si mesma. Apesar de sua conotação ideológica, esta medida se reveste de importância, uma vez que, ao contrário de sistemas sociais anteriores baseados numa desigualdade social sacramentada, não é mais possível postular que a mesma seja justa em si mesma. Ela

porta, assim, a potencialidade de futuras mudanças que estão contidas em embrião.

Nesta altura é útil relembrar o conceito de hegemonia de Gramsci, que frisou que uma classe dirigente forte domina a sociedade não somente através de uma liderança intelectual e moral. Ela satura a sociedade com seus valores hegemônicos que são disseminados através de instituições civis (família, educação, etc.) que socializam os indivíduos e tendem a fazê-los aceitar a legitimidade da ideologia dominante: "A partir do momento em que uma classe subordinada se torna realmente independente e dominante, criando um novo tipo de estado, surge a necessidade concreta de construir uma nova ordem intelectual e moral, isto é, um novo tipo de sociedade e, por isso, a necessidade de elaborar os conceitos mais universais, as mais refinadas e decisivas armas ideológicas"[9].

Existe assim uma constante dialética entre heterogeneidade e homogeneidade em sociedades capitalistas. Quanto mais elas padronizam comportamentos, orientações e opções, mais elas tendem a enfatizar uma individualidade e um raio de escolhas que em verdade podem ser bastante limitados; quanto mais estas sociedades se diferenciam internamente, aumentando distâncias sociais, tanto mais elas tendem a difundir a ideologia de que todos são iguais, criando frequentemente o que foi chamado de "o padrão da igualdade manifesta e da desigualdade sutil"[10].

[9] Gramsci, Antonio. *Prison Notebooks,* citado em *The Modern Prince and other writings,* New York, International Publishers, 1975, p. 5.
[10] Barber, Bernard. "A Estrutura da Estratificação Social e as Tendências de Mobilidade Social na Sociedade Ocidental", *in* Parsons, Talcott (ed.). *A Sociologia Americana.* São Paulo, Cultrix, 1970, p. 230.

II — A Pesquisa

A — Introdução

As proposições teóricas formuladas acima operam necessariamente em um nível elevado de abstração e cabe, portanto, testar empiricamente como os processos descritos ocorrem em sociedades específicas. O Brasil — pelas peculiaridades de seu crescimento econômico dependente e pelos processos que tem experimentado recentemente — se constitui em um campo de estudo rico para analisar como as transformações sociais decorrentes da intensificação da acumulação capitalista industrial se refletem em diversas camadas sociais de cidades brasileiras.

No capítulo anterior mencionou-se que uma análise feita por Lopes a respeito de estudos e dados sobre contatos, comunicações e valores de populações brasileiras sugeriu que estaria ocorrendo uma relativa homogeneização dos centros urbanos pelo menos nas suas camadas médias e superiores. O referido autor, entretanto, advertiu que, se por um lado os meios de comunicação, a educação, a estrutura institucional e as condições de vida urbana decorrentes da evolução da sociedade brasileira tendem a homogeneizar as populações urbanas do país, por outro lado este processo age sobre populações que se diferenciam muito economicamente em decorrência do próprio modelo de desenvolvimento adotado.

Assim, uma questão que se reveste de fundamental importância é a de estudar como este processo de homogeneização atua sobre as diferentes camadas das populações urbanas brasileiras. Esta questão, é lógico, só pode ser elucidada através de pesquisas que procurem comparar diferentes grupos e classes que habitam o espaço social que se convencionou designar de cidade.

Embora exista um razoável número de estudos nesta área, a grande maioria deles, apesar de sua importância, não permite traçar um quadro comparativo e analítico das populações urbanas

brasileiras. Isto se deve ao fato de a maior parte deles concentrar-se em uma só área de estudo (por exemplo, família, religião, etc.) e/ou em uma só camada da população (geralmente as mais baixas, implicitamente supondo que outras camadas não são problemáticas). Entretanto, para se obter uma visão mais global é necessário analisar diversas camadas de uma mesma grande cidade brasileira a fim de verificar como elas são atingidas pelo processo de homogeneização.

B — Delimitação do estudo

Com o intuito de testar as proposições teóricas desenvolvidas neste capítulo e sugerir linhas de reflexões sobre o tema abordado, que poderiam ser criticamente incorporadas em estudos futuros, são a seguir apresentados sucintamente alguns resultados de uma pesquisa.

A pesquisa[11] examina diferentes camadas sociais em Porto Alegre, comparando e analisando-as em seis áreas de envolvimento (família, religião, vida associativa e lazer, educação, trabalho e política). O objetivo é investigar se estes grupos compartilham as mesmas orientações e, em caso contrário, em que áreas ocorrem diferenças e a que variáveis explicativas podem as mesmas ser relacionadas.

A pesquisa foi planejada de maneira a propiciar uma análise em dois planos: uma a nível de bairros, a outra a nível de variáveis sócio-econômicas e demográficas. Deste modo, obtiveram-se dados que podem ser analisados tanto em termos de áreas residenciais como em termos de outras variáveis, propiciando uma base mais rica de análise e comparação.

Para fins de amostragem utilizou-se um mapeamento sócio-econômico prévio classificando Porto Alegre de acordo com cinco níveis sócio-econômicos em uma base de quarteirões. Examinando-se os resultados deste mapeamento, foram escolhidos cinco bairros, que

[11] Esta pesquisa é descrita e analisada detalhadamente na tese de doutorado do autor *Urbanization and Social Change in Brazil: a case study of Porto Alegre,* defendida na Universidade de Londres em 1977.

apresentam alta segregação em relação à posição sócio-econômica e que correspondem aos cinco níveis sócio-econômicos definidos pelo mapeamento. Estes bairros tornaram-se os estratos da amostra, tendo sido realizadas aproximadamente oitenta entrevistas por grupo, tomando-se o chefe da família como informante. A amostra, obviamente, não é representativa de toda a população de Porto Alegre, mas poderia não obstante ser considerada como um corte sociológico dos habitantes desta cidade.

Os bairros que foram escolhidos com suas respectivas rendas familiares e características sociais são os seguintes:

TABELA 1
Bairros Pesquisados com as Respectivas Rendas Familiares e Características Sociais

Bairro	Renda familiar mensal em salários mínimos	Características Sociais
Vila Maria da Conceição	0 a 1	Uma das mais antigas vilas de malocas (favelas) de Porto Alegre
Navegantes	1 a 3	Bairro tradicionalmente operário
Cidade Baixa	3 a 6	Bairro de "classe média baixa"
Petrópolis	6 a 10	Bairro de "classe média alta"
Três Figueiras	Mais de 10	Bairro de "classe alta"

A ideia subjacente à utilização de um procedimento de amostragem que opera com áreas residenciais diferentes entre si, porém semelhantes internamente, é a de permitir desenvolver simultaneamente uma análise ecológica e uma não-ecológica. Ou seja, propiciar dados que podem ser facilmente associados a bairros que são frequentemente debatidos a nível jornalístico e político, assim permitindo uma contribuição à discussão, mas que ao mesmo

tempo podem ser analisadas em termos de variáveis sócio-econômicas e demográficas[12].

C — Hipóteses

A fim de analisar e explicar o conjunto de aspectos que constitui a variável dependente desta pesquisa (padrões de comportamento e valores) as seguintes perguntas precisam ser formuladas : 1 Compartilham todos os entrevistados os mesmos tipos de orientações? 2 Em caso contrário: a) que tipo de diferenças existem? b) em que áreas de envolvimento ocorrem estas diferenças? e c) a que variáveis poderiam ser elas relacionadas?

[12] Parte-se do pressuposto de que bairros em si mesmos não podem explicar diferentes comportamentos e orientações. Neste estudo bairros e posição sócio-econômica superpõem-se e é óbvio que os moradores de cada um dos cinco bairros estudados vivem no mesmo por causa de sua posição sócio-econômica e não vice-versa.
Não há, portanto, nenhuma intenção de tratar os bairros estudados como se eles fossem comunidades auto-suficientes. Cada uma destas áreas não se constitui numa comunidade que gira em torno de si mesma, mas é formada por indivíduos que moram em um mesmo local e que podem compartilhar características comuns, mas cuja vida social transcorre dentro dos marcos de uma cidade (e por extensão de um país) na qual eles são produtores, consumidores e participantes. Cada um dos entrevistados, antes de ser morador de uma certa área, vive e é parte de Porto Alegre, enquanto cidade brasileira. (Para uma crítica da noção de vizinhança como sendo uma comunidade ver Dennis, Norman. "The Popularity of the Neighbourhood Community Idea", *in* Pahl, R. E. (ed.). *Readings in Urban Sociology.* Oxford, Pergamon Press, 1969, e Castells, Manuel. *La Cuestión Urbana.* Madrid, Siglo Veintuno, 1974, p. 203-221).
Nesta última linha de argumentação, quando é utilizada uma variável como posição sócio-econômica é preciso ter em conta que ela não é, *stricto sensu,* intercambiável com o conceito de classe social, o qual, embora seja uma categoria sociológica mais significativa, não pode ser satisfatoriamente operacionalizado neste tipo de pesquisa. (Para uma importante discussão sobre classes sociais na América Latina e as dificuldades envolvidas em sua operacionalização, ver a publicação dos trabalhos apresentados em dezembro de 1971 em Mérida no seminário promovido pelo Instituto de Investigaciones Sociales da Universidad Nacional Autónoma de México: Zenteno, Raúl Benitez (ed.). *Las Clases Sociales en América Latina. Problemas de Conceptualización (Seminario de Mérida, Yuc.),* México, Siglo Veintiuno, 1973).

A fim de tentar responder a estas perguntas e testar as proposições teóricas desenvolvidas no estudo, a seguinte hipótese central foi formulada :

"Os entrevistados — por viverem em uma cidade que é parte integrante da sociedade brasileira e assim, por um lado estarem sujeitos à influência homogeneizadora desta, mas por outro lado terem ao mesmo tempo diferentes posições sociais nesta sociedade — apresentarão orientações semelhantes naquelas áreas que envolvem dimensões de vida práticas e instrumentais como também em aspectos mais fortemente sujeitos a influências ideológicas, mas apresentarão orientações diferentes naquelas áreas que envolvem dimensões de vida pessoais e em aspectos que têm consequências e significados diversos de acordo com a posição social".

Uma série de sub-hipóteses foi também formulada em relação a diferenças de orientações. Elas podem ser resumidas em se antecipando que quando ocorrerem diferenças as mesmas serão melhor explicadas pela posição sócio-econômica do entrevistado que por outro tipo de variáveis (tais como experiência urbana, idade, etc.).

As hipóteses foram testadas examinando-se os dados paralelamente tanto por bairros, como de acordo com outras variáveis.

D — Análise dos dados

Os resultados tendem a confirmar as hipóteses do estudo na medida em que evidenciam que os entrevistados apresentam semelhanças de diferenças de acordo com as áreas antecipadas e que as diferenças estão mais fortemente associadas às variáveis sócio-econômicas. O que segue é uma pequena amostra de alguns dados.

As duas áreas de envolvimento que apresentam as maiores diferenças são família e religião, que são justamente duas esferas que possuem uma dimensão fortemente pessoal, a primeira delas sendo

geralmente apontada como uma área onde predominam os chamados contatos primários.

Assim, no que concerne à primeira destas duas áreas, os dados mostram diferenças acentuadas no que diz respeito à maneira como são encaradas as relações e papéis dos membros da família e a imagem desta como instituição.

TABELA 2

Orientações em Relação à Família (em percentagem)

Aspecto examinado	Vila Maria da Conceição	Navegantes	Cidade Baixa	Petrópolis	Três Figueiras	Total
Aceitação do controle da natalidade	65	80	85	88	94	81
Aceitação do divórcio	35	47	62	72	80	57
Proporção dos entrevistados que acham que é só o marido que deve tomar as decisões importantes na família	78	59	57	31	38	54
Proporção dos entrevistados que acham que a mulher casada só deve trabalhar fora de casa quando precisa ajudar o marido, ou quando não tem filhos, ou que ela não deve trabalhar fora de casa nunca	61	48	55	34	39	49
Proporção dos entrevistados que concordam que "a coisa mais importante que uma criança pode aprender é a obediência aos pais"	94	94	82	80	66	83

TABELA 3

Coeficientes de Associação e Nível de Significação Estatística o Cruzamento das Orientações em Relação à Família com Variáveis Sócio-Econômicas e Demográficas[a]

Variável	Controle da natalidade	Divórcio	Tomada de decisões importantes	Trabalho da mulher casada	Obediência aos pais
Ocupação	0,484 (****)	0,371 (****)	0,537 (****)	0,311 (***)	0,730 (****)
Renda	0,546 (****)	0,450 (****)	0,596 (****)	0,314 (***)	0,773 (****)
Educação	0,587 (****)	0,356 (****)	0,634 (****)	0,368 (***)	0,924 (****)
Experiência urbana[b]	0,163 (NS)	0,158 (NS)	0,224 (NS)	0,122 (NS)	0,163 (NS)
Socialização urbana[c]	0,181 (NS)	0,218 (**)	0,185(*)	0,140 (NS)	0,272(*)
Idade	— 0,315(***)	— 0,179(*)	— 0,149 (NS)	— 0,157 (NS)	— 0,206 (NS)

[a] Nesta e nas demais tabelas que se referem a cruzamentos de variáveis utilizou-se o "gama", um coeficiente de associação que mede a relação entre duas variáveis ordinais e que varia de — 1 a + 1. Os símbolos entre parênteses referem-se ao nível de significação estatística do teste do qui-quadrado realizado nas tabelas de onde se originam os coeficientes. Nesta e nas demais tabelas, (*) representa o nível de 0,05, (**) representa o nivel de 0,02, (***) representa o nível de 0,01, (****) representa o nível de 0,001 e (NS) representa não-significativo. (Ver Blalock, Hubert M. Social Statistics. Tokyo, McGraw-Hill Kogakusha, 1972).

[b] Experiência urbana foi medida em função da proporção de tempo que o entrevistado viveu em centros urbanos.

[c] Socialização urbana foi medida em função do tipo de lugar em que o entrevistado viveu seus primeiros quatorze anos de idade.

A aceitação do controle da natalidade e do divórcio bem como de uma concepção mais igualitária dos papéis dos cônjuges e mais tolerante em relação aos filhos aumenta à medida que o exame dos dados se desloca das camadas sociais mais baixas para as mais altas.

É interessante observar que as maiores diferenças ocorrem justamente em aspectos que envolvem autoridade (obediência aos pais, quem deve tomar as decisões importantes) ou em aspectos ligados à família como instituição (divórcio), ao passo que as diferenças são menores em aspectos que envolvem dimensões instrumentais (trabalho extradomiciliar, controle da natalidade).

A existência de diferenças continua sendo confirmada quando se deixa a divisão por bairros de lado e se cruzam as respostas dos entrevistados com variáveis sócio-econômicas e demográficas.

Os resultados destes cruzamentos evidenciam uma forte associação positiva entre nível de ocupação, de renda e de escolaridade de um lado e orientações tidas como modernas de outro, ao mesmo tempo que indicam que a aceitação do divórcio e do controle da natalidade é também inversamente associada à idade dos entrevistados.

Novamente, os aspectos nos quais as associações são mais altas são aqueles que envolvem autoridade. Este dado sugere que os chefes de famílias de classe baixa, quando comparados com os demais, tendem a impor mais fortemente sua autoridade no âmbito da família por ser esta uma das únicas instituições na qual a mesma pode ser exercida por eles.

A análise das orientações religiosas também mostra diferenças acentuadas entre os entrevistados. Assim, a crença de que os acontecimentos da vida se dão por vontade divina predomina nas camadas mais baixas, ao passo que nas mais altas a concepção do mundo é mais secular.

Estas diferenças são extremamente altas e mais marcantes que as ligadas à família. Longe de indicarem uma homogeneização cultural, elas mostram uma nítida clivagem em matéria de crenças e concepções de mundo. O cruzamento das orientações religiosas com

as variáveis sócio-econômicas e demográficas evidenciam uma forte associação positiva entre posição sócio-econômica e crenças mais seculares.

TABELA 4
Orientações Religiosas (em percentagem)

Aspecto examinado	Vila Maria da Conceição	Navegantes	Cidade Baixa	Petrópolis	Três Figueiras	Total
Proporção dos entrevistados que acreditam que Deus agiu e continua a agir no mundo	89	80	81	65	60	75
Proporção dos entrevistados que acreditam que os acontecimentos da vida se devem a Deus	58	32	28	16	11	31
Proporção dos entrevistados que acreditam que as calamidades(enchentes, terremotos, etc.)se devem a Deus	55	32	20	16	4	27

TABELA 5
Coeficientes de Associação e Nível de Significação Estatística no Cruzamento das Orientações Religiosas com Variáveis Sócio-Econômicas e Demográficas

Variável	Crenças sobre a participação de Deus na história	Crenças sobre as causas dos acontecimentos da vida	Crenças sobre as causas das calamidades
Ocupação	0,780 (****)	0,718 (****)	0,697 (****)
Renda	0,654 (****)	0,607 (****)	0,710 (****)
Educação	0,658 (****)	0,705 (****)	0,672 (****)
Experiência urbana	0,167 (NS)	0,283 (***)	0,375 (****)
Socialização urbana	0,081 (NS)	0,213(*)	0,390 (****)
Idade	— 0,070 (NS)	— 0,163 (NS)	— 0,200 (NS)

Os valores dos coeficientes de associação são muito fortes no que diz respeito à ocupação, renda e educação, sendo bem mais fracos ou não-significativos em relação à experiência e socialização urbana e idade.

Estes dados sugerem que a secularização de populações urbanas brasileiras não é um fenômeno homogêneo mas seletivo. Ela parece estar diretamente relacionada à posição na estrutura social, atingindo mais fortemente as camadas médias e altas, sendo entretanto bem mais fraca entre as camadas baixas. A exposição à vida urbana — ao contrário do que foi postulado por algumas teorias sobre urbanização[13] — está bem menos relacionada à secularização, estando inclusive, às vezes não-significativamente associada à mesma.

Quando se passa para a análise de uma área como educação que é, em geral, encarada como tendo propósitos essencialmente instrumentais no sentido de permitir a ascensão social, o quadro muda. A análise dos dados revela semelhanças surpreendentes entre os entrevistados no que diz respeito à importância atribuída à educação.

[13] Ver capítulo I deste livro.

TABELA 6
Orientações em Relação à Importância da Educação (em percentagem)

Aspecto examinado	Vila Maria da Conceição	Navegantes	Cidade Baixa	Petrópolis	Três Figueiras	Total
Proporção dos entrevistados que acham que dinheiro gasto em educação é dinheiro muito bem empregado	98	98	97	99	97	98
Proporção dos entrevistados que acham que quanto mais educação se tem, melhor se aproveita a vida	97	97	90	97	99	95
Proporção dos entrevistados que discordam da frase "Educação não serve de nada para se conseguir um emprego, hoje em dia"	84	97	89	93	91	90
Proporção dos entrevistados que discordam da frase "Não tem sentido uma pessoa continuar estudando se ela pode conseguir um bom emprego"	85	91	96	97	90	91

As respostas mostram que a ideologia de que um maior nível de escolaridade implica em melhores oportunidades de vida está disseminada em todas as camadas sociais, algo compreensível se se levar em conta o quanto este tema tem sido enfatizado no Brasil nos últimos anos. Dada a grande semelhança das respostas dos entrevistados, não é, pois, surpreendente que praticamente todos os cruzamentos das variáveis sócio-econômicas e demográficas com as orientações educacionais tenham evidenciado associações não-significativas.

É possível argumentar que estes dados confirmam a hipótese central do estudo em dois níveis: na medida em que educação representa uma área de envolvimento geralmente encarada como instrumental e também na medida em que esta mesma área está saturada pelas influências ideológicas que permeiam a sociedade brasileira.

A hipótese central do estudo também é confirmada na análise da área de política, uma dimensão que envolve simultaneamente aspectos que têm diferentes consequências e significados de acordo com a posição social do entrevistado, e também aspectos nos quais as influências ideológicas são marcantes.

Assim, tomando-se primeiro os aspectos ligados a questões políticas genéricas, isto é, que não estão diretamente relacionadas a interesses específicos de diferentes camadas sociais, os resultados mostram um razoável grau de semelhança entre os entrevistados.

As diferenças entre os grupos não é grande e o que mais chama a atenção é a baixa adesão, por parte de todos os entrevistados, a posições mais liberais, fenômeno que precisa ser compreendido no contexto das condições políticas vigentes no país por ocasião da coleta de dados (1973) . Do mesmo modo, a inexistência de maiores diferenças é responsável pelo fato de que a maioria dos cruzamentos destas orientações com as variáveis sócio-econômicas e demográficas apresentam coeficientes de associação não-significativos.

Quando, entretanto, as questões propostas envolvem interesses mais imediatos e com significados e consequências bastante distintos de acordo com a posição social dos entrevistados, as diferenças são

marcantes. Assim, no que se refere às atitudes dos entrevistados em relação ao direito de voto aos analfabetos e se eles acreditam que o povo sabe votar, os resultados foram diametralmente opostos.

TABELA 7
Orientações em Relação a Questões Políticas Genéricas (em percentagem)

Aspecto examinado	Vila Maria da Conceição	Navegantes	Cidade Baixa	Petrópolis	Três Figueiras	Total
Proporção dos entrevistados que consideram que o respeito pelos direitos individuais é mais importante que o amor à pátria	41	50	50	42	53	47
Proporção dos entrevistados que são a favor da liberdade de imprensa	54	42	54	53	42	49
Proporção dos entrevistados que são contra a pena de morte	54	48	56	42	52	51

TABELA 8

Atitudes em Relação ao Direito de Voto aos Analfabetos e a Capacidade do Povo Saber Votar
(em percentagem)

Aspecto examinado	Vila Maria da Conceição	Navegantes	Cidade Baixa	Petrópolis	Três Figueiras	Total
Proporção dos entrevistados favoráveis ao direito de voto aos analfabetos	67	59	39	26	28	44
Proporção dos entrevistados que acham que o povo sabe votar	54	47	36	27	27	39

Os dados mostram uma nítida clivagem no que diz respeito a estas questões. O cruzamento destas atitudes com as variáveis sócio-econômicas e demográficas tende a confirmar como estes aspectos têm consequências e significados bastante distintos de acordo com a posição social dos entrevistados.

TABELA 9

Coeficientes de Associação e Nível de Significação Estatística no Cruzamento das Atitudes em Relação ao Direito de Voto aos Analfabetos e a Capacidade do Povo Saber Votar com Variáveis Sócio-Econômicas e Demográficas

Variável	Direito de votos dos analfabetos	Capacidade do povo de saber votar
Ocupação	— 0,490 (****)	— 0,394 (***)
Renda	— 0,585 (****)	— 0,457 (****)
Educação	— 0,529 (****)	— 0,375 (****)
Experiência urbana	— 0,311(***)	— 0,229 (NS)
Socialização urbana	— 0,194(*)	— 0,047 (NS)
Idade	0,079 (NS)	— 0,057 (NS)

Os coeficientes de associação mostram uma relação negativa entre nível de ocupação, de renda e de escolaridade de um lado e atitudes favoráveis a uma maior participação popular em política de outro, numa clara indicação de que quando estão em jogo interesses que afetam a distribuição de poder, posição sócio-econômica mais alta não necessariamente significa atitudes mais progressistas.

III — Conclusões

Os dados sucintamente aqui apresentados sugerem a viabilidade das hipóteses formuladas. Embora seja importante aprofundar estas questões em pesquisas mais amplas, que poderiam comparar diferentes cidades e analisar mais aspectos, os resultados do presente estudo apoiam a ideia de que as diversas camadas sociais de populações urbanas brasileiras não evidenciam uma homogeneização

cultural que se distribui uniformemente em todas as áreas de envolvimento.

A pesquisa realizada em Porto Alegre mostra que existe uma simultaneidade de semelhanças e diferenças culturais entre os diversos grupos estudados. Assim, realmente ocorre uma homogeneização em áreas de envolvimento e aspectos instrumentais e/ou mais fortemente sujeitos a influências ideológicas. Quando, entretanto, as áreas ou aspectos estudados envolvem esferas mais pessoais ou que têm consequências e significados diferentes, longe de haver uma homogeneidade, o que geralmente ocorre é uma nítida clivagem entre os grupos. Neste caso, a posição sócio-econômica é a variável que melhor explica as diferenças, sendo que quanto mais alta for a mesma, maior também será a adesão a orientações tidas como modernas.

Os resultados do presente estudo sugerem que estão ocorrendo dois processos simultâneos e complementares em cidades brasileiras. Por um lado, a intensificação da acumulação capitalista industrial — processo que está no bojo da urbanização brasileira das últimas décadas — tende a homogeneizar todas as classes sociais naquelas áreas que estão mais próximas a atividades econômicas e interesses instrumentais e/ou mais sujeitas a influências ideológicas. Por outro lado, entretanto, dado que esta mesma intensificação da acumulação capitalista diferencia os habitantes de cidades brasileiras de um modo essencialmente desigual e assimétrico, existe uma tendência oposta que vai em direção à heterogeneidade das classes sociais, não só em termos econômicos mas também naquelas áreas nas quais as classes baixas podem oferecer mais efetivamente resistência à difusão de orientações culturais padronizadas.

O próximo capítulo procura aprofundar esta questão através da análise da relação entre classe e cultura em cidades brasileiras.

Capítulo VI

Classe e Cultura em Cidades Brasileiras*

I

A escassez de estudos a respeito de como as diferenças de classe em cidades latino-americanas se refletem no nível cultural tem sido deplorada por vários cientistas sociais. Já em 1955 Wagley e Harris assinalavam que "podemos fazer pouco além de especular a respeito da subcultura a ser encontrada nos grandes centros metropolitanos da América Latina"[1]. Quatro anos mais tarde Florestan Fernandes, referindo-se a São Paulo, dizia que "faltam-nos dados positivos a respeito de todas as coisas essenciais na vida de uma metrópole"[2]. E em 1968 Willems afirmava que em relação a cidades latino-americanas "muito poucos estudos de classe de fato correspondem ao que antropólogos consideram uma investigação descritiva ou analítica de subculturas"[3].

Com exceção de alguns estudos fragmentados que geralmente se concentram em aspectos isolados e/ou somente numa classe social,

---

* Tradução do artigo "Culture Rules O.K.: Class and Culture in Brazilian Cities" publicado originalmente na revista *International Journal of Urban and Regional Research,* vol. 3, 1979 (Edward Arnold Publishers, 41 Bedford Square, London WCIB, Inglaterra). Uma versão resumida deste trabalho foi apresentada no simpósio sobre "Administração, Problemas Urbanos e Participação Social" realizado em julho de 1978 em São Paulo na 30* Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência sob o patrocínio da Associação de Sociólogos do Estado de São Paulo e da Fundação Getúlio Vargas e foi publicada na revista *Encontros com a Civilização Brasileira,* n. 8, fevereiro de 1979.

[1] Wagley, Charles, e Harris, Marvin. "A Typology of Latin American Subcultures", in *American Anthropologist*, vol. 57, n. 3, 1955, p. 55.

[2] Fernandes, Florestan. "O Homem e a Cidade-Metrópole". in *Educação e Ciências Sociais*, vol. 5, n. 11, 1959, p. 24.

[3] Willems, Emilio. "Urban Classes and Acculturation in Latin America", *in* Eddy, Elizabeth M. (ed.). *Urban Anthropology. Research Perspectives and Strategies.* Athens, University of Georgia Press, 1968. p. 75.

pouco progresso tem sido alcançado no sentido de fomentar este tipo de pesquisa. Além das dificuldades metodológicas envolvidas em analisar a relação entre classe e cultura em cidades latino-americanas, poder-se-ia sugerir que existem pelo menos duas importantes razões para a escassez de estudos nesta área.

A primeira tem a ver com o que exatamente é entendido pelo conceito de cultura. Antropólogos ao estudarem sociedades mais simples tendem frequentemente a equiparar a noção de sociedade e de cultura e usar o último termo no lugar do primeiro. Ele abarcaria então o conjunto de todas as atividades sociais e econômicas, as representações simbólicas bem como os objetivos materiais do grupo sob consideração. Mas embora este tipo de enfoque possa ser adequado para sociedades simples, em sociedades mais complexas distinções devem ser traçadas entre diferentes esferas tais como a econômica, a política, a cultural, etc. Embora estas esferas sejam inter-relacionadas, constituindo-se, portanto, um equívoco tratá-las como entidades isoladas, elas têm não obstante um certo grau de autonomia, nem que seja apenas para fins de pesquisa.

Cabe então perguntar: o que exatamente é entendido pelo conceito de cultura? Uma vez que existem tantas definições de cultura, o conceito necessariamente tem de parecer vago e um tanto enganoso. Ele pode incluir qualquer coisa desde as obras de Shakespeare até o modo como membros de uma tribo tecem seus cestos. O número de itens e questões que podem ser incluídos nele é tão amplo que poder-se-ia quase concordar que cultura é tudo que é feito por seres humanos. Isto, é lógico, não nos levaria muito longe e a não ser que se especifique em que aspectos da cultura estamos interessados, toda a área de aspectos culturais de cidades latino-americanas está fadada a parecer um pântano do qual poucos cientistas sociais gostariam de se aproximar.

A segunda e talvez principal razão para a escassez de estudos nesta área tem a ver com uma perspectiva teórica. O fato de que um grande número de cientistas sociais da América Latina tenham com razão rejeitado teorias culturalistas e psicossociais para interpretar o subdesenvolvimento deste continente levou compreensível mas também infelizmente a maioria deles a abandonar o estudo de

questões culturais. Assim a rejeição do culturalismo como uma fonte legítima de explicação do subdesenvolvimento também levou à rejeição da cultura com um campo de estudo legítimo, num processo em que por assim dizer o bebê foi jogado fora junto com a água do banho.

Por maior que seja a relevância destas duas razões, elas não significam, é claro, que não se possa tentar empreender estudos culturais específicos, nem que uma análise científica da cultura não possa ser realizada.

Em relação a segunda razão sugerida, pode-se argumentar que existe um rico campo a ser explorado em estudar como o sistema de classe é justificado e mediado através da cultura. Embora existam vários estudos que tentam estabelecer as relações entre a esfera econômica e política em sociedades latino-americanas, buscando mostrar como a dominação econômica é traduzida em termos políticos, existem muito poucos estudos que tentam analisar como a dominação de classe é refletida e mediada através da cultura. Isto é essencial para compreender o mecanismo de reprodução e legitimação do sistema de dominação em países em desenvolvimento. Estes estudos poderiam mostrar em profundidade como a hegemonia cultural tende a se institucionalizar pelas diferentes classes sociais da sociedade e assim ajudar a explicar como a última consegue perpetuar-se.

Entretanto, a fim de tentar delinear o que este tipo de estudo envolveria, é necessário retornar à primeira razão sugerida como responsável pela escassez de estudos nesta área, ou seja, especificar em que aspectos culturais estamos interessados.

Poder-se-ia sugerir que entre os vários aspectos relevantes envolvidos na relação entre cultura e classe está aquele que poderia ser chamado o estudo das *práticas e orientações culturais* de diferentes classes sociais. Em outras palavras, dada uma sociedade com desigualdades sociais, como são estas refletidas e mediadas pela vivência de diferentes classes sociais e como são interpretadas (isto é, aceitas ou resistidas) por elas?

O estudo de práticas e orientações culturais de diferentes classes sociais poderia abarcar os seguintes aspectos:

1) O que é vagamente chamado de *modos de vida* (ou, às vezes, de estilos de vida) de diferentes estratos sociais. Isto envolve o estudo de práticas sociais, isto é, de padrões de comportamento, normas e estratégias de operar o sistema (o que é frequentemente chamado de subculturas).

2) Os *sistemas de significados* (também chamados de orientações de valores) de diferentes estratos sociais. Isto envolve o estudo de diferentes perspectivas sociais e concepções de vida, e modos de interpretar e representar a ordem social.

Estes dois aspectos obviamente não esgotam o raio de abrangência da cultura e seria portanto útil examinar a contribuição de outros aspectos a fim de analisar diferenças de classes como mediadas através da cultura, tais como, por exemplo, manifestações artísticas, meios de comunicação, pensamento científico e acadêmico, ideologias oficiais, contra-ideologias, etc. Mas o estudo destes dois aspectos nos fornece elementos para analisar as atitudes de diferentes classes sociais em relação à ordem social, como definida e justificada pelas ideologias dominantes, e seus diferentes modos de enfrentar situações do dia-a-dia.

II

A análise das práticas e orientações de diferentes classes sociais envolve a discussão a respeito da relação entre classe e cultura. Esta é uma área que é permeada por divergências a respeito de se todas as classes sociais compartilham ou não aquilo que Williams — ao discutir a relação entre hegemonia e cultura — chamou de "o sistema central de práticas, significados e valores, que nós podemos apropriadamente chamar de dominante e efetivo"[4].

[4] Williams, Raymond. "Base and Superstructure in Marxist Cultural Theory", in *New Left Review,* n. 82, 1973. p. 9.

Uma perspectiva teórica postula que os principais valores de sociedade são compartilhados por todas as classes sociais, embora com diferentes graus de comprometimento. Outra perspectiva argumenta que, ao contrário, existe uma forte variação de valores entre classes, não existindo uma ordem moral unificada[5].

Em relação a sociedades avançadas, Parkin argumentou com discernimento que em vez de aceitar um destes modelos, dever-se-ia "abordar esta complexa questão encarando a ordem normativa como uma série de sistemas de significados concorrentes"[6]. Ele, por conseguinte, apontou três destes sistemas com os quais poder-se-ia tentar entender as respostas e atitudes em relação à desigualdade por parte das classes subordinadas: a) o sistema de valores predominante que promove o endossamento da desigualdade em termos diferenciais ou aspiracionais; b) o sistema de valores subordinado que promove respostas acomodativas à desigualdade; e c) o sistema de valores radical que promove uma interpretação de oposição da desigualdade de classe através de partidos políticos de massa baseados na classe trabalhadora[7].

As proposições de Parkin tem como alvo as sociedades avançadas, muitas das quais acharam modos de incorporar as classes trabalhadoras ao sistema econômico, social e cultural. A situação na América Latina é, entretanto, bastante diferente e talvez mais do que falar em incorporação dever-se-ia falar de exclusão das classes subalternas. Isto aparece com clareza em um penetrante artigo de Roberto Schwarz sobre a cultura e a política no Brasil durante o período 1964-1969. No seu final, o autor comenta dramaticamente: "Falamos longamente da cultura brasileira. Entretanto, com regularidade e amplitude, ela não atingirá 50.000 pessoas, num país de 90 milhões"[8].

[5] Parkin, Frank. Class Inequality and Political Order. Social Stratification in Capitalist and Communist Societies. Frogmore, Paladin, 1975, p. 79.
[6] Id., ibid., p. 81.
[7] Id., ibid., p. 81-82.
[8] Schwarz, Roberto. "Cultura e política, 1964-1969", in O *Pai de Família.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, p. 91.

O autor daquele artigo estava se referindo principalmente a expressões artísticas tais como teatro, cinema, literatura e música mas o seu argumento é extremamente importante na medida em que sugere com clareza que devem existir várias outras formas através das quais a vida é percebida e culturalmente representada pelos restantes 99,95% da população brasileira.

Existe, entretanto, um perigo de enfatizar exageradamente a exclusão das classes subordinadas urbanas da América Latina. É verdade, evidentemente, que elas não participam da maioria das atividades da "alta cultura" das cidades e que não têm acesso aos recursos e bens econômicos existentes. Mas como são necessários à e parte da economia urbana, elas são — pelo menos em certa medida — economicamente "incorporadas", embora de um modo extremamente peculiar e espoliado.

É exatamente esta forma espoliada de sua participação na economia urbana que torna muito importante estudar como em sociedades de diferenças de classes tão pronunciadas o sistema ideológico que tenta justificar estas diferenças é aceito ou resistido pelas classes baixas.

Ao passo que pouco é conhecido a respeito das estratégias e representações culturais das classes baixas, a expressão cultural das classes altas é relativamente bem documentada em alguns países latino-americanos como, por exemplo, o Brasil[9]. Historicamente elas têm tendido a aceitar e imitar as formas de pensamento e modos de vida que originaram na Europa e mais tarde nos Estados Unidos. Estes comportamentos e valores estão especialmente presentes nas cidades latino-americanas:

> A cultura do capitalismo euro-norte-americano proporciona às classes superioras, médias e populares das grandes cidades, em graus e matizes variáveis, o conteúdo e o marco de seus pensamentos e de suas ações. Elas captam e incorporam formas de produção e distribuição, técnicas, inventos, imagens, símbolos, pautas de

[9] Ver, entre outros, Mota, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974).* São Paulo, Mica, 1977, e Schwarz, Roberto. "As Ideias Fora do Lugar", in *Estudos CEBRAP,* n. 3, 1973.

> consumo, modas, costumes, ideias, métodos educativos, tábuas de valores, normas, instituições, soluções sociais e políticas[10].

Kaplan também assinalou a distância que existe entre as classes sociais em relação às suas perspectivas culturais pelas quais as classes altas crescentemente se identificam com padrões estrangeiros aos quais as classes baixas não têm pleno acesso[11]. Isto traz à baila a questão de que em sociedades dependentes a cultura — pelo menos a da elite e em alto grau também a das massas sujeitas à influência dos meios de comunicação — também é dependente.

Neste sentido Ianni fala de uma "cultura de dependência" como se aplicando às "formas de pensamento que conformam uma visão de mundo dominante no país subordinado à visão de mundo no país-metrópole"[12]. Mas ele adverte sobre o perigo de se acreditar que esta cultura de dependência possa ser superada ou modificada ao se opor sociedades metropolitanas a sociedades dependentes, já que este procedimento esquece as diferenças de classe internas dos últimos:

> ... a crítica da cultura de dependência — quando toma a perspectiva do Estado-Nação, toma como homogêneo o que é essencialmente diversificado, heterogêneo. Mais ainda, ela toma como homogêneo o que está cheio de antagonismos. A cultura nacional é, por definição, a composição de várias subculturas do capitalismo. Ou melhor, a cultura burguesa dominante não se reproduz totalmente na cultura do proletariado industrial ou agrícola. Apesar de ser dominante, ela não contém a outra[13].

Uma crítica semelhante foi desenvolvida por Vasconi[14]. Ele argumentou que a maior parte dos autores que tentaram analisar a dependência cultural da América Latina operam com a seguinte

[10] Kaplan, Marcos. "La Ciudad Latinoamericana como Factor de Poder Socioeconómico y Político hacia el Exterior durante el Período Contemporáneo *in* Schteingart, Martha (comp.). *Urbanización* y *Dependencia en América Latina.* Buenos Aires, Ediciones S.I.A.P., 1973, p. 163-164.

[11] Id., ibid., p. 164.

[12] Ianni, Octavio. "La Sociología de la Dependencia en América Latina", in *Revista* Paraguaya *de Sociologia,* vol. 8, n. 21, 1971, p. 23.

[13] Id., ibid., p. 25.

[14] Vasconi, Tomas Amadeo. "Cultura, ideología, dependencia y alienación", in *Revista Mexicana de Sociologia,* vol. 30, n. 4, 1968, p. 824.

lógica: eles observam que a cultura, as ideologias e os valores dos países dependentes que são difundidos para a América Latina são primeira e principalmente adotados pelas classes dominantes. Por isso eles inferem que estas classes estão alienadas de sua própria realidade e portanto são incapazes de encontrar as soluções adequadas para os problemas de seus países.

Ele, entretanto, acredita que esta lógica é enganosa pois não capta as verdadeiras questões subjacentes: "... se, da perspectiva do ou dos países dominantes, a difusão ideológica opera como um instrumento de ampliação da dominação que eles exercem sobre outros países e áreas, do ponto de vista das classes dominantes do país ou área dominada, sua adoção forma parte da atividade de dominação que estes exercem na ordem interna"[15].

Um tipo semelhante de argumento poderia ser utilizado para explicar a persistência de relacionamentos altamente pessoalizados ou clientelísticos em cidades latino-americanas. Embora também existam em sociedades altamente avançadas[16], o paternalismo e o clientelismo são especialmente fortes em situações em que os marcos de referência formais não fornecem uma efetiva regulação das relações sociais, sendo mais perceptíveis em sociedades "caracterizadas pela existência de estratos hierarquizados numa gradação de poder econômico e político. Os laços entre patrão e cliente proporcionam assim um canal através do qual indivíduos de estratos baixos obtêm bens valorizados e proteção política, os patrões trocando estes pelo apoio político de seus inferiores com o qual eles podem aumentar sua própria base"[17].

Poder-se-ia sugerir que uma das situações em que o paternalismo e o clientelismo provavelmente serão fortes é a experimentada por sociedades que estão se urbanizando rapidamente e nas quais grandes massas de migrantes rurais se dirigem às cidades, parte deles sendo

[15] Id., ibid., p. 825.
[16] Abercrombie, Nicholas, e Hill, Stephen. "Paternalism and patronage", in *British Journal of Sociology,* vol. 27, n. 4, 1976, p. 416.
[17] La Fontaine, J. S. "Unstructured Social Relations: Patrons and Friends in Three African Societies", in *West African Journal of Sociology and Political Science,* vol. 1, n. 1, 1975, p. 67.

absorvidas em relações capitalistas de produção, o restante tendo que sobreviver no setor informal. Em ambos os casos, a situação com a qual estes migrantes se defrontam e que têm de enfrentar é a de sobreviver e entender as regras de um contexto em que os recursos são muito escassos e a competição é acentuada.

Neste sentido, a situação brasileira é um exemplo esclarecedor de como o paternalismo e o clientelismo podem adaptar-se à dinâmica da sociedade urbano-industrial vivendo lado a lado com relações mais "impessoais" e menos "adscritivas".

Existe uma ampla literatura que mostrou que o clientelismo tem sido um elemento profundamente difundido nas áreas rurais do país, especialmente no passado[18].

À medida que o Brasil começou a se industrializar, especialmente depois da Segunda Guerra Mundial, vários autores assinalaram que apesar da centralização econômica e política e o estabelecimento de um sistema político mais democrático, as relações clientelísticas também podiam ser encontradas nas grandes cidades, sendo observáveis em todas as esferas da vida social das áreas mais avançadas do país. A persistência e a ubiquidade no Brasil daquilo que Hutchinson denominou "the patron-dependant relationship" são bem ilustradas através das atitudes que diferentes classes sociais teriam em relação ao Estado:

> Se o Estado é encarado por muitos como o superpatrão, os pobres vão procurar obter dele, através de intermediários influentes, a

[18] Ver, entre outros, Duarte, Nestor. *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional.* São Paulo, Editora Nacional, 1939; Leal, Vítor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto.* Rio de Janeiro, Revista Forense, 1948; Faoro, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro.* Porto Alegre, Globo, 1958; Freyre, Gilberto. "The Patriarchal Basis of Brazilian Society", *in* Maier, J., e Weatheshead, R. (eds.). *Politics of Change in Latin America.* New York, Frederick A. Praeger, 1964; Galjart, Benno. "Class and 'Following' in Rural Brazil", in *América Latina,* ano 7, n. 3, 1964; Queiroz, Maria Isaura Pereira de. O *Mandonismo Local na Vida Política Brasileira.* São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 1969; Franco, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata.* São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 1969; Cintra, Antônio Octavio. "A política tradicional brasileira: uma interpretação das relações entre o centro e a periferia", *in* Balán, Jorge (org.). *Centro e Periferia no Desenvolvimento Brasileiro.* São Paulo, DIFEL, 1974.

provisão direta de um leito num hospital, uma vaga numa escola primária ou o fornecimento de água. Outros buscam um emprego público, e isto é particularmente o campo em que as classes médias esperam receber benefícios através da intervenção de seus benfeitores. No Brasil o serviço público é por tradição um meio de retribuir dívidas pessoais e assegurar dependentes; e se isto parece às vezes ser inconsistente com a eficiência da administração, a última é encarada como uma função secundária, embora é verdade importante, subordinada à primeira[19].

O problema, entretanto, é que o autor citado não conseguiu captar a capacidade adaptativa deste padrão de relacionamento e por conseguinte o interpretou como "um dos mais importantes obstáculos à mudança industrial e agrária no Brasil"[20]. Esta interpretação está claramente em desacordo com o impressionante crescimento deste país que começou pouco depois que seu artigo foi publicado. A questão realmente importante é, como Flynn assinalou com discernimento, que "o sistema como um todo, apesar da força do clientelismo político, está trabalhando de acordo com os interesses das classes que o controlam"[21]. Talvez se deva acrescentar que o sistema trabalha de acordo com os interesses das classes que o controlam não somente *apesar* do clientelismo mas provavelmente também *por causa* dele, no sentido de que ele se constitui num poderoso mecanismo de controle social na medida em que impede a formação de associações e solidariedade horizontais. O mundo social, assim, se torna uma grande família na qual, é claro, existem membros mais fortes e mais fracos mas que não obstante é apresentada como corpo coeso trabalhando no interesse de todos. Em vez de unir-se com os "irmãos" mais fracos e opor-se aos "pais" poderosos fica implícito que mais pode ser obtido em se buscando a bênção e os favores dos últimos.

[19] Hutchinson, Bertram. "The Patron-Dependant Relationship in Brazil: A Preliminary Examination", in *Sociologia Ruralis,* vol. 6, n. 1, 1966, p. 21.
[20] Id., ibid., p. 23.
[21] Flynn, Peter. "Class, Clientelism, and Coercion: Some Mechanisms of Internal Dependency and Control", in *Journal of Commonwealth and Comparative Politics,* vol. 12, n. 2, 1974.

Isto nos traz diretamente à análise do tipo de capitalismo que está sendo desenvolvido no Brasil. Como outros países latino-americanos, o Brasil industrializou-se de um modo diferente da maioria dos países adiantados. Não só nunca ocorreu uma separação radical entre os interesses agrários e os industriais como também o modo de produção capitalista até agora não foi capaz de subordinar inteiramente a si outros modos de produção.

Devido à peculiar aliança de classes do país, que representa um arranjo entre os interesses dos latifundiários e a burguesia industrial (a qual deslocou-se de uma estratégia nacionalista para a atual aliança com o capital estrangeiro), as massas urbanas, para não mencionar as rurais, nunca foram plenamente incorporadas econômica e politicamente no sistema. Assim politicamente as tentativas de democracia liberal que foram empreendidas principalmente de 1946 e 1964 falharam. Houve um movimento pendular entre "aberturas" democráticas e "fechamentos" autoritários. É de se observar que relações clientelísticas existiram em ambas as formas de governar.

Na esfera econômica, embora o capitalismo brasileiro tenha mostrado uma natureza bem dinâmica, ele não é capaz de incorporar ao sistema produtivo toda a população urbana em idade de trabalho. Esta massa de desempregados e subempregados vem a formar a maior parte do assim chamado "setor informal" da economia urbana e existem evidências sugerindo que ele não é composto somente por recém-chegados à cidade mas também por indivíduos há muito tempo pobres e sua subsequente geração[22].

É importante frisar que este setor informal é criado pelo próprio processo de desenvolvimento capitalista industrial que também cria o setor formal e que o primeiro não é marginal ao último mas que ambos fazem parte da mesma dinâmica da acumulação de capital.

A recente intensificação da acumulação capitalista, obtida com crescentes investimentos estrangeiros, cria assim uma situação

[22] Ver Yap, Lorene. *Internal Migration and Economic Development in Brazil*. Tese de doutorado, Harvard University, 1972; Costa, Manuel Augusto. Urbanização *e Migração Urbana no Brasil.* Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1975, e Lodder, Celsius A. *Distribuição da Renda nas Áreas Metropolitanas*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1976.

peculiar através da qual existe simultaneamente e de um modo inter-relacionado um setor formal e um setor informal compartilhando, lado a lado, o mesmo espaço urbano.

O setor formal, que tende a utilizar técnicas intensivas em capital e capital estrangeiro, está crescentemente voltado para processos de produção modernos e formas de organização mais "racionais" e burocráticas (no sentido weberiano) e relações de produção impessoais.

O setor informal, por seu turno, é intensivo em força de trabalho, usando formas não-capitalistas de produção, e é altamente flexível, estando longe de ser burocrático ou "racional" (de novo no sentido weberiano).

No nível político um processo semelhante está ocorrendo. À medida que a acumulação incentivada pelo capital estrangeiro se desenvolve mais, existe por um lado um impulso em direção à eficiência, procedimentos legais e burocráticos, regras universais, impessoalidade, etc. Isto pode particularmente ser visto em setores vitais do sistema, principalmente no funcionamento de certas áreas de serviço público e de grandes empresas públicas. Os exemplos seriam as impressionantes melhorias no setor de comunicações (correio, telefones, etc.), a competitividade de empresas e fundações públicas, a repressão a algumas formas de corrupção, o aperfeiçoamento do sistema de seleção e promoção no sistema público, o estabelecimento de um eficiente sistema de cobrança de imposto de renda, etc.

Por outro lado, entretanto, modos "informais" de comportamento são encontrados em vários aspectos da vida política, a começar pela constante mudança casuística das regras do processo político a fim de servir os interesses do momento, isto sem mencionar o desrespeito pelos direitos humanos garantidos pela constituição. Outros exemplos poderiam incluir o abuso de poder, a tolerância em relação a certas formas de corrupção, as vastas áreas do serviço público que estão altamente impregnadas de morosidade burocrática que só pode ser vencida através de pistolões ou despachantes, a distribuição de favores e apadrinhamentos políticos, etc.

III

Voltando a examinar as estratégias e perspectivas das classes baixas urbanas no Brasil pode-se sugerir que elas se deparam com pelo menos dois tipos de necessidades. A primeira é a necessidade óbvia e mais crucial de sobreviver fisicamente que abarca aspectos como comida, trabalho e abrigo como seus elementos mais prementes e aspectos como saúde, vestimenta, documentos, educação para os filhos, etc. como elementos subsequentes.

O segundo tipo de necessidade poderia ser chamado de necessidade de interpretar o contexto social. Ela envolve fazer sentido e entender as regras do meio urbano e suas relações prevalecentes a fim de se organizar e sobreviver culturalmente.

Ambos os tipos de necessidades não são — ao contrário do que se pensa frequentemente — restritos a migrantes mas se referem também aos membros das classes baixas já nascidos em cidades. Elas têm menos a ver com uma origem rural ou uma suposta "cultura da pobreza" do que com a organização econômica, social e política vigente em cidades brasileiras[23] e outras cidades latino-americanas[24].

A recente intensificação da acumulação capitalista no Brasil, da qual suas grandes cidades são os centros mais dinâmicos e nas quais suas contradições se tornam mais evidentes, coloca problemas para satisfazer estas duas necessidades com as quais as classes dominadas têm de lidar.

Os diferentes modos de enfrentar estas necessidades que são achados no Brasil são frequentemente rotulados de "problemas urbanos", como o "problema das favelas", o "problema do setor informal", etc. Em realidade eles são "soluções", ainda que precárias, às situações e problemas com os quais as classes baixas urbanas se

[23] Ver, entre outros, Leeds, Anthony, e Leeds, Elizabeth. "O Brasil e o Mito da Ruralidade Urbana: Experiência Urbana, Trabalho e Valores nas 'Áreas Invadidas' do Rio de Janeiro e de Lima", in *A Sociologia do Brasil Urbano.* Rio de Janeiro, Zahar, 1978, e Oliven, Ruben George. *Urbanization and Social Change in Brasil:* a *case study of Porto Alegre.* Tese de doutorado, Universidade de Londres, 1977.

[24] Ver, entre outros, Roberts, Bryan R. *Organizing Strangers. Poor Families in Guatermala City*. Austin, University of Texas Press, 1973.

deparam. Embora estas "soluções" muitas vezes pareçam estar discrepando de modos "racionais" de resolver problemas, em realidade elas são parte integrante da lógica do sistema econômico e social.

Trata-se de um sistema que impõe às classes subalternas soluções para trabalhar, habitar, tratar de saúde, etc, que são frequentemente informais. Seria então estranho esperar que elas usem modos formais de lidar com o dia-a-dia e usem procedimentos "racional-burocráticos" dos mais é muito difícil para elas fazer qualquer sentido e que de qualquer maneira não as levaria a nada.

Por outro lado, entretanto, dado que a sociedade brasileira está crescendo em termos econômicos e que o nível de vida em grandes cidades, por mais baixo que seja, é relativamente mais alto que no campo, os migrantes e os membros das classes baixas são em certa medida trazidos para dentro do sistema e aspiram a isto.

Como este sistema tem que usar crescentemente mecanismos mais eficientes para promover a acumulação de capital mas ao mesmo tempo desenvolve uma massa de pessoas desempregadas ou subempregadas que têm de valer-se de modos informais de sobreviver, esta contradição provavelmente tenderá a se tornar mais acentuada no futuro.

As estratégias usadas pelas classes dominadas para lidar com as situações e problemas com os quais se deparam decorrem, então, das próprias peculiaridades do sistema e se inserem muito bem em sua lógica, como se tentará mostrar a seguir através de vários exemplos extraídos da presente realidade brasileira.

Começando pelo primeiro tipo de necessidades e examinando a questão do trabalho, pode ser notado que ela é enfrentada através de diversas maneiras pelas diferentes classes sociais. Os membros das classes superiores e médias tentarão normalmente obter posições no setor formal do mercado de trabalho. Eles usarão suas próprias credenciais ao procurar obter empregos em instituições privadas ou públicas "modernas" nas quais o recrutamento tende a ser baseado mais em titulação e experiência ou usarão modos mais pessoais de

assegurar empregos em instituições públicas ou privadas "tradicionais" através de métodos como a "panelinha" e o "cabide"[25].

Dada a incapacidade da economia de gerar empregos regulares para a maioria da população urbana em idade de trabalho, as classes baixas por seu turno têm de tentar obter ocupações tanto no mercado formal quanto no informal.

O setor formal oferece vantagens como salários relativamente constantes, ocupações de tempo integral, cobertura da assistência social (isto é, acesso a benefícios tais como atendimento médico gratuito, férias pagas, direito de aposentadoria, etc.), regulamentação legal do contrato de trabalho, etc. Entretanto, nem todos conseguem empregos no mercado formal de trabalho e, mesmo para aqueles que conseguem, os salários são frequentemente baixos demais para sustentar uma família. Portanto, outras fontes de trabalho e rendimento são necessárias. Estas são supridas pelo mercado informal onde todo tipo de atividades e biscates são desenvolvidos, desde a pessoa que "toma conta" do automóvel de membros da classe média e alta até as prostitutas que fazem o *trottoir* nas ruas da maioria das cidades latino-americanas.

Este setor informal tem todas as conhecidas desvantagens de variação de rendimentos devido à falta de trabalho regular, ausência de qualquer cobertura por parte da assistência social, falta de amparo legal ou regulamentação do trabalho, etc. Ele tem, entretanto, vantagens como não exigir credenciais oficiais de educação, de ter horas de trabalho flexíveis, de permitir o trabalho "por conta própria" e liberdade de disciplina e autoridade de trabalho, de servir a pessoas que às vezes teriam dificuldade de obter empregos no mercado formal (mulheres, crianças, velhos, os que têm deficiências físicas, etc.) e de permitir ter vários empregos simultaneamente (isto é, trabalhar ao mesmo tempo no setor formal e informal).

Apesar do setor informal parecer se prestar mais facilmente a relações pessoais, o clientelismo pode ser encarado como uma forma de controle social que longe de ser anacrônico também pode ser

[25] Ver Leeds, Anthony. "Carreiras Brasileiras e Estrutura Social: Uma História de Caso e um Modelo", in Leeds, Anthony, e Leeds, Elizabeth. *A Sociologia do Brasil Urbano.*

utilizado em outros setores como um eficiente mecanismo de manipulação num país como o Brasil, isto é, uma sociedade capitalista industrializante que é ela própria economicamente dependente de nações metropolitanas.

De fato, formas altamente personalísticas de relacionamento — tais como clientelismo, populismo, sindicatos paternalistas, etc. — foram instrumentos usados bastante eficazmente durante um longo tempo a fim de manipular a classe trabalhadora que foi criada pela industrialização brasileira. Enquanto que em vários países capitalistas adiantados a classe operária obteve gradativamente direitos civis e políticos através de contínuas lutas organizadas, no Brasil tanto a legislação trabalhista quanto a estrutura sindical foram concedidas paternalisticamente às massas de origem rural que formaram o grosso da força de trabalho urbana a partir da década de 1930.

Esta estrutura de sindicatos manipulados pelo Estado operou inclusive no período 1946-64 durante o qual a ideologia das políticas populistas sustentava que existia um interesse comum entre o proletariado urbano, as classes médias e a burguesia industrial. Assim, o Ministério do Trabalho conseguiu manipular eficazmente os sindicatos até 1964 quando um controle muito mais rígido e direto começou a ser exercido sobre eles.

Pesquisas desenvolvidas durante o período 1946-64[26] assinalaram invariavelmente o nível relativamente baixo de consciência de classe dos operários industriais e que os sindicatos eram encarados e

[26] Ver, entre outros, Cardoso, Fernando Henrique. “Le proletariat brésilien: Situation et comportment social”, in *Sociologie du Travail,* n. 4/61, 1961; Touraine, Alain. “Industrialisation et conscience ouvrière à São Paulo”, in *Sociologie du Travail,* n. 4/61, 1961; Touraine, Alain, e Pécaut, Daniel. “Working-Class Consciousness and Economic Development in Latin America”, *in* Horowitz, Irving Louis (ed.). *Masses in Latin America.* New York, Oxford University Press, 1970; Lopes, Juarez Rubens Brandão. “O Ajustamento do Trabalhador à Indústria: Mobilidade Social e Motivação”, in *Sociedade Industrial no Brasil.* São Paulo, DIFEL, 1964; Id., *Desenvolvimento e Mudança Social; Formação da Sociedade Urbano-Industrial no Brasil.* São Paulo, Editora Nacional, 1971; Simão, Azis. “Industrialisation et syndicalisme au Brésil”, in *Sociologie du Travail,* n. 4/61, 1961; Moisés, José A. “Classe Operária e Consciência de Classe no Brasil: Problemática”, *in* Centre Europe-Tiers Monde (CETIM). *Dépendence et Structure de Classes en Amerique Latine.* Genebra, 1972.

avaliados por eles não tanto como instrumentos políticos para promover seus interesses mas como instituições de assistência social e médica. Estes estudos enfatizaram o comportamento individualista do proletariado urbano caracterizado pela aspiração à mobilidade social através da “independência” econômica.

Não se deve, é claro, pressupor que num país de industrialização relativamente recente como o Brasil a força de trabalho urbana devesse ter um comportamento coletivo e uma consciência de classe que também está faltando na maioria das sociedades altamente adiantadas. Em verdade, alguns autores[27] sustentam que a sociedade brasileira é caracterizada por fracas identificações de classe em todos os níveis da estrutura social e os poucos estudos existentes sobre outras classes como as classes médias[28] e os empresários industriais[29] têm mostrado que também elas carecem de uma clara consciência de classe.

Depois de 1964, com o colapso do pacto populista das classes urbanas que seguiu a crise da ideologia de um desenvolvimento nacional autônomo, os interesses da burguesia tornaram-se mais fortemente associados com o capital estrangeiro. Uma das consequências do aprofundamento da penetração de capital estrangeiro no Brasil é, obviamente, a crescente dependência da burguesia industrial em relação aos interesses estrangeiros e sua incapacidade de governar por si mesma o processo de acumulação de capital.

[27] Ver Queiroz, Maria Isaura Pereira de. “Les Classes Sociales dans le Brésil Actuel”, in *Cahiers Internationaux de Sociologie,* n. 39, 1965.

[28] Ver Fausto, Boris. *A Revolução de 1930; Historiografia e História.* São Paulo, Editora Brasiliense, 1970; Rowland, Robert. “Dependência, Oligarquias e Camadas Médias no Brasil: Notas para uma Interpretação da Revolução de 1930”, *in* Centre Europe-Tiers Monde (CETIM), *op. cit.;* Saes, Décio. *Classe Moyenne et Système Politique au Brésil.* Tese de doutorado, Universidade de Paris, 1974; Id. *Classe Média e Política na Primeira República Brasileira (1889-1930).* Petrópolis, Vozes, 1975.

[29] Ver Cardoso, Fernando Henrique. “Tradition et inovation: la mentalité des entrepreneurs de São Paulo”. in *Sociologie du Travail*, n. 3/63, 1963; Id. *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico.* São Paulo, DIFEL, 1964; Martins, Luciano. *Industrialização, Burguesia Nacional e Desenvolvimento.* Rio de Janeiro, *Saga,* 1968; Faria; Vilmar E. “Dependência e Ideologia Empresarial”, in *Revista Latinoamericana de Ciencia Política,* vol. 2, n. 1, 1971.

Entretanto, um efeito talvez menos perceptível da internalização do capital estrangeiro no Brasil é o de que sua exigência de uma maior eficiência está causando — principalmente através da influência do Estado — uma "modernização" da produção e de alguns serviços públicos, isto é, ela está gradualmente impondo modos mais "eficientes" e menos pessoais de operar nestes dois níveis. Poder-se-ia então talvez argumentar que hoje em dia a maioria das empresas privadas e públicas do Brasil apresentam uma combinação de relacionamentos e modos de agir tanto pessoais como impessoais.

Os modos de agir a fim de enfrentar um tipo diferente de necessidade, ou seja, a de abrigo, mostram que no Brasil a habitação é uma área fortemente permeada por redes de relações formais e informais envolvendo estratégias que se baseiam intensamente em manipulação. Os vários tipos de manipulação que são encontrados sob formas diversas nas estratégias usadas por diferentes estratos sociais a fim de resolver seu problema habitacional refletem as peculiaridades e limitações da ordem social vigente.

À primeira vista a solução formal seria representada pelo mercado imobiliário de venda e aluguel e a solução informal por optar por favelas. É entretanto importante examinar a questão habitacional com maior profundidade a fim de ter um quadro mais claro de como os diferentes grupos sociais agem.

O BNH, que foi criado em 1964 com a finalidade de "orientar, disciplinar e controlar o Sistema Financeiro de Habitação" a fim de "promover a construção e a aquisição da casa própria especialmente pelas classes de menor renda" [30], rapidamente se viu às voltas com o problema de que, tendo se tornado o segundo maior banco brasileiro em volume de recursos, descobriu que as classes baixas urbanas eram pobres demais ou não tinham interesse em comprar as casas que o banco estava oferecendo. O resultado foi, de acordo com o relatório anual de 1970 do BNH, que "os recursos utilizados pelo Sistema Financeiro de Habitação foram suficientes para atender a 24% da

[30] Lei n. 4.380 de 21-8-1964.

demanda populacional (urbana)"[31]. Em outras palavras, o déficit habitacional existente cresceu em 76%.

Além de criar o sonho da casa própria entre as classes baixas e médias, o BNH também pretendia estimular a indústria da construção e suas subsidiárias. É importante, entretanto, lembrar que a estrutura legal de posse do solo urbano, que é altamente favorável à especulação imobiliária, nunca foi alterada.

Na prática, todo o Sistema Nacional de Habitação foi enormemente distorcido e se presta a uma série de manobras e manipulações. Por um lado a indústria da construção civil fez grandes lucros construindo conjuntos habitacionais para favelados. Vários despejos foram realizados mas um número muito grande de favelados não quer se mudar para os novos conjuntos habitacionais. Isto ocorre não somente porque eles não podem pagar as prestações mas também porque, enquanto as favelas estão geralmente próximas ao mercado informal de trabalho e suficientemente perto das classes médias e altas que utilizam seus serviços, os novos conjuntos habitacionais são geralmente por demais afastados.

Os favelados frequentemente conseguem operar o sistema a seu favor ao tirar o maior proveito das remoções para os conjuntos habitacionais, usando métodos como o "passe" de seus contratos de compra para famílias de classe média baixa e depois tentando retornar à favela. Estudos detalhados mostraram que quando os favelados foram despejados e removidos, uma rede de mecanismos informais funcionou durante a operação tanto na favela como no novo conjunto habitacional, refletindo "uma manipulação recíproca entre as pessoas atingidas pela remoção e o pequeno burocrata"[32].

Por outro lado, o sistema de habitação está se voltando cada vez mais para subsidiar moradias para pessoas de renda média e alta. Isto é feito com o dinheiro do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

[31] Apud Bolaffi, Gabriel. A casa das ilusões perdidas: aspectos sócio-econômicos do Plano Nacional de Habitação. Caderno CEBRAP, n. 27, 1977, p. 51-52.
[32] Valladares, Lícia do Prado. "Favela, Política e Conjunto Residencial", in *Dados,* n. 12, 1976, p. 85. Ver também seu livro *Passa-se uma Casa. Análise do Programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

depositado no BNH em nome da classe trabalhadora, que perdeu aliás através deste sistema a estabilidade no emprego[33].

O sistema de habitação tem sido distorcido de tal modo que de acordo com Blay "o mecanismo posto em marcha pelo BNH conseguiu realmente retardar a solução do problema habitacional brasileiro: vende uma utopia, evita a redistribuição da renda e desvia a direção da tensão social dos verdadeiros problemas subjacentes ao problema habitacional"[34].

Examinando-se os modos como as necessidades de saúde são tratadas pode-se ver como as soluções formais e informais se entrelaçam. Embora a área de saúde esteja obviamente relacionada com que foi aqui chamado de necessidade de sobrevivência física, ela também abarca um forte elemento de necessidade de compreender o que está ocorrendo, no sentido de que um doente e sua família precisam elaborar uma explicação das causas, resultados e soluções da doença.

Um brasileiro de classe média ou alta normalmente enfrenta a doença indo em primeira instância a um médico particular, que lhe cobrará um preço bastante alto por uma consulta. Se algum tratamento mais caro é requerido (hospitalização, etc.) ele provavelmente tentará consegui-lo gratuitamente através do INAMPS (Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social), mas ainda procurando manter seu médico particular que possivelmente também trabalha para aquela instituição e que cuidará dele lá. Uma estratégia alternativa mas não muito diferente é naturalmente associar-se a instituições de assistência médica privada.

A situação das classes baixas é diferente. Se a pessoa em questão é um contribuinte do INPS ela tem direito à assistência médica gratuita, inclusive hospitalização — esta, porém, em segunda classe. A quantidade de burocracia e filas envolvidas em conseguir uma

[33] Ver Reynolds, Clark W., e Carpenter, Robert T. "Housing Finance in Brazil: Towards a New Distribution of Wealth", *in* Cornelius, Wayne A., e Trueblood, Felicity M. (eds.). *Latin American Urban Research,* vol. 5 *(Urbanization and Inequality: The Political Economy of Urban and Rural Development in Latin America).* Beverly Hills, Sage, 1975.

[34] Blay, Eva Alterman. "Habitação: a política e o habitante", in *A Luta pelo Espaço.* Petrópolis, Vozes, 1978, p. 86.

consulta é, entretanto, tão grande que somente pessoas sem recursos estão dispostas a passar por isto. Considerando, entretanto, que no campo a assistência médica é exercida em precárias condições e que os serviços prestados pelo INAMPS estão lentamente melhorando, estes são ganhos positivos para uma pessoa pobre, mesmo que ela tenha depois que enfrentar o problema de que os remédios não são distribuídos gratuitamente.

Se, entretanto, o doente não pertence ao setor formal e assim não tem direito a atendimento médico gratuito ele poderia lançar mão de três diferentes soluções "informais": a) tentar achar um benfeitor que lhe consiga tratamento gratuito ou pague por ele (esta era a situação das empregadas domésticas antes de elas serem vinculadas ao INAMPS, quando o patrão tinha uma obrigação moral de ajudá-las em caso de doença); b) tentar instituições de caridade como as Santas Casas de Misericórdia; c) ir a curandeiros. Considerando que um grande número de doenças tem causas emocionais e que várias desaparecem por si mesmas, a última estratégia pode ser bastante eficiente. O fato de Arigó, o curandeiro de Minas Gerais, depois de condenado pelo processo que a Associação Médica lhe moveu, ter sido perdoado pelo Presidente Kubitschek, ele também mineiro e médico, é bastante significativo neste sentido.

Deixando a área de saúde de lado, é interessante assinalar que o futebol e a música popular são frequentemente considerados "remédios", embora de uma natureza alienada do tipo "pão e circo", que as classes dominadas usam a fim de lidar com a vida cotidiana. O que quer que sejam, no Brasil o futebol e a música popular constituem duas manifestações culturais extremamente poderosas que, embora originando entre as massas, atravessam divisões sociais e podem portanto ser usadas como eficientes forças de mobilização[35].

Apesar de ser um esporte extremamente popular, que pode ser jogado na rua, no nível profissional o futebol envolve grandes somas de dinheiro para o pagamento de jogadores, técnicos e auxiliares, construção de estádios, compra de novos jogadores, etc. É natural portanto que o futebol também inclua um considerável grau de

[35] Flynn, Peter. "Sambas, Soccer and Nationalism", in *New Society,* n. 464, 19-8-1971.

clientelismo que envolve políticos e padrinhos e outras pessoas dos quais os cartolas são talvez as personagens mais conhecidas.

O fato de alguns dos jogadores profissionais de futebol serem extremamente bem remunerados faz com que o futebol, do mesmo modo como a música popular, represente o sonho dourado de muitos membros das classes baixas ascenderem socialmente.

Este sonho é claramente simbolizado pela figura do "Rei" Pelé que foi transformado em símbolo de oportunidade racial e mobilidade social. Neste sentido o "bom comportamento" político de Pelé, isto é, o fato de ele jamais ter usado seu imenso prestígio pessoal para criticar as injustiças sociais existentes no Brasil, é parte importante de seu uso como símbolo ideológico. Isto explica também as reações contrárias que são despertadas nas cúpulas da Confederação Brasileira de Desportos quando um jogador faz declarações políticas de cunho crítico a órgãos de imprensa.

O fato de o futebol ser popular entre todas as classes sociais significa que ele pode facilmente ser utilizado como um poderoso símbolo de unidade nacional e coesão social. Isto ficou claro com o modo pelo qual a vitória brasileira no campeonato mundial de 1970 foi utilizada pelo governo para associá-la com o "milagre econômico", o que ficou consubstanciado na célebre frase do General Médici: "Ninguém segura este País!" A canção "Pra Frente Brasil" que teve o mesmo tipo de finalidade de associar a vitória futebolística com o progresso econômico do país nos leva à análise da música popular e do carnaval como expressões culturais relacionadas com a necessidade de interpretar a vida cotidiana e seu contexto social.

Como o futebol, o samba e o carnaval (que estão indissociavelmente associados) atravessam linhas e barreiras sociais no Brasil. Também o carnaval se presta a ser manipulado e controlado pelas diversas agências oficiais interessadas em transformá-lo em uma atração turística, bem como pelos políticos que distribuem as verbas e os prêmios. O fato de que desde a década de 1930 o enredo de cada escola de samba que participa no desfile de carnaval tem de estar ligado à História do Brasil transforma o desfile

num poderoso mecanismo para disseminar um sentimento de união e uma mitologia nacional[36].

Mais importante talvez do que o patrocínio exercido sobre as escolas de samba são os aspectos simbólicos que o carnaval opera. Numa análise estrutural do carnaval brasileiro, Da Matta assinalou com discernimento que ele é essencialmente um rito de passagem através do qual a vida cotidiana é simbolicamente invertida ou neutralizada e as diferenças sociais são supostamente apagadas, ajudando assim a formar uma ideologia de encontro e comunhão.

Através dos dois principais mecanismos utilizados para atingir este fim — as fantasias e a mudança do comportamento e atitudes normais — "a inversão do Carnaval procura desfazer ritualmente as segmentações de classe, já que a consciência das descontinuidades sociais é um dado flagrante do cotidiano brasileiro". O mesmo autor, entretanto, advertiu corretamente que

> ... seria ingênuo supor que o Carnaval apenas neutraliza e inverte as oposições e posições sociais do cotidiano, abolindo suas dimensões de contraste. Na realidade, as inversões do Carnaval — precisamente pelo fato de permitirem o aparecimento aberto de comportamentos e fantasias abusivas à moralidade diária — terminam por provocar a confiança na ordem[37].

Uma inversão igualmente simbólica da realidade social é desempenhada pelas religiões populares. Religião pertence, é claro, tipicamente ao que foi aqui chamado de necessidade de interpretar o contexto social. Tanto religião como família são duas áreas que na América Latina têm tendido a refutar as proposições que parte da literatura sobre urbanização[38] sugeriu como consequência da vida urbana.

Com relação à família existe ampla evidência mostrando que em cidades latino-americanas a rede familiar ainda desempenha

---

[36] Id., ibid., p. 328.
[37] Da Matta, Roberto. "O Carnaval como um Rito de Passagem", in *Ensaios de Antropologia Estrutural*. Petrópolis, Vozes, 1973, p. 160 e 165.
[38] Estou me referindo a autores como Park, Wirth e Redfield, analisados no capítulo I deste livro.

importantes funções tanto para migrantes como para não-migrantes[39], embora poucos dados comparativos sejam disponíveis sobre mudanças nos papéis dos membros de famílias de diferentes classes sociais urbanas contemporâneas.

Semelhantemente, no que diz respeito à religião, a secularização que foi frequentemente sugerida como uma consequência inevitável da urbanização[40] é um processo muito mais complexo do que parece à primeira vista. A inserção de populações em relações capitalistas provavelmente tenderá a causar mudanças religiosas mas estas mudanças não necessariamente significam secularização, nem existe uma relação linear entre este processo e urbanização.

Em relação ao Brasil, diversos autores sugeriram que sua recente intensificação do desenvolvimento capitalista está causando um declínio gradual do catolicismo de *folk* entre sua população urbana[41]. Estudos detalhados seriam naturalmente necessários para determinar como este processo está afetando diferentes classes sociais. Na sua ausência poder-se-ia sugerir que, uma vez que formas populares de Catolicismo têm menos a ver com sua localização rural do que com o fato de que elas são um fenômeno essencialmente de classe baixa, não existe razão para acreditar que os estratos baixos estejam se tornando tão secularizados como os médios e altos supostamente são.

A suposição de que as clivagens religiosas seguem mais as linhas de classe do que as rurais-urbanas é realçada pelo recente impressionante crescimento de formas não-católicas e altamente devotos de religião popular entre os segmentos mais pobres de grandes cidades brasileiras.

Analisando a forma e conteúdo das ideologias operadas pela Umbanda e pelo Pentecostalismo, Fry e Howe[42] sugeriram que

[39] Ver Carlos, Manuel L., e Sellers, Lois. "Family, Kinship Structure, and Modernization in Latin America", in *Latin American Research Review,* vol. 7, n. 2, 1972.

[40] Ver Redfield, Robert. *The Folk: Culture of Yucatan.* Chicago, Chicago University Press, 1941.

[41] Camargo, Cândido Procópio F. de. "Religious despair gives way to hope", in *The Times,* Suplemento especial sobre o Brasil, 3-5-1976, p. XV.

[42] Fry, Peter, e Howe, Gary Nigel. "Duas Respostas à Aflição: Umbanda e Pentecostalismo", in *Debate e Crítica,* n. 6, 1975.

ambas constituem respostas à aflição decorrente das situações com que as classes baixas urbanas têm que lidar. Estas religiões são interpretadas por estes autores como estratégias sociais utilizadas a fim de lidar com as mudanças que a população urbana pobre tem de enfrentar. Estas estratégias não são, entretanto, restritas a migrantes mas são utilizadas pelas classes baixas em geral e talvez também por outras classes sociais que se deparam com problemas semelhantes[43].

A adesão das massas urbanas à Umbanda e ao Pentecostalismo teria que ser explicada em termos de exposição às relações capitalistas de produção vigentes em cidades. É compreensível que pessoas que não podem recorrer aos relacionamentos familiares existentes no campo entre camponês ou trabalhador e seu patrão (as quais embora extremamente exploradoras pelo menos proporcionam um tipo mais pessoal de contato e algum tipo de "proteção") busquem substitutos em cidades onde as relações capitalistas de trabalho deixam menos margem para contatos pessoais e nas quais os empregadores não têm obrigações morais em relação a seus empregados.

É por isto que estes movimentos religiosos populares têm coisas significativas para oferecer a seus adeptos :

> Pentecostalismo e Umbanda são religiões de massa importantes no Brasil. Para certos setores da população elas têm funções sociais e psicológicas significantes. Por exemplo, elas não só satisfazem aspirações em relação a uma visão espiritual e mágica do mundo mas também fornecem ao crente uma orientação definitiva em relação a sua conduta, assim proporcionando apoio emocional. (...) Eles são vítimas sujeitas a um sistema econômico e social que os oprime e que não é compreendido por aqueles que o operam (...)[44].

Poder-se-ia então sugerir que a secularização é um processo seletivo em cidades brasileiras, estando diretamente relacionada à posição na estrutura social. Ela provavelmente terá um efeito mais forte nas classes média e alta, que são capazes de fazer mais sentido

[43] Ver Brown, Diana. "O Papel Histórico da Classe Média na Umbanda", in *Religião e Sociedade,* n. 1, 1977, e Ortiz, Renato. *A Morte Branca do Feiticeiro Negro.* Petrópolis, Vozes, 1978.

[44] Camargo. *Cit.,* p. XV.

da lógica da ordem social e econômica. Entretanto, as classes baixas, não tendo nenhuma alternativa senão submeterem-se às regras do jogo econômico que crescentemente os empurra para formas mais duras de exploração, recorrem a práticas e crenças religiosas as quais, por produzirem o que Willems[45] chamou de "subversão simbólica" da ordem social, proporcionam algum consolo para sua situação e uma compensação vicária para a perda de seus valores tradicionais.

Uma forma mais violenta, embora individualista, de subversão da ordem social é expressa pelo comportamento desviante representado pela violência urbana. Existem poucos dados sobre isto mas há indícios que sugerem que nos últimos anos ocorreu um acentuado aumento no número de assaltos, roubos à mão armada, etc, na maioria das cidades brasileiras, envolvendo frequentemente bandos de adolescentes pobres.

Estes "marginais" (termo que no Brasil designa criminosos de classe baixa), que de certa maneira são um subproduto do processo selvagem de acumulação de capital do país, recorrem a modos não-ortodoxos para obter seu quinhão da riqueza que existe lado a lado com a espantosa pobreza em qualquer cidade brasileira.

Neste sentido, o conto "Feliz Ano Novo" de Rubem Fonseca[46] constitui uma brilhante análise da distância e o conflito entre estes "dois mundos" da cidade brasileira, cujos membros se encontram através de um assalto praticado por "marginais" num *réveillon* num bairro de classe alta do Rio de Janeiro. Não surpreende que o livro de Rubem Fonseca que contém este e outros contos tenha sido proibido pela censura brasileira.

Recorrer ao crime é naturalmente uma reação praticada por uma minoria. A maioria da população urbana brasileira tem de agir nos limites das e chegar a um convívio com as regras vigentes. Isto coloca a questão sobre até que ponto a cultura dominante é compartilhada pelas diferentes classes sociais brasileiras.

[45] Willems, Emilio. "Religious Pluralism and Class Structure: Brazil and Chile", *in* Roberts. Roland (ed.). *Sociology of Religion.* Harmondsworth, Penguin, 1972.
[46] Fonseca, Rubem. *Feliz Ano Novo.* Rio de Janeiro, Artenova, 1975.

Alguns estudiosos da sociedade brasileira[47] mantêm que suas partes urbanas estão se tornando mais homogêneas. Embora provavelmente haja uma tendência geral dos setores urbanos da sociedade brasileira se tornarem culturalmente semelhantes, este processo afeta diferentes classes sociais de diversos modos. Poder-se-ia sugerir que estão ocorrendo dois processos simultâneos e complementares em cidades brasileiras.

Por um lado, a intensificação da acumulação capitalista industrial — processo que está no bojo da urbanização brasileira das últimas décadas — tende a homogeneizar todas as classes sociais naqueles áreas que estão mais próximas a atividades econômicas e interesses instrumentais e/ou mais fortemente sujeitas a influências ideológicas.

Por outro lado, entretanto, dado que esta mesma intensificação da acumulação capitalista diferencia os habitantes de cidades brasileiras de um modo essencialmente desigual e assimétrico, existe uma tendência oposta em direção à heterogeneidade das classes sociais, não só em termos econômicos mas também naquelas áreas nas quais as classes baixas podem oferecer mais efetivamente resistência à difusão de orientações culturais padronizadas.

Os resultados de uma pesquisa realizada em Porto Alegre[48] sugerem que os membros de diferentes estratos sociais (a grande maioria dos quais passaram a maior parte de suas vidas em grandes cidades) têm práticas e orientações semelhantes em áreas que envolvem dimensões de vida instrumentais (tais como trabalho) como também em aspectos mais fortemente sujeitos a influências ideológicas (tais como educação e questões políticas genéricas). Eles, entretanto, têm diferentes práticas e orientações em áreas que envolvem dimensões de vida mais pessoais (tais como família, religião e vida associativa) e em aspectos que têm consequências e significados diversos de acordo com a posição social (tais como questões políticas específicas).

O fato de que a grande maioria das pessoas estudadas passou a maior parte de suas vidas em grandes cidades é revelador, no sentido

[47] Ver, a este respeito, os capítulos IV e V deste livro.
[48] Ver o capítulo V deste livro.

de que sugere que as diferenças que as classes baixas apresentam não podem ser atribuídas a serem seus membros recém-chegados ao cenário urbano.

Estes dados apóiam a hipótese de que os vários estratos da população urbana brasileira não apresentam uma homogeneização cultural que se distribui uniformemente por todas as áreas de envolvimento social. Por trás daquilo que é considerado, de uma forma não-questionada, uma uniforme cultura de massa urbana, muitas diferenças se escondem. Especificamente em relação às classes baixas poder-se-ia sugerir que existe um processo dialético pelo qual elas simultaneamente compartilham traços da cultura dominante e apresentam elementos que não pertencem a esta cultura. Assim, enquanto as classes altas das cidades brasileiras se identificam mais prontamente com os valores e costumes dominantes, as classes baixas desenvolvem mecanismos adaptativos que lhes permitem lidar com as relações capitalistas de produção e ao mesmo tempo manter sua identidade.

Quando se comparam diferentes camadas sociais de uma grande cidade brasileira, as quais estão todas estabelecidas há tempo nela, elas ainda apresentam pronunciadas diferenças culturais (sem falar das econômicas) apesar do fato de todas elas terem estado expostas à vida urbana. Isto sugere não somente que categorias como rural *versus* urbano são enganosas quando aplicadas a processos que estão ocorrendo em cidades latino-americanas mas também que estes processos constituem um rico e praticamente inexplorado campo de investigação social. O desenvolvimento destes estudos poderia permitir uma melhor compreensão da cidade como o lugar onde as contradições da acumulação capitalista são mais dramaticamente refletidas na América Latina.

Isto naturalmente não é restrito a cidades latino-americanas. Em sociedades em que existem diferenças sociais e econômicas, elas são quase sempre também manifestadas no nível cultural, como estudos em sociedades capitalistas avançadas mostraram. Mas em países menos desenvolvidos, nas quais as diferenças sociais e econômicas são muito mais pronunciadas, este processo é menos sutil e mais acentuado.

Do mesmo modo que uma sociedade capitalista tem de se reproduzir biológica e economicamente, ela também tem de se reproduzir no nível cultural e ideológico. Ela vai então tolerar diferenças nas áreas que não são centrais à produção e ao poder mas tenderá a impor sua ideologia e hegemonia em áreas que são mais cruciais a sua sobrevivência.

Cabe ao futuro mostrar se num país com crescentes desigualdades sociais e econômicas como o Brasil um maior grau de homogeneização cultural vai ou não ocorrer.

Bibliografia

ABERCROMBIE, Nicholas, e HILL, Stephen. "Paternalism and patronage", in *British Journal of Sociology,* vol. 2, n. 4, 1976.

AGASSIZ, Luiz, e AGASSIZ, Elizabeth Cary. *Viagem ao Brasil, 1865-1866.* São Paulo, Editora Nacional, 1938. Publicado pela primeira vez em 1868.

AGRAMONTE, Roberto D. "Ciudad y Política en la Sociología de Max Weber", in *Revista Mexicana de Sociologia,* vol. 27, n. 3, 1965.

ALMEIDA, Wanderley J. M. de, e SILVA, Maria da Conceição. *Dinâmica do Setor Serviços no Brasil. Emprego e Produto.* Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1974.

BARBER, Bernard. "A Estrutura da Estratificação Social e as Tendências de Mobilidade Social na Sociedade Ocidental", *in* PARSONS, Talcott (ed.). *A Sociologia Americana.* São Paulo, Cultrix, 1970.

BATELLI, Piedad; ADAMS, Richard N., e MARGULIS, Mario. "Resenha crítica do livro *La Vida* de Oscar Lewis", in *Revista Latinoamericana de Sociologia,* vol. 5, n. 2, 1969.

BENDIX, Reinhard. "Tradition and Modernity Reconsidered", in *Comparative Studies in Society and History,* vol. 9, n. 3, 1967.

BENET, Francisco. "Sociology Uncertain: The Ideology of the Rural-Urban Continuum", in *Comparative Studies in Society and History,* vol. 6, n. 1, 1963.

BERGER, Peter L.; BERGER, Brigitte; KELLNER, Hansfield. *The Homeless Mind. Modernization and Consciousness.* Harmondsworth, Penguin, 1974.

BERLINCK, Manoel T. *Concepções Populares de Marginalidade: Uma Nota de Pesquisa.* Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, CEDEPLAR, 1972.

BERLINCK, Manoel T. *Marginalidade Social e Relações de Classes em São Paulo.* Petrópolis, Vozes, 1975.

BLALOCK, Hubert M. *Social Statistics.* Tokyo, McGraw-Hill Kogakusha, 1972.

BLAY, Eva Alterman. "Habitação: a política e o habitante", in *A Luta pelo Espaço.* Petrópolis, Vozes, 1978.

BOLAFFI, Gabriel. "A casa das ilusões perdidas: aspectos sócio-econômicos do Plano Nacional de Habitação", in *Cadernos CEBRAP,* n. 27, 1977.

BONILLA, Frank. "Rio's Favelas: The Rural Slum Within the City", *in* MANGIN, William (ed.). *Peasants in Cities : Readings in the Anthropology of Urbanization.* Boston, Houghton Mifflin, 1970.

BROWN, Diana. "O Papel Histórico da Classe Média na Umbanda", in *Religião e Sociedade,* n. 1, 1977.

CAMARGO, Cândido Procópio F. de. "Religious despair gives way to hope", in *The Times,* Suplemento especial sobre o Brasil, 3-5-1976.

CÂNDIDO, Antônio. *Os Parceiros do Rio Bonito.* São Paulo, Duas Cidades, 1971.

CARDOSO, Fernando Henrique. "A Cidade e a Política: do Compromisso ao Inconformismo", in *Autoritarismo e Democratização.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

CARDOSO, Fernando Henrique. "Comentário sobre os conceitos de superpopulação relativa e marginalidade", in *O Modelo Político Brasileiro.* São Paulo, DIFEL, 1972.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico.* São Paulo, DIFEL, 1964.

CARDOSO, Fernando Henrique. "Le proletariat brésilien: Situation et comportment social", in *Sociologie du Travail,* n. 4/61, 1961.

CARDOSO, Fernando Henrique. "Tradition et inovation: la mentalité des entrepreneurs de São Paulo", in *Sociologie du Travail,* n. 3/63, 1963.

CARDOSO, Fernando Henrique, e REYNA, José Luís. "Industrialização, estrutura ocupacional e estratificação social na América Latina", in *Dados,* n. 2/3, 1967.

CARLOS, Manuel L., e SELLERS, Louis. "Family, Kinship Structure, and Modernization in Latin America", in *Latin American Research Review,* vol. 7, n. 2, 1972.

CASTELLS, Manuel. *La Cuestión Urbana.* Madrid, Siglo Veintuno, 1974.

CASTELLS, Manuel. "La urbanización dependiente en América Latina", in *Imperialismo* y *Urbanización en América Latina.* Barcelona, Gustavo Gili, 1973.

CASTELLS, Manuel. "Movimientos de Pobladores y Lucha de Clases", in *Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales,* vol. 3, n. 7, 1973.

CASTELLS, Manuel. *Problemas de investigación en sociología urbana.* Madrid, Siglo Veintuno, 1971.

CEPAL. *Proceso de Industrialización en América Latina.* Santiago, 1966.

CHAPARRO, Patricio. "Efectos Sociales y Políticos del Proceso de Urbanización", in *Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales,* vol. 2, n. 6, 1972.

CIDU. "Reivindicación Urbana y Lucha Política: Los Campamentos de Pobladores en Santiago de Chile", in *Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales,* vol. 2, n. 6, 1972.

CINTRA, Antônio Octavio. "A política tradicional brasileira: uma interpretação das relações entre o centro e a periferia", in BALÁN, Jorge (org.). *Centro e Periferia no Desenvolvimento Brasileiro.* São Paulo, DIFEL, 1974.

COHEN, Youseff. "Crescimento Demográfico, Industrialização e Urbanização no Brasil", in *Revista de Administração de Empresas,* vol. 14, n. 2, 1974.

CORNELIUS Jr., Wayne A. "The Political Sociology of Cityward Migration in Latin America: Toward Empirical Theory", *in* RABINOVITZ, Francine, e TRUEBLOOD, Felicity M. (eds.). *Latin American Urban Research,* vol. 1, Beverly Hills, Sage, 1970.

COSTA, Manuel Augusto. *Urbanização e Migração Urbana no Brasil.* Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1975.

COSTA PINTO, L. A. "Modernização e Desenvolvimento", in COSTA PINTO, L. A., e BAZZANELA, W. (orgs.). *Teoria do Desenvolvimento.* Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

DA MATTA, Roberto. "O Carnaval como um Rito de Passagem", in *Ensaios de Antropologia Estrutural.* Petrópolis, Vozes, 1973.

DENNIS, Norman. "The Popularity of the Neighbourhood Community Idea", in PAHL, R. E. (ed.). *Readings in Urban Sociology.* Oxford, Pergamon Press, 1969.

DESAL. *Marginalidad en América Latina — un ensayo de diagnóstico.* Barcelona, Herder, 1969.

DEWEY, Richard. "The Rural-Urban Continuum: Real but Relatively Unimportant", in *American Journal of Sociology,* vol. 6, n. 1, 1960.

DUARTE, Nestor. *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional.* São Paulo, Editora Nacional, 1939.

DURHAN, Eunice Ribeiro. *A Caminho da Cidade.* São Paulo, Perspectiva, 1973.

EISENSTADT, S. N. *Modernization: Protest and Change.* Englewood Cliffs, Prentice-Hall, 1966.

ENGELS, Friedrich. *The Condition of the Working Class in England.* Frogmore, Panther Books, 1974.

FANON, Frantz. *The Wretched of the Earth.* Harmondsworth, Penguin, 1974.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro.* Porto Alegre, Globo, 1958.

FARIA, Vilmar E. "Dependência e Ideologia Empresarial", in *Revista Latinoamericana de Ciencia Política,* vol. 2, n. 1, 1971.

FARIA, Vilmar. "Pobreza Urbana, Sistema Urbano e Marginalidade", in *Estudos CEBRAP,* n. 9, 1974.

FAUSTO, Bons. *A Revolução de 1930; história e historiografia.* São Paulo, Brasiliense, 1970.

FERNANDES, Florestan. "O Homem e a Cidade-Metrópole", in *Educação e Ciências Sociais,* vol. 5, n. 11, 1959.

FLYNN, Peter. "Class, Clientelism, and Coercion: Some Mechanisms of Internal Dependency and Control", in *Journal of Commonwealth and Comparative Politics,* vol. 12, n. 2, 1974.

FLYNN, Peter. "Sambas, Soccer and Nationalism", in *New Society,* n. 464, 19-8-1971.

FONSECA, Rubem. *Feliz Ano Novo.* Rio de Janeiro, Artenova, 1975.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata.* São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.

FREYRE, Gilberto. "The Patriarchal Basis of Brazilian Society", in MAIER, J., e WEATHERHEAD, R. (eds.). *Politics of Change in Latin America.* New York, Frederick A. Praeger, 1964.

FRY, Peter, e HOWE, Gary Nigel. "Duas Respostas à Aflição: Umbanda e Pentecostalismo", in *Debate e Crítica,* n. 6, 1975.

FURTADO, Celso. *Análise do "Modelo" Brasileiro.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972.

GALJART, Benno. "Class and 'Following' in Rural Brazil", in *América Latina,* ano 7, n. 3, 1964.

GANS, Herbert J. *People and Plans.* New York, Basic Books, 1968.

GARDNER, George. *Viagens no Brasil principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841.* São Paulo, Editora Nacional, 1942. Publicada pela primeira vez em 1846.

GERMANI, Gino. "Aspectos Teóricos de la Marginalidad", in *Revista de Sociologia,* ano 9, n. 23, 1972.

GERMANI, Gino. *Sociología de la Modernización.* Buenos Aires, Paidós, 1969.

GIST, Nöel, e FAVA, Sylvia F. *Urban Society.* New York, Thomas Y. Crowell, 1964.

GLASS, Ruth. "Urban Sociology", *in* WELFORD, A. T.; ARGYLE, M.; GLASS, D. V., e MORRIS, J. N. (eds.). *Society, Problems and Methods of Study.* London, Routledge & Kegan Paul, 1962.

GOLDMANN, Lucien. *Ciências Humanas e Filosofia.* São Paulo, DIFEL, 1972.

GRAHAM, Maria. *Diário de uma Viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos 1821, 1822 e 1823.* São Paulo, Editora Nacional, 1956. Publicado pela primeira vez em 1824.

GRAMSCI, Antonio. *The Modern Prince and other writings.* New York, International Publishers, 1975.

GRAMSCI, Antonio. *Prison Notebooks.* London, Lawrence & Wishart, 1973.

HAGEN, Everett E. *On the Theory of Social Change.* Homewood, Dorsey Press, 1962.

HAMILTON, Richard. *Affluence and the French Worker in the Fourth Republic.* Princeton, Princeton University Press, 1967.

HARRIS, Marvin. *Town and Country in Brazil.* New York, Columbia University Press, 1956.

HAUSER, Philip. "Observações sobre a Dicotomia 'Folk'-Urbana e Urbano-Rural como Forma de Etnocentrismo Ocidental", *in* PHILIP M., e SCHNORE, Leo F. (orgs.). *Estudos de Urbanização.* São Paulo, Pioneira, 1975.

HILL, Christopher. *Reformation to Industrial Revolution.* Harmondsworth, Penguin, 1975.

HILL, Christopher. *The Century of Revolution 1603-1714.* London, Cardinal, 1974.

HOBSBAWM, E. J. "Cities and Insurrections", in *Revolutionaries.* London, Weidenfeld and Nicolson, 1973.

HOBSBAWM, E. J. "La marginalidad social en la historia de la industrialización europea", in *Revista Latinoamericana de Sociologia,* vol. 5, n. 2, 1969.

HOBSBAWM, E. J. *Rebeldes Primitivos.* Rio de Janeiro, Zahar, 1970.

HOSELITZ, Bert F. *Sociological Aspects of Economic Growth.* Glencoe, The Free Press, 1960.

HUTCHINSON, Bertram. "The Patron-Dependant Relationship in Brazil: A Preliminary Examination", in *Sociologia Ruralis,* vol. 6, n. 1, 1966.

IANNI, Octavio. *Estado e Planejamento no Brasil (1930-1970).* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971.

IANNI, Octavio. "La Sociologia de la Dependencia en América Latina", in *Revista Paraguaya de Sociologia,* vol. 8, n. 21, 1971.

INKELES, Alex. "The Modernization of Man", in WEINER, Myron (ed.). *Modernization. The Dynamics of Growth.* New York, Basic Books, 1966.

INKELES, Alex, e SMITH, David H. *Becoming Mode-n.* London, Heineman, 1974.

JAMES, Dorothy Buckton. "Poverty: Culture versus Class", in *Comparative Politics,* vol. 4, n. 4, 1972.

KAHL, Joseph A. *The Measurement of Modernism. A Study of Values in Brazil and Mexico.* Austin, University of Texas Press, 1968.

KAPLAN, Marcos. "La Ciudad Latinoamericana como Factor de Transmisión de Poder Socioeconómico y Político hacia el Exterior durante el Período Contemporáneo", *in* SCHTEINGART, Martha (comp.). *Urbanización y Dependencia en América* Latina. Buenos Aires, Ediciones S.I.A.P., 1973.

KOWARICK, Lúcio. *Capitalismo e Marginalidade na América Latina.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

LA FONTAINE, J. S. "Unstructured Social Relations: Patrons and Friends in Three African Societies", in *West African Journal of Sociology and Political Science,* vol. 1, n. 1, 1975.

LEACOCK, Eleanor Burke (ed.). *The Culture of Poverty. A Critique.* New York, Simon and Schuster, 1971.

LEAL, Vítor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto.* Rio de Janeiro, Revista Forense, 1948.

LEEDS, Anthony. "Carreiras Brasileiras e Estrutura Social: Uma História de Caso e Um Modelo", in LEEDS, Anthony, e LEEDS, Elizabeth. *A Sociologia do Brasil Urbano.* Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

LEEDS, Anthony. "The Concept of 'Culture of Poverty': Conceptual, Logical, and Empirical Problems, with Perspectives from Brazil and Peru", in LEACOCK, Eleanor Burke (ed.). *The Culture of Poverty. A Critique.* New York, Simon and Schuster, 1971.

LEEDS, Anthony. "The Significant Variables Determining the Character of Squatter Settlements", in *América Latina,* ano 12, n. 3, 1969.

LEEDS, Anthony, e LEEDS Elizabeth. "O Brasil e o Mito da Ruralidade Urbana: Experiência Urbana, Trabalho e Valores nas 'Áreas Invadidas' do Rio de Janeiro e de Lima", in *A Sociologia do Brasil Urbano.* Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

LEFEBRE, Henri. *La Pensée Marxiste et la Ville.* Tournai, Casterman, 1972.

LERNER, Daniel. *The Passing of Traditional Society.* New York, The Free Press, 1958.

LEVY, Marion J. Jr. *Modernization and the Structure of Societies.* Princeton, Princeton University Press, 1966.

LEWIS, Oscar. *Life in a Mexican Village: Tepoztlán Restudied.* Urbana, University of Illinois Press, 1951.

LEWIS, Oscar. "Outras Observações sobre o 'Continuum' 'Folk'Urbano com Referência Especial à Cidade do México", in HAUSER, Philip M., e SCHNORE, Leo F. (orgs.). *Estudos de Urbanização.* São Paulo, Pioneira, 1975.

LEWIS, Oscar. "The Culture of Poverty", in *Anthropological Essays.* New York, Random House, 1970.

LEWIS, Oscar. "The Culture of Poverty", in *Scientific American,* vol. 215, n. 4, 1966.

LEWIS, Oscar. “Urbanization Without Breakdown”, in *Scientific Monthly,* vol. 75, n. 1, 1952.

LODDER, Celsius A. *Distribuição de Renda nas Áreas Metropolitanas.* Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1976.

LOPES, Juarez Rubens Brandão. “Desenvolvimento e Migrações: Uma Abordagem Histórico-Estrutural”, in *Estudos CEBRAP,* n. 6, 1973.

LOPES, Juarez Rubens Brandão. *Desenvolvimento e Mudança Social; formação da sociedade urbano-industrial no Brasil.* São Paulo, Editora Nacional, 1971.

LOPES, Juarez Rubens Brandão. “Développement capitalista et structure agraire au Brésil”, in *Sociologie du Travail,* ano 19, janeiro-março, 1977.

LOPES, Juarez Rubens Brandão. “O Ajustamento do Trabalhador à Indústria: Mobilidade Social e Motivação”, in *Sociedade Industrial no Brasil.* São Paulo, DIFEL, 1964.

LUPSHA, Peter A. “On Theories of Urban Violence”, in *Urban Affairs Quarterly,* vol. 4, n. 3, 1969.

MACEWEN, Alison M. “Differentiation among the Urban Poor: an Argentina Study”, *in* KADT, Emanuel De, e WILLIAMS, Gavin (eds.). *Sociology and Development.* London, Tavistock, 1974.

MACEWEN, Alison. “Stability and Change in a Shanty Town: A Summary of some Research Findings”, in *Sociology,* vol. 6, n. 1, 1972.

MANGIN, William. “Latin American Squatter Settlements: A Problem and a Solution”, in *Latin American Research Review,* vol. 2, n. 3, 1967.

MANN, Peter H. *An Approach to Urban Sociology.* London, Routledge & Kegan Paul, 1970.

MARTINS, Luciano. *Industrialização, Burguesia Nacional e Desenvolvimento.* Rio de Janeiro, Saga, 1968.

MARX, Karl. *O Capital. Crítica da Economia Política.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975.

MARX, Karl. *O 18 Brumário.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

MARX, Karl, e ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã.* Portugal, Presença, 1974.

MCCLELLAND, David C. “Motivational Paterns in Southeast Asia with Special Reference to the Chinese Case”, in *Journal of Social Issues,* vol. 19, 1963.

MCCLELLAND, David C. *The Achieving Society.* Princeton, D. Van Nostrand, 1961.

MEDINA, Carlos Alberto de. “A Favela como Estrutura Atomística: Elementos Descritivos e Constitutivos”, in *América Latina,* ano 12, n. 3, 1968.

MELLOR, Rosemary. “Urban sociology in an urbanized society”, in *British Journal of Sociology,* vol. 26, n. 3, 1975.

MERRICK, Thomas W. “Employment and Earnings in the Informal Sector in Brazil: The Case of Belo Horizonte”, in *Journal of Developing Areas,* vol. 10, n. 3, 1976.

MOISÉS, José A. “Classe Operária e Consciência de Classe no Brasil: Problemática”, *in* Centre Europe-Tiers Monde (CETIM). *Dépendence et Structure de Classes en Amerique Latine.* Genebra, 1972.

MORRIS, R. N. *Sociologia Urbana.* Rio de Janeiro, Zahar, 1972.

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974).* São Paulo, Ática, 1977.

NELSON, Joan Marie. *Migrants, Urban Poverty and Instability in New Nations.* Cambridge, Mass., Harvard University, Center for International Affairs, 1969.

NIKOMOROW, Grazyna. “A Critique of the Modernization Paradigm”, in *The Human Factor,* vol. 12, n. 2 e 3, 1974.

NUN, José. “Marginalidad y otras Cuestiones”, in *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales,* n. 4, 1972.

NUN, José. “Superpopulação Relativa, Exército Industrial de Reserva e Massa Marginal”, *in* PEREIRA, Luiz (org.). *Populações “Marginais”.* São Paulo, Duas Cidades, 1978.

OLIVEIRA, Francisco de. “A Economia Brasileira: Critica à Razão Dualista”, in *Estudos CEBRAP,* n. 2, 1972.

OLIVEN, Ruben George. “Favelados não são marginais?”, in *Coojornal,* ano 3, n. 32, setembro de 1978.

OLIVEN, Ruben George. *Metabolismo Social da Cidade.* Porto Alegre, Editora de URGS, 1974.

OLIVEN, Ruben George. *Urbanization and Social Change in Brazil: a case study of Porto Alegre.* Tese de doutorado, Universidade de Londres, 1977.

OPLER, Marvin K. “On Lewis’ ‘Culture of Poverty’”, in *Current Anthropology,* vol. 9, n. 5, 1968.

ORTIZ, Renato. *A Morte Branca do Feiticeiro Negro.* Petrópolis, Vozes, 1978.

PAOLI, Maria Célia Pinheiro Machado. *Desenvolvimento e Marginalidade.* São Paulo, Pioneira, 1974.

PARK, Robert Ezra. “A Cidade: Sugestões para a Investigação do Comportamento Humano no Meio Urbano”, in VELHO, Otávio Guilherme (org.). O *Fenômeno Urbano.* Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

PARK, Robert Ezra. “Human Migration and the Marginal Man”, in *American Journal of Sociology,* vol. 33, n. 6, 1928.

PARK, Robert Ezra. “The City as a Social Laboratory”, in *Human Communities. The City and Human Ecology* . Glencoe, The Free Press, 1952.

PARKIN, Frank. *Class Inequality and Political Order. Social Stratification in Capitalist and Communist Societies.* Frogmore, Paladin, 1975.

PARSONS, Talcott, e SHILLS, Edward A. “Values, Motives, and Systems of Action”, in *Toward a General Theory of Action.* Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1951.

PEREIRA, Luiz. “Populações ‘Marginais’“, in *Estudos sobre o Brasil Contemporâneo.* São Paulo, Pioneira, 1971.

PEREIRA, Luiz. *Trabalho e Desenvolvimento no Brasil.* São Paulo, DIFEL, 1965.

PERLMAN, Janice E. *O Mito da Marginalidade: Favelas e Política no Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

PORTES, Alejandro. “Urbanization and Politics in Latin America”, in *Social Science Quarterly,* vol. 52, n. 3, 1971.

PORTES, Alejandro, e WALTON, John. *Urban Latin America. The Political Condition from Above and Below.* . Austin, Texas University Press, 1976.

PYE, Lucian W. “The Political Implication of Urbanization and the Development Process”, in BREESE, Gerald (ed.). *The City in Newly Developing Countries : Readings on Urbanism and Urbanization.* London, Prentice-Hall, 1972.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. “Dialética do Rural e do Urbano: Exemplos Brasileiros”, *in* BLAY, Eva Alterman (org.). *A Luta pelo Espaço.* Petrópolis, Vozes, 1978.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. “Do Rural e do Urbano no Brasil”, *in* SZMRECSÁNYI, Tamás, e QUEDA, Oriowaldo (orgs.). *Vida Rural e Mudança Social.* São Paulo, Editora Nacional, 1973.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. “Les Classes Sociales dans le Bresil Actuel”, in *Cahiers Internationaux de Sociologie,* n. 39, 1965.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira.* São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. “Por que uma Sociologia dos Grupos Rurais?”, in *Sociologia Rural.* Rio de Janeiro, Zahar, 1969.

QUIJANO, Aníbal. “Dependencia, Cambio Social y Urbanización en Latinoamerica”, *in* CARDOSO, F. H., e WEFFORT, F. (orgs.). *América Latina — Ensayos de Interpretación Sociológico-Política.* Santiago, Editorial Universitária, 1970.

QUIJANO, Aníbal. “La formación de un universo marginal en las ciudades de América Latina”, *in* CASTELLS, Manuel (org.). *Imperialismo* y *Urbanización en América Latina.* Barcelona, Gustavo Gili, 1973.

QUIJANO, Aníbal. “Notas sobre o Conceito de Marginalidade Social”, *in* PEREIRA, Luiz (org.). *Populações “Marginais”*. São Paulo, Duas Cidades, 1978.

QUIJANO OBREGÓN, Aníbal. “The marginal pole of the economy and the marginalised labour force”, in *Economy and Society,* vol. 3, n. 4, 1974.

REDFIELD, Robert. *Tepoztlán : a Mexican Village. A Study of Folk Life.* Chicago, University of Chicago Press, 1930.

REDFIELD, Robert. *The Folk Culture of Yucatan.* Chicago, University of Chicago Press, 1941.

REDFIELD, Robert. “The Folk Society”, in *American Journal o f Sociology,* vol. 52, n. 4, 1947.

REYNOLDS, Clark W., e CARPENTER, Robert T. “Housing Finance in Brazil: Towards a New Distribution of Wealth”, in CORNELIUS, Wayne A., e TRUEBLOOD, Felicity M. (eds.). *Latin American Urban Research,* vol. 5 *(Urbanization and Inequality : The Political Economy of Urban and Rural Development in Latin America).* Beverly Hills, Sage, 1975.

ROACH, Jack L., e GURSSLIN, Orville R. “An Evaluation of the Concept of ‘Culture of Poverty’“, in *Social Forces,* vol. 43, n. 3, 1967.

ROBERTS, Bryan R. “Center and Periphery in the Development Process: The Case of Peru”, *in* CORNELIUS, Wayne A., e TRUEBLOOD, Felicity M. (eds.). *Urbanization and Inequality : The Political Economy of Urban and Rural Development in Latin America (Latin American Urban Research,* vol. 5). Beverly Hills, Sage, 1975.

ROBERTS, Bryan R. *Organizing Strangers. Poor Families in Guatemala City*. Austin, University of Texas Press, 1973.

ROBERTS, Bryan. “The Social Organization of Low-Income Families”, *in* HOROWITZ, Irving Louis (ed.). *Masses in Latin America.* New York, Oxford University Press, 1970.

ROWLAND, Robert. “Dependência, Oligarquias e Camadas Médias no Brasil: Notas para uma Interpretação da Revolução de 1930”, in

Centre Europe-Tiers Monde (CETIM). *Dépendence et Structur e de Classes en Amerique Latine.* Genebra, 1972.

RUDÉ, George. *Paris and London in the Eighteenth Century . Studies in Popular Protest.* London, Fontana/Collins, 1974.

RUDÉ, George. *The Crowd in History. A Study o f Popular Disturbances in France and England 1730-1848.* New York, John Wiley & Sons, 1964.

RUDÉ, George. *The Crowd in the French Revolution.* Oxford, Oxford University Press, 1959.

SAES, Décio. *Classe Média e Política na Primeira República Brasileira (1889-1930)* . Petrópolis, Vozes, 1975.

SAES, Décio. *Classe Moyenne et Système Politique au Brésil.* Tese de doutorado, Universidade de Paris, 1974.

SANTOS, Milton. “The Periphery at the Pole: Lima, Peru”, in GAPPERT, Gary, e ROSE, Harold M. (eds.). *The Social Economy of Cities (Urban Affairs Annual Reviews,* vol. 9). London, Sage, 1975.

SCHWARZ, Roberto. “As Ideias Fora do Lugar”, in *Estudos CEBRAP,* n. 3, 1973.

SCHWARZ, Roberto. “Cultura e política, 1964-1969”, in *O Pai de Família.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

SCULLY, William. *Brazil; Its Provinces and Chief Cities; The Manners and Customs of the People; Agricultural, Commercial, and other Statistics, Taken from the Latest Official Documents; With a Variety of Useful and Entertaining Knowledge, Both for the Merchant and the Emigrant.*

SILBERSTEIN, Paul. “Favela Living: Personal Solutions to Larger Problems, in *América Latina,* ano 12, n. 3, 1969.

SIMÃO, Azis. “Industrialization et syndicalisme au Brésil”, in *Sociologie du Travail,* n. 4/61, 1961.

SIMMEL, Georg. “A Metrópole e a Vida Mental”, in VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O Fenômeno Urbano.* Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana.* São Paulo, Editora Nacional, 1968.

SINGER, Paul. "Urbanização, Dependência e Marginalidade na América Latina", in *Economia Política da Urbanização.* São Paulo, Brasiliense, 1973.

SMITH, David Horton, e INKELES, Alex. "The OM Scale: A Comparative Socio-Psychological Measure of Individual Modernity", ia *Sociometry,* vol. 29, n. 4, 1966.

SOUZA, Amaury de. *Migração, Expectativas Crescentes e a Promessa do Protesto Coletivo.* Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, CEDEPLAR, mimeo., 1972.

SOUZA, Paulo R., e TOKMAN, Victor E. "The Informal Sector in Latin America", in *International Labour Review,* vol. 114, n. 3, 1976.

STONEQUIST, Everett V. "The Problem of the Marginal Man", in *American Journal of Sociology,* vol. 41, n. 1, 1935.

SWINGEWOOD, Alan. *Marx e a Teoria Social Moderna.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

TIPPS, Dean C. "Modernization Theory and the Comparative Study of Societies: A Critical Perspective", in *Comparative Studies in Society and History,* vol. 15, n. 2, 1973.

TOLOSA, Hamilton C. "Dualismo no mercado de trabalho urbano", in *Pesquisa e Planejamento Econômico,* vol. 5, n. 1, 1975.

TOLOSA, Hamilton C. "Subutilização e Mobilidade da Mão-de-Obra Urbana", *in* BARAT, Josef (ed.). *Política de Desenvolvimento Urbano: Aspectos Metropolitanos e Locais.* Rio de Janeiro, IPEA/ INPES, 1976.

TOURAINE, Alam. "Industrialisation et conscience ouvrière à São Paulo", in *Sociologie du Travail,* n. 4/61, 1961.

TOURAINE, Alain, e PÉCAUT, Daniel. "Working-Class Consciousness and Economic Development in Latin America", in HOROWITZ, Irving Louis (ed.). *Masses in Latin America.* New York, Oxford University Press, 1970.

TURNATURI, Gabriella (org.). *Marginalità e Classi Sociali.* Roma, Savelli, 1976.

VALENTINE, Charles A. *Culture and Poverty: critique and counterproposals.* Chicago, University of Chicago Press, 1968.

VALLADARES, Lícia do Prado. "Favela, Política e Conjunto Residencial", in *Dados,* n. 12, 1976.

VALLADARES, Lícia do Prado. *Passa-se uma Casa. Análise do Programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

VASCONI, Tomas Amadeo. "Cultura, ideología, dependencia y alienación", in *Revista Mexicana de Sociologia,* vol. 30, n. 4, 1968.

VELHO, Gilberto. "Favelas cariocas: o problema da marginalidade", in *Anuário Antropológico 76.* Rio de Janeiro, Tempos Brasileiros, 1977.

VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo Autoritário e Campesinato.* São Paulo, DIFEL, 1976.

VELHO, Otávio Guilherme. *Frentes de Expansão e Estrutura Agrária.* Rio de Janeiro, Zahar, 1972.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Evolução do Povo Brasileiro.* Rio de Janeiro, José Olympio, 1956.

WAGLEY, Charles, e HARRIS, Marvin. "A Typology of Latin American Subcultures", in *American. Anthropologist,* vol. 57, n. 3, 1955.

WARD, Barbara. "The Uses of Prosperity", in *Saturday Review,* 29-8-1964.

WEBER, Max. *The City.* New York, The Free Press, 1966.

WEBER, Max. *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism.* London, George Allen & Unwin, 1976.

WEFFORT, Francisco C. "State and Mass in Brazil", in HOROWITZ, Irving Louis (ed.). *Masses in Latin America.* New York, Oxford University Press, 1970.

WEINBERG, lan. "The Problem of the Convergence of Industrial Societies": A Critical Look at the State of a Theory", in *Comparative Studies in Society and History,* vol. 11, n. 1, 1969.

WEINER, Myron (ed.). *Modernization. The Dynamics of Growth.* New York, Basic Books, 1966.

WILLEMS, Emilio. "Religions Pluralism and Class Structure: Brazil and Chile", in ROBERTSON, Roland (ed.). *Sociology of Religion.* Harmondsworth, Penguin, 1972.

WILLEMS, Emilio. "Urban Classes and Acculturation in Latin America", *in* EDDY, Elizabeth (ed.). *Urban Anthropology. Research Perspectives and Strategies.* Athens, University of Georgia Press, 1968.

WILLIAMS, Raymond. "Base and Superstructure in Marxist Cultural Theory", in *New Left Review,* n. 82, 1973.

WIRTH, Louis. "O Urbanismo como Modo de Vida", *in* VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O Fenômeno Urbano.* Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

WORSLEY, Peter. "Frantz Fanon and the Lumpen-proletariat", in MILIBAND, Ralph, e SAVILLE, John (eds.). *The Socialist Register 1972.* London, Merlin, 1972.

YAP, Lorene. *Internal Migration and Economic Development in Brazil.* Tese de doutorado, Harvard University, 1972.

ZENTENO, Raúl Benitez (ed.). *Las Clases Sociales en América Latina. Problemas de Conceptualización (Seminario de Mérida, Yuc.).* México, Siglo, Veintuno, 1973.